



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LINGUÍSTICA**



DAYANE ADRIANA TEIXEIRA OLIVEIRA

**O DISPOSITIVO DO CANCELAMENTO NAS REDES SOCIAIS: ENTRE OS
JOGOS DE VERDADE E A MORAL NA SOCIEDADE DE CONTROLE**

João Pessoa 2024

DAYANE ADRIANA TEIXEIRA OLIVEIRA

**O DISPOSITIVO DO CANCELAMENTO NAS REDES SOCIAIS: ENTRE OS
JOGOS DE VERDADE E A MORAL NA SOCIEDADE DE CONTROLE**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Linguística — PROLING, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito de Avaliação para obtenção do título de Doutorado em Linguística.

Orientadora: Dra. Maria Regina Baracuhy Leite.
Área de concentração: Linguística e Práticas Sociais.
Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade.

João Pessoa 2024

O DISPOSITIVO DO CANCELAMENTO NAS REDES SOCIAIS: ENTRE OS JOGOS DE VERDADE E A MORAL NA SOCIEDADE DE CONTROLE

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Linguística — PROLING, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito de Avaliação para obtenção do título de Doutorado em Linguística.

Orientadora: Dra. Maria Regina Baracuhy Leite.
Área de concentração: Linguística e Práticas Sociais.
Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade.

Aprovada em: 08/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Regina Baracuhy Leite (PROLING/UFPB) Orientadora

Prof. Dr. Josenildo Bezerra (PPGL/UFRN) Examinador Externo

Prof. Dr. Jefferson Campos (PPGL/UNIR) Examinador Externo

Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva (PPGL/UFERSA) Examinador Externo

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino (PROLING/UFPB) Examinador Interno

Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves (PPGL/UFGA) Examinadora Suplente



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA



ATA DE DEFESA DE TESE DE
DAYANE ADRIANA TEIXEIRA OLIVEIRA

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro (08/22/2024), às catorze horas e trinta minutos, realizou-se, via Plataforma Google Meet, a sessão pública de defesa de Tese intitulada “O DISPOSITIVO DO CANCELAMENTO NAS REDES SOCIAIS: ENTRE OS JOGOS DE VERDADE E A MORAL NA CONTEMPORANEIDADE”, apresentada pela doutoranda **DAYANE ADRIANA TEIXEIRA OLIVEIRA**, Graduada em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, orientanda da Profa. Dra Maria Regina Baracuhy Leite (PROLING-UFPB), que concluiu os créditos para obtenção do título de **DOUTORA EM LINGÜÍSTICA**, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Jan Edson Rodrigues Leite, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. A Profa. Dra. Maria Regina Baracuhy Leite (PROLING - UFPB), na qualidade de Orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Pedro Farias Francelino (Examinador/PROLING-UFPB), Jefferson Campos (Examinador/UNIR), Francisco Vieira da Silva (Examinador/UFERSA) e Josenildo Bezerra (Examinador/UFRN). Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente, Maria Regina Baracuhy Leite, convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra à Doutoranda para apresentar uma síntese de sua Tese, após o que foi arguida pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito **APROVADA**. Proclamados os resultados pela Sra. Presidente, foram encerrados os trabalhos e, para constar foi lavrada a presente ata que será assinada juntamente com os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 08 de fevereiro de 2024.

Observações

A Banca Examinadora atesta ser uma tese de excelência e destaca o ineditismo do trabalho e sua consistência teórica, metodológica e analítica, assim como a densidade dos resultados. Ressalta, outrossim, a relevância social e o impacto social da pesquisa, sobretudo para a área dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Diante do exposto, recomenda sua publicação.

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO FARIAS FRANCELINO**
Data: 20/02/2024 20:50:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino
(Examinador)

Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva
(Examinador)

Cidade Universitária – Campus I 58051-970 João Pessoa – PB
Caixa Postal: 5070 Fone/fax: (83) 3216-7745
E-mail: proling@cchla.ufpb.br www.cchla.ufpb.br/proling

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO VIEIRA DA SILVA**
Data: 19/02/2024 17:29:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **MARIA REGINA BARACUHY LEITE**
Data: 21/02/2024 10:33:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Regina Baracuhy Leite
residente da Banca Examinadora)

Documento assinado digitalmente
 **JEFFERSON GUSTAVO DOS SANTOS CAMPOS**
Data: 19/02/2024 11:40:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jefferson Campos
(Examinador)

Prof. Dr. Josenildo Bezerra
(Examinador)

Documento assinado digitalmente
 **JOSENILDO SOARES BEZERRA**
Data: 20/02/2024 10:51:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

À medida que concluo esta jornada acadêmica, gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos aqueles que desempenharam um papel fundamental na realização desta tese de doutorado. Esta conquista não teria sido possível sem o apoio, orientação e inspiração de muitas pessoas, e por isso, desejo reconhecê-las aqui.

Agradeço a minha orientadora, Regina Baracuhy, pela orientação e compromisso ao longo de todo o processo de pesquisa. Sua experiência inestimável e sua capacidade de me guiar através dos desafios acadêmicos foi fundamental para o sucesso deste projeto.

Aos membros da banca examinadora, por dedicarem seu tempo e expertise na avaliação deste trabalho.

Ao professor doutor Francisco Vieira, por compor a banca examinadora de qualificação e de defesa deste trabalho, colaborando com suas leituras para o aperfeiçoamento desta tese.

A todos os meus colegas do grupo de pesquisa CIDADI que compartilharam comigo seus conhecimentos e experiências e, certamente, contribuíram para tornar essa experiência mais leve e prazerosa.

A uma amiga querida que me ajudou na revisão deste trabalho, Ana Beatriz Souto Maior.

À coordenação, aos professores que formam o corpo docente e a todos os funcionários do PROLING-UFPB, pela presteza e gentileza sempre a mim dispensadas.

À minha família pelo apoio incondicional e encorajamento ao longo de toda a minha jornada acadêmica. Ao meu esposo, Rodrigo, aos meus pais, Edna e José, e às minhas irmãs, Aryanne e Nélia, dedico esta conquista.

Por fim, agradeço a Deus, em quem deposito minha fé, e que, certamente, deu-me a força de que precisava para chegar até aqui.

RESUMO

Na sociedade atual, com o advento da internet e a popularização das redes sociais, o poder de enunciar tornou-se mais democrático. Ao mesmo tempo, tornam-se mais descentralizados os dispositivos de organização e interdição dos discursos, uma vez que a hipervisibilidade coloca os indivíduos em posição de vulnerabilidade, sujeitos à vigilância e ao julgamento do outro. Nesse contexto, entre os dispositivos de controle que emergem na era digital, destaca-se o cancelamento. Nos últimos anos, esse dispositivo (popularmente conhecido como “cultura do cancelamento”) se instaurou nas redes sociais promovendo uma espécie de suplício virtual no qual os sujeitos são expostos, julgados e punidos por discursos e/ou condutas tidas como “moralmente” condenáveis por outros usuários das redes. Assim, considerando a regularidade desse fenômeno social no ciberespaço, esta pesquisa tem **o objetivo de analisar como o cancelamento se constitui um dispositivo de controle dos discursos e das condutas dos sujeitos, evidenciando as vontades de verdade e a moral contemporâneas na sociedade de controle**, na qual a função de vigiar e punir é partilhada pelos usuários das redes sociais. As discussões teóricas que nos levaram ao alcance desses objetivos estão no âmbito do campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que nos permite pensar as articulações entre regimes de discursividades e a produção de verdades e de subjetividades na sociedade contemporânea. Para tanto, mobilizamos os conceitos de *sujeito*, *discurso*, *relações saber-poder*, *verdade*, *dispositivo* e *governamentalidade*, que nos ajudam a compreender a cultura do cancelamento como um conjunto de práticas discursivas e não discursivas de controle, as quais evidenciam relações de poder e saberes que convocam divisões dos sujeitos, conforme as observações dos comportamentos perante parâmetros de legitimidade pautados em regimes de verdade. Em termos de método, adotamos o que tem sido nomeado como arqueogenealógico, a partir dos postulados foucaultianos que nos proporcionaram ferramentas de análise do sujeito e dos enunciados. É importante ainda considerar a grande quantidade de informações que circulam na *web*. Importa-nos, ainda, as singularidades do *corpus* que compõem esse arquivo, pois estas representam as linhas de fuga do dispositivo. Desse modo, selecionamos como objetos de estudo desta pesquisa o caso de cancelamento do jogador de vôlei **Maurício Souza**, cancelado nas redes sociais por um comentário considerado homofóbico, e da *rapper* **Karol Conká**, que ocorreu durante sua participação no *reality show* Big Brother Brasil (BBB), em 2021. Buscamos, por meio da análise desses recortes, compreender não apenas o modo de funcionamento do dispositivo como também suas linhas de fuga e as questões morais e éticas que o atravessam e possibilitam o surgimento de subjetividades outras. Dessa forma, conduzimos nossas análises, a fim de fazer ver, pelo dispositivo do cancelamento, os jogos de verdade em que os se deslocam para outras posições-sujeito. Verificamos também como essa relação consegue revelar o modo como o indivíduo se afirma como sujeito de igualdade na relação de si para si e de si para com o outro, fazendo-o deslocar-se para outras posições sujeito (Foucault, 2003b). O deslocamento da posição-sujeito (ex-jogador de vôlei — cancelado — político eleito; e militante — cancelada — descancelada) atesta a raridade dos acontecimentos e evidencia o jogo de força das relações de saber-poder que constituem o dispositivo do cancelamento, o agenciamento dos processos de subjetivação que ele engendra e as rupturas que as linhas de fratura fazem irromper.

Palavras-chave: Dispositivo do Cancelamento; Verdade; Moral; Redes Sociais.

ABSTRACT

In today's society, with the advent of the internet and the popularization of social media, the power to speak out has become more democratic. At the same time, the devices for organizing and regulating discourse have become more decentralized, as hyper-visibility exposes individuals to vulnerability, surveillance, and the judgment of others. In this context, one of the control devices that has emerged in the digital age is “cancel culture”. In recent years, this device, popularly known as cancel culture, has established itself on social media, promoting a kind of virtual ordeal in which individuals are exposed, judged, and punished for speeches and/or behaviors considered "morally" condemnable by other users of the networks. Thus, considering the regularity of this social phenomenon in cyberspace, this research aims **to analyze how cancel culture constitutes a control device for the discourse and behavior of individuals, highlighting contemporary truths and morality in the society of control**, where the function of surveillance and punishment is shared by social media users. The theoretical discussions that have led us to achieve these objectives are within the field of Foucauldian Discourse Studies, which allows us to think about the articulations between regimes of discourse and the production of truths and subjectivities in contemporary society. To do so, we mobilize the concepts of subject, discourse, power-knowledge relations, truth, device, and governmentality, which help us understand cancel culture as a set of discursive and non-discursive control practices that reveal power relations and knowledge that invoke divisions of subjects according to legitimacy parameters based on regimes of truth. In terms of methodology, we adopt what has been named as archaeo-genealogical, based on Foucauldian postulates that provide us with tools for analyzing the subject and statements. It is also important to consider the large amount of information circulating on the web. We are also interested in the singularities of the corpus that make up this archive, as these represent the escape routes of the device. Thus, we selected the cancellation case of volleyball player **Maurício Souza**, canceled on social media for a comment considered homophobic, and rapper **Karol Conká**, which occurred during her participation in the reality show Big Brother Brasil (BBB) in 2021 as the objects of study for this research. Through the analysis of this sample, we seek to understand not only the functioning of the device but also its escape routes and the moral and ethical issues that permeate it and enable the emergence of different subjectivities. In this way, we conduct our analyses in order to reveal, through the cancel culture device, the truth games in which individuals move to other subject positions. We also examine how this self-relationship reveals the way in which the individual asserts themselves as a subject of equality in the relationship with oneself and with others, causing them to shift to other subject positions (FOUCAULT, 2003b). The shift in subject position (former volleyball player — canceled — elected politician; and activist — canceled — uncanceled) attests to the rarity of events and highlights the power dynamics of the knowledge-power relationships that constitute the cancel culture device, the agency of the subjectivation processes it engenders, and the ruptures that fracture lines bring about.

Keywords: Cancellation Device; True; Moral; Social Media.

RESUMEN

En la sociedad actual, con la llegada de Internet y la popularización de las redes sociales, el poder de hablar se ha vuelto más democrático. Al mismo tiempo, los dispositivos para organizar e impedir discursos se vuelven más descentralizados, ya que la hipervisibilidad coloca a los individuos en una posición vulnerable, sujetos a la vigilancia y el juicio de los demás. En este contexto, entre los dispositivos de control que surgen en la era digital destaca la cancelación. En los últimos años, este dispositivo (conocido popularmente como “cultura de la cancelación”) se ha ido instaurando en las redes sociales, promoviendo un tipo de tortura virtual en la que sujetos son expuestos, juzgados y castigados por discursos y/o conductas consideradas “moralmente” reprobables por otros usuarios de la red. Así, considerando la regularidad de este fenómeno social en el ciberespacio, esta investigación tiene como objetivo analizar cómo la cancelación constituye un dispositivo de control de los discursos y conductas de los sujetos, destacando los deseos contemporáneos de verdad y moralidad en la sociedad de control, en cuya función de seguimiento y castigo es compartido por los usuarios de las redes sociales. Las discusiones teóricas que llevaron al logro de estos objetivos se encuentran en el campo de los Estudios Discursivos foucaultianos, lo que permite pensar en las articulaciones entre regímenes de discursividad y producción de verdades y subjetividades en la sociedad contemporánea. Para ello, movilizamos los conceptos de sujeto, discurso, relaciones conocimiento-poder, verdad, dispositivo y gubernamentalidad, que nos ayudan a comprender la cultura de la cancelación como un conjunto de prácticas de control discursivas y no discursivas, que resaltan las relaciones de poder y conocimiento, que exige divisiones entre los sujetos, según observaciones de comportamiento ante parámetros de legitimidad basados en regímenes de verdad. En cuanto al método, adoptamos lo que se ha llamado arqueogenealógico, basado en postulados foucaultianos que nos proporcionaron herramientas para el análisis del tema y los enunciados. También es importante considerar la gran cantidad de información que circula en la web. También son importantes las singularidades del corpus que componen este archivo, ya que representan las líneas de vuelo del dispositivo. Por lo tanto, seleccionamos como objetos de estudio para esta investigación los casos de cancelación del jugador de voleibol Mauricio Souza, cancelado en las redes sociales por un comentario considerado homofóbico, y del rapero Karol Conká, ocurrido durante su participación en el reality show Gran Hermano Brasil (BBB), en 2021. A través del análisis de estos extractos, buscamos comprender no solo cómo funciona el dispositivo sino también sus líneas de fuga y las cuestiones morales y éticas que lo permean y posibilitan el surgimiento de otras subjetividades. De este modo, realizamos nuestros análisis para mostrar, a través del dispositivo de cancelación, los juegos reales en los que las personas pasan a otras posiciones temáticas. Verificamos también cómo esta relación logra revelar la manera en que el individuo se afirma como sujeto de igualdad en la relación entre él mismo y él mismo y entre sí y los demás, haciéndolo desplazarse hacia otras posiciones de sujeto. El desplazamiento de la posición del sujeto (ex jugador de voleibol – cancelado – político electo; y activista – cancelado – cancelado) atestigua la rareza de los acontecimientos y resalta el juego de poder de las relaciones conocimiento-poder que constituyen el dispositivo de cancelación, la agencia de los procesos de subjetivación que engendra y las rupturas que las líneas de fractura hacen estallar.

Palabras clave: Dispositivo de Cancelación; Vrai; Moral; Redes sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Frame</i> de uma das cenas do episódio <i>Queda Livre</i> da série <i>Black Mirror</i>	8
Figura 2 – <i>Frame</i> da cena final do episódio <i>Queda Livre</i> da série <i>Black Mirror</i>	9
Figura 3 – Capa da <i>Veja</i> , julho de 2020.....	13
Figura 4 – Artigo publicado pelo jornal espanhol <i>El País</i>	22
Figura 5 – Notícia publicada pelo <i>Diário do Centro do Mundo (DCM)</i>	23
Figura 6 – <i>Post</i> da J. K. Rowling.....	35
Figura 7 – <i>Post</i> de um internauta anônimo.....	36
Figura 8 – <i>Post</i> de Caê Vasconcelos — homem trans, roteirista, apresentador e colunista.....	37
Figura 9 – <i>Post</i> da atriz Emma Watson.....	38
Figura 10 – <i>Post</i> da GLAAD — ONG estadunidense engajada na causa LGBTQIAP+.....	38
Figura 11 – <i>Post</i> de JK Rowling contra Putin.....	39
Figura 12 – Título de artigo sobre Fiuk.....	50
Figura 13 – <i>#KarolConkacancelada</i>	76
Figura 14 – Mark Hamill compartilha FORA KAROL CONKÁ.....	76
Figura 15 – Perfil do Instagram rejeição da Karol.....	77
Figura 16 – Charge sobre o caso de cancelamento do Monark.....	80
Figura 17 – Título de artigo da revista virtual <i>Universa – Uol</i>	86
Figura 18 – Título de artigo do <i>site Uol</i>	86
Figura 19 – Título e <i>thumb</i> de vídeo do Canal Lorelay Fox, no Youtube.....	87

Figura 20 – Título de episódio do <i>podcast Café com Cast</i> , da Apple Podcasts.....	89
Figura 21 – <i>Post</i> de Maurício Souza no Instagram.....	91
Figura 22 – Comentários no <i>post</i> de Maurício Souza no Instagram.....	92
Figura 23 – <i>Post</i> de Douglas Souza no Instagram.....	94
Figura 24 – Comentários <i>post</i> Maurício Souza.....	95
Figura 25 – Nota do Minas Tênis Clube.....	96
Figura 26 – Comentários no <i>post</i> do clube.....	96
Figura 27 – <i>Post</i> da empresa Fiat no Instagram.....	97
Figura 28 – Legenda do vídeo postado por Maurício Souza no Instagram.....	98
Figura 29 – <i>Print</i> do segundo vídeo postado por Maurício Souza no Instagram.....	99
Figura 30 – Outdoor com slogan de campanha política de Jair Bolsonaro.....	103
Figura 31 – <i>Post</i> no Instagram de Maurício Souza — Mulher Maravilha e Superman se beijando.....	105
Figura 32 – Notícia sobre eleição Maurício Souza.....	105
Figura 33 – Capa da revista americana que publicou fala de John Lennon em 1966....	108
Figura 34 – Fotos e discos da banda <i>The Beatles</i> sendo queimados.....	108
Figura 35 – Cartaz “Jesus died for you, John Lennon”.....	110
Figura 36 – Revista <i>Saturday Evening Post</i> , 21 de março 1964.....	111
Figura 37 – Capa da revista <i>Rolling Stone</i> , março de 2017.....	112
Figura 38 – <i>Post</i> sobre decepção com a postura de Karol Conká no BBB21.....	116
Figura 39 – Título da notícia publicada pelo jornal <i>Metrópoles</i>	116
Figura 40 – <i>Print</i> do vídeo publicado por Nina Chrispim	122

Figura 41 – <i>Post</i> de usuário da plataforma X sobre Karol Conká	129
Figura 42 – <i>Post</i> na página oficial da atriz Carla Díaz na plataforma X.....	130
Figura 43 – Campanha em <i>outdoor</i> para eliminar Karol Conká do BBB21	131
Figura 44 – Manchete de notícia publicada no <i>site</i> da Forbes	132
Figura 45 – <i>Post</i> de repúdio no perfil da cantora Karol Conká	133
Figura 46 – Manchete notícia GShow	134
Figura 47 – Frame de uma das cenas do documentário <i>A vida Depois do Tombo</i>	145
Figura 48 – <i>Post</i> de um usuário da plataforma X.....	149
Figura 49 – Título de artigo sobre o descancelamento da Karol Conká.....	150

LISTA DE SÉRIES ENUNCIATIVAS

Série enunciativa: <i>Posts sobre o cancelamento do Monark</i>	81
Série enunciativa 1: <i>Memes de Lumena</i>	121
Série enunciativa 2: <i>“Terrorismo” psicológico contra Lucas Penteado</i>	124
Série enunciativa 3: <i>Xenofobia contra Juliette Freire</i>	126
Série enunciativa 4: <i>Assédio contra Arcrebiano, Bil</i>	128
Série enunciativa 5: <i>Posts em comemoração à saída da Karol Conká</i>	135
Série enunciativa 6: <i>Post de famosos sobre a saída de Karol Conká do BBB21</i>	138
Série enunciativa 7: <i>Títulos de artigos jornalísticos e entrevistas sobre os limites do cancelamento</i>	148

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	6
1. Isso é muito <i>Black Mirror</i> !.....	7
2. A cultura do cancelamento.....	10
3. Questões e objetivos de pesquisa.....	14
4. O método e a seleção do <i>corpus</i>	16
5. Justificativa.....	23
6. Estrutura da tese.....	24
 ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS: FERRAMENTAS E MÉTODO.....	25
1. Foucault e os estudos da linguagem.....	27
2. Ferramentas arqueológicas: o enunciado e seu caráter de acontecimento.....	29
3. Ferramentas genealógicas: relações de saber-poder e a constituição do sujeito.....	40
4. Ferramentas genealógicas: os modos de subjetivação e o cuidado de si.....	46
 VIGIAR E PUNIR NA SOCIEDADE DE CONTROLE.....	53
1. Técnicas de vigilância e punição: dos suplícios ao cancelamento.....	54
1.1 Vigilância e controle no ciberespaço.....	65
2. O dispositivo do cancelamento nas redes sociais.....	71
2.1. As regras de funcionamento do dispositivo do cancelamento.....	77
 O DISPOSITIVO DO CANCELAMENTO E OS JOGOS DE VERDADE.....	84
1. O cancelamento e o discurso politicamente correto.....	85
2. Maurício Souza e o “cancelamento reverso”.....	91
 O DISPOSITIVO DO CANCELAMENTO E AS TÉCNICAS DE SI.....	108
1. Karol Conká e a “cultura do descancelamento”.....	115
1.1 O dizer verdadeiro e a confissão no dispositivo do cancelamento.....	141
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Às vezes [eu gravo] e penso: “vixi, deixa eu apagar isso aqui, vai que pensam outra coisa”. Ai gente, mas é muito louco, essa internet, esse mundo novo, né? Gente, vocês podiam pegar mais leve, né? [apontando para câmera]. Todo mundo é assim na vida, às vezes a gente fala coisas que não têm nada a ver e aí [se torna algo maior]. (Comunicadora Sara Andrade em entrevista ao *PodDelas*. Disponível em: open.spotify.com. Acesso em: 7 out. 2023)

Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal está o perigo? (Foucault, 2014, p. 8)

A epígrafe desta tese revela a inquietação que nos levou a esta investigação, pois repousa justamente sobre os perigos do dizer na contemporaneidade.

Mantidas as devidas proporções, a fala descontraída de uma celebridade das redes sociais do século XXI ressoa como um desabafo, uma inquietação semelhante àquela da qual falava Michel Foucault em sua aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em dois de dezembro de 1970. Naquela ocasião, o filósofo manifestou certa hesitação ao ter de entrar na “ordem do discurso”, pelo poder que a instituição lhe conferia. E esse receio, ao que parece, permanece e atormenta qualquer sujeito instado a dizer, a introduzir a discussão, a abrir o debate de não importa qual tema, sobretudo pelo que esse ato possa “ter de singular, de terrível, talvez de maléfico” (Foucault, 2014, p. 6).

Para o filósofo, o discurso é objeto de desejo, e isso se dá justamente por sua articulação com o poder — “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo o que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2014, p. 10).

A esse respeito, Foucault credita a hipótese de que a produção do discurso, em todas as sociedades, é controlada por procedimentos e técnicas que o organizam, delimitam e interditam, a fim de “conjurar seus poderes e perigos” (Foucault, 2014, p. 8). Portanto, nem sempre dizemos o que queremos e em qualquer lugar, assim como também não é qualquer sujeito que pode enunciar.

Entre os procedimentos desenhados por Foucault, destacamos os sistemas de **exclusão**, que podem ser de **interdição** (“não se tem o direito de dizer tudo”), de **separação e rejeição** (“oposição, razão e loucura”), e de **vontade de verdade** (“oposição do verdadeiro e do falso”) — pois, interessa-nos pensar como esses princípios de exclusão

determinam o que pode ser dito, quem pode dizê-lo (e como se pode dizer) bem como o que é verdadeiro.

Segundo Foucault (2014, p.35) “não nos encontramos no verdadeiro, senão obedecendo às regras de uma polícia discursiva que devemos reativar em cada um dos nossos discursos”. Assim, sendo profundamente histórico, todo dizer, para ser aceito e ter credibilidade, tem de ser produzido em uma ordem, que determina o visível e o enunciável em um dado momento histórico. Um conjunto de enunciados, para se enquadrar no “verdadeiro de uma época”, precisa seguir certas regras ditadas por um corpo social e anônimo. O que acontece, no entanto, quando não se obedece às regras da polícia discursiva? Qual é o perigo?

Com o advento da internet e a popularização das redes sociais, o poder de enunciar tornou-se mais democrático. É possível se fazer ver e ouvir, ainda que por um pequeno grupo, nicho ou bolha social virtual¹. Ao mesmo tempo, tornam-se também mais descentralizados os dispositivos de organização dos discursos, uma vez que a hipervisibilidade coloca os indivíduos em posição de vulnerabilidade, sujeitos à vigilância e ao julgamento do outro. Entre os dispositivos de controle que emergem na era digital, destaca-se o **cancelamento**, objeto de investigação desta pesquisa.

1. Isso é muito *Black Mirror*!

A episódica saga da personagem Lacie (interpretada pela atriz Bryce Dallas Howard) , no episódio *Queda Livre* da série *Black Mirror* ²(2011), caracteriza-se como uma sátira perturbadora dos dias atuais que nos ajudar a refletir sobre os dispositivos de poder que atuam nas redes sociais, cerceando discursos e conduzindo o comportamento dos sujeitos.

Lacie vive em uma distopia em que a vida em sociedade depende do bom *status* nas redes sociais. Ao ser convidada por sua amiga de infância para ser madrinha em seu

¹ De acordo com Pierre Levy (2010, p. 127), são comunidades virtuais “construídas com base nas afinidades de interesses, [...] não sendo dependente mais de proximidades geográficas e das filiações institucionais”. Em relação à investigação desta pesquisa, entendemos ainda a formação dos nichos ou bolhas virtuais como prática discursiva que acaba por excluir discursos contrários, assim limitando (não evitando) a possibilidade de conflitos ou discordâncias.

² Lançada em 2011 pela Netflix, a série *Black Mirror* é conhecida por tratar das controversas regras do capitalismo, dos jogos de poder na sociedade de controle e das possíveis consequências negativas sobre a relação humana com as novas tecnologias de comunicação e informação. Com o sucesso da série, popularizou-se a expressão “Isso é muito *Black Mirror*!” para se referir a situações inusitadas ou impressionantes, principalmente aquelas relacionadas às tecnologias digitais.

casamento elitista, Lacie vê a oportunidade perfeita de aumentar sua popularidade e conquistar a vida de seus sonhos.

É perceptível o esforço de Lacie para ser agradável com todos ao seu redor. O sorriso no rosto, o tom de voz suave, a risada tímida (perfeitamente ensaiada na frente do espelho) e cada ato de gentileza servem ao propósito de alimentar seu *status*, isto é, sua pontuação nas redes sociais. Naquela realidade, as pessoas são avaliadas com pontuação de 0 a 5 estrelas, e isso depende, exclusivamente, do olhar do outro. Todos se avaliam constantemente e simultaneamente.

Figura 1 – *Frame* de uma das cenas do episódio *Queda Livre* da série *Black Mirror*.



Fonte: movinggirls.com.br/blog/black-mirror-episodio-queda-livre-tem-muito-mais-a-nos-dizer-do-que-voce-pensa/. Acesso em: 04 out. 2023.

Ao longo da trama, enquanto Lacie tenta chegar ao casamento da amiga, sua forjada simpatia é colocada à prova, pois uma cadeia de acontecimentos leva à perda gradativa de seus pontos. Situações corriqueiras como esbarrar em uma pessoa na rua, deixar o motorista de aplicativo esperando, falar muito alto em uma ligação, lhe fazem perder pontos. Até que um incidente no aeroporto a faz elevar o tom de voz e falar um palavrão, rebaixando sua pontuação de 4,2 para 3,5. A noiva, ao notar a baixa pontuação da amiga, manda que ela volte para casa, pois não é mais influente o suficiente para ir ao casamento. Revoltada, Lacie vai ao casamento mesmo assim e faz um discurso sincero, expondo a todos o que ela realmente pensa sobre a amiga e seus convidados. Em

consequência, ela perde todos os pontos e é presa por invadir o casamento e ameaçar os noivos. Ironicamente, é na cela que ela se sente livre, e o episódio termina com Lacie sorrindo e berrando a plenos pulmões todo tipo de palavrão que lhe vem à cabeça.

Figura 2 – *Frame da cena final do episódio Queda Livre da série Black Mirror.*



Fonte: <https://www.thepennmoviegoer.com/movie-review/three-essential-black-mirror-episodes-for-new-viewers-spoilers>. Acesso em: 08 jun. 2023.

Michel Foucault assimila que, a partir dos séculos XVII e XVIII, as sociedades se organizaram na base de um biopoder, cujo funcionamento se dá pelos procedimentos da disciplina, dando origem à sociedade disciplinar “aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos que regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 42).

A disciplina, por sua vez, é assegurada, então, por meio de instituições, como a escola, o quartel, a prisão. Observamos, no século XX, a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle (termo aplicado e aprofundado por Gilles Deleuze, na obra *Conversações*, 1992). Esta se estende bem para fora das instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes, em que o controle não apenas disciplina, mas é “o princípio motor” (Foucault, 2014a, p. 69). Essa sociedade ganhou contornos sofisticados com os dispositivos de comunicação instantânea e a emergência das redes sociais virtuais. A vigilância se democratizou, diluiu-se no olhar do outro.

A transgressão da personagem, que se reflete não apenas no seu discurso, mas também na sua conduta, faz-nos refletir sobre as técnicas de controle que regem a nossa própria sociedade, uma vez que essa ficção nos parece bem familiar e não tão distante assim da realidade. É comum nas redes sociais que a popularidade dos usuários seja medida por números (de *views*, seguidores, curtidas etc.), a depender daquilo que compartilham. Contudo, assim como na série, a hipervisibilidade e a vigilância na *web* têm provocado nos usuários o medo da punição. Esta, por sua vez, que na sociedade disciplinar incidia principalmente sobre o corpo, diz respeito ao banimento, ao ostracismo ou, ainda, ao cancelamento, o qual está associado ao apagamento do *status* e da posição sujeito ocupada pelo indivíduo dentro e, não raro, fora das redes virtuais. É nesse contexto que nasce a **cultura do cancelamento** (cuja emergência e implicações exploraremos a seguir).

O medo do cancelamento tem se tornado comum entre aqueles que capitalizam a rede com a imagem de si, que passam a modular seus discursos e atitudes de modo a seguir um comportamento socialmente aceito ou aprovado pelo outro. Cria-se, portanto, um ambiente propício à autocensura, o que pode acarretar impactos significativos para uma sociedade democrática e plural, na qual “a franqueza, a liberdade, a abertura, que fazem com que se diga o que se tem a dizer, de maneira como se tem vontade de dizer, quando se tem vontade de dizer” (Foucault, 2010, p. 334) torne-se cada vez mais rara.

Sob o olhar foucaultiano, essa tensão entre o “eu” e o “outro” se dá na dispersão do sujeito, nas diversas posições que os indivíduos podem ocupar no corpo social. E é a partir desses lugares de fala que os dizeres são controlados pelos poderes, revelando aqueles que são permitidos ou interditados. Como afirma Foucault (2014a, p. 161), o poder produz positividade: “ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele pode ser adquirido se originam nessa produção”. É sob essa perspectiva que a narrativa fictícia aqui esplanada exemplifica o modo de funcionamento da sociedade de controle em que as práticas discursivas, engendradas por dispositivos de poder, produzem verdades e subjetividades, ao mesmo tempo em que, indissociavelmente, suscitam práticas de liberdade e resistência.

2. A cultura do cancelamento

Marilena Chauí (2009, p. 24) aponta que o termo “cultura” vem do latim, *culturae*, que significa “cultivo” e “cuidado”, ou seja, “uma ação que conduz à plena

realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios”. A partir desta definição, não se poderia atribuir esse conceito à expressão “cultura do cancelamento”, uma vez que ela não seria aplicada a uma prática negativa, ao contrário do que se entendia por cultura na sua etimologia.

No entanto, a autora em pauta também afirma que o conceito de cultura foi se modificando ao longo da história, sendo entendida como sinônimo de civilização, de progresso, depois passando a ser classificada em cultura formal e cultura popular, dentre tantas outras apreciações possíveis.

[...] a partir da segunda metade do século XX [...] a cultura passa a ser compreendida como o campo em que os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, a direção da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (a percepção do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores — o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto — que instauram a ideia de lei e, portanto, do permitido e do proibido, determinando o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano. (Chauí, 2009, p. 28-30)

Apesar das muitas subdivisões a que esse termo é associado, pelo próprio caráter das sociedades capitalistas ocidentais (cultura dominante, cultura popular, cultura indígena, cultura nordestina, cultura brasileira, cultura europeia etc.), é a esse conjunto complexo de práticas que, geralmente, se atribui o conceito de cultura na atualidade:

Cultura.

Sistema complexo de códigos e padrões partilhados por uma sociedade ou um grupo social e que se manifesta nas normas, crenças, valores, criações e instituições que fazem parte da vida individual e coletiva dessa sociedade ou grupo. (Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cultura>. Acesso em: 26 set. 2023).

Considerando o dicionário como um instrumento linguístico que busca estabilizar os sentidos, vale ainda salientar que a cultura é um produto da história coletiva e, como dimensão do processo social, registra as tendências e conflitos da história contemporânea e suas transformações sociais e políticas. Justificamos, portanto, o uso da expressão “cultura do cancelamento” pelo seu uso corrente no contexto atual brasileiro e, sobretudo,

pelo seu caráter “purificador”, de “cuidar do outro” a partir da vigilância e da punição que possibilitaram o surgimento do fenômeno social conhecido como “cultura do cancelamento”.

Em 2019 o termo “cultura do cancelamento” foi eleito como o mais relevante do ano pelo Dicionário Macquarie³, que anualmente seleciona palavras e expressões que definem, revelam ou evidenciam o comportamento humano no período. Outro dicionário online, o Merriam-Webster, define o termo da seguinte forma:

O ato de cancelar alguém (usualmente uma celebridade ou qualquer outra figura bem conhecida) significa parar de dar apoio a essa pessoa. O ato de cancelar pode implicar o boicote aos filmes de determinado ator, ou não mais ler/promover os trabalhos de um escritor. A razão do cancelamento pode variar, mas, geralmente, ocorre como consequência de as pessoas em questão terem expressado uma opinião censurável, ou terem se conduzido de uma maneira inaceitável, de modo que a continuidade do patrocínio aos trabalhos desta pessoa representa uma situação desagradável. [...] A ideia de cancelamento — e como alguns a denominam de cultura do cancelamento — ganhou destaque nos últimos anos devido às conversas relativas ao fenômeno #MeToo e outros movimentos que demandam prestação de contas de figuras públicas. O uso do termo tem sido creditado aos negros no Twitter, quando veio acompanhado de uma hashtag. [...] O cancelamento é semelhante a uma extinção de contrato, uma quebra do relacionamento entre um artista e seus fãs. (Merriam-Webster. *Cancel culture*. Disponível em: www.merriam-webster.com/dictionary/cancel%20culture. Acesso em: 11 out. 2023).

Impulsionado pelo movimento mundialmente conhecido como #MeToo⁴, essa cultura seria uma maneira de dar voz a grupos oprimidos e forçar ações políticas por parte de grandes empresas ou figuras públicas. Porém, essa prática tem sido associada a uma espécie de “suplício” ou “linchamento virtual”, visando muito mais uma punição individual do que uma estratégia de transformação social.

Cancelar, de modo geral, significa boicotar, anular ou ainda invisibilizar instituições, empresas ou indivíduos (famosos ou infames) por algo que tenham dito ou feito e que seja considerado moralmente errado ou politicamente incorreto de acordo com o regime de verdade desta época. Para Michel Foucault (2014), toda sociedade possui seus regimes de verdade e estes podem ser apreendidos pelos tipos de discursos que ela

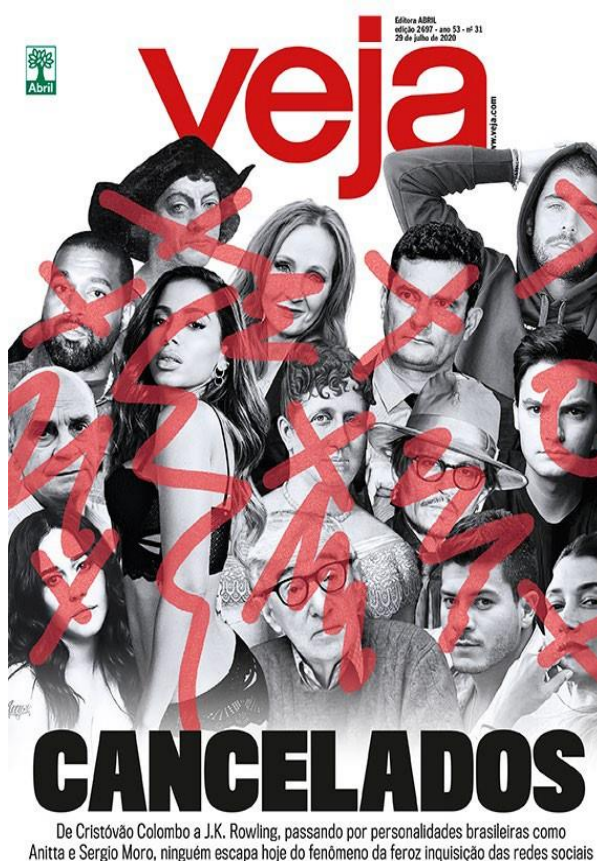
³ Macquarie Dictionary, dicionário de inglês australiano.

⁴ O movimento #MeToo, foi uma campanha que se multiplicou entre as atrizes de Hollywood contra a cultura de assédio sexual que ganhou repercussão mundial por meio das redes sociais em 2018.

acolhe e os saberes que os tornam verdadeiros. Assim, é possível distinguir “os enunciados ‘canceláveis’”, os dispositivos, as técnicas e os procedimentos que os interditam.

A icônica capa da Veja de julho de 2020 reúne um time inusitado de cancelados por aparentemente não haver uma relação de semelhança entre os membros, além de o fato de terem sido considerados culpados pelos vigilantes da internet. O tom de cinza produz um efeito de apagamento dos sujeitos e as pinceladas vermelhas, que formam rabiscos e a letra X, reforçam imageticamente a ideia de cancelamento.

Figura 3 - Capa da Veja, julho de 2020



Na capa, da esquerda para a direita: Cristóvão Colombo, Kanye West, Dráuzio Varella, Alessandra Negrini, Anitta, J.K. Rowling, Princesa Isabel, Woody Allen, Sérgio Moro, Johnny Depp, Arthur Aguiar, Pedro Scooby, Felipe Neto, Gabriela Pugliesi.

Fonte: veja.abril.com.br/edicoes-veja/2697/. Acesso em: 18 jan. 2024.

A capa reúne um grupo inusitado de cancelados por aparentemente não haver uma relação de semelhança entre os membros, além do fato de terem sido considerados culpados pelos vigilantes da internet.

De genocida à amiga falsa, o levantamento de casos de cancelamento feito pela revista nos revela a complexa tarefa de investigar as questões morais e éticas que envolvem o cancelamento. Há, no entanto, algumas regularidades que devem ser evidenciadas, como o fato de que em cada um dos casos listados, os cancelados são famosos ou celebridades que foram condenados por práticas discursivas consideradas, pelo júri virtual, como problemáticas, preconceituosas, desrespeitosas ou “politicamente incorretas” — machismo, homofobia, apropriação cultural, *bullying*, violência etc. — e em todos eles, além das críticas e ofensas dos internautas, houve punição, como diminuição do número de seguidores, boicote em eventos, perda de contratos de trabalho, entre outros. Eis a regularidade que nos ajuda a compreender o modo de funcionamento do **dispositivo do cancelamento**, cujas linhas de força que o atravessam objetivam os sujeitos como canceláveis/cancelados sob determinado regime de verdade.

3. Questões e objetivos de pesquisa

Considerando o contexto de emergência do cancelamento como um dispositivo de poder que rege os discursos e as condutas dos sujeitos na sociedade de controle, despertamos os seguintes questionamentos:

- De que modo o cancelamento se configura como um dispositivo de controle? Qual seu modo de funcionamento?
- Como o cancelamento governa condutas e produz subjetividades?
- Como esse dispositivo evidencia os regimes de verdade do nosso tempo?
- Que relações de força esse dispositivo manifesta no campo “minado” do discurso?

A partir de tais questionamentos e reconhecendo a regularidade e a relevância desse fenômeno dentro e fora das redes sociais, esta pesquisa tem **o objetivo geral de analisar como o cancelamento se constitui um dispositivo de controle dos discursos e das condutas dos sujeitos, evidenciando as vontades de verdade e a moral contemporâneas na sociedade de controle**, na qual a função de vigiar e punir é partilhada pelos usuários das redes sociais.

Pensando em um percurso investigativo que atenda a essa finalidade, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Traçar um percurso histórico das práticas de governo dos sujeitos e das condutas que possibilitaram a emergência do dispositivo do cancelamento nas redes sociais.
- Analisar o modo de funcionamento do dispositivo do cancelamento no que diz respeito à (re)produção de verdades e subjetividades na sociedade de controle.
- Analisar como o cancelamento evidencia as relações de força e os jogos de verdade do nosso tempo no que diz respeito ao verdadeiro, à moral e à ética de si. Discutir sobre a possibilidade de microfissuras no dispositivo do cancelamento, a partir da análise dos casos singulares de cancelamento do jogador de vôlei Maurício Souza e da *rapper* Karol Conká.

As discussões teóricas que nos levarão ao alcance desses objetivos estão no âmbito do campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que nos permite pensar as articulações entre regimes de discursividades e a produção de verdades e de subjetividades na sociedade contemporânea. Para tanto, mobilizamos os conceitos de sujeito, discurso, relações saber-poder, verdade, dispositivo e governamentalidade, que nos ajudam a compreender a cultura do cancelamento como um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas de controle, as quais evidenciam relações de poder e saberes que convocam divisões dos sujeitos, conforme as observações dos comportamentos perante parâmetros de legitimidade pautados em regimes de verdade.

É justamente por meio das formas contemporâneas de relações de saber-poder que podemos observar novos modos de se relacionar, novas subjetividades, assim como novas formas de vigilância e controle do discurso e das condutas.

Além disso, exploramos os conceitos de moral e ética na visão foucaultiana, isto é, como construções sociais e históricas influenciadas por relações de poder e práticas de controle social. Para o filósofo, uma ação moral não é uma atitude somente em si mesma, ela é também, por sua entrada, o lugar que ocupa no conjunto das condutas dos indivíduos. Então, como ressalta Foucault (2017), para uma ação ser moral não se deve apenas reduzir a conformidade com as regras e as leis, essa ação moral também traz uma relação do indivíduo consigo, uma constituição de si enquanto sujeito moral. De tal modo, a ética tampouco deve ser entendida como um conjunto de regras ou prescrições morais, mas como um processo de autotransformação e cuidado de si.

Torna-se ainda necessário trazer à discussão teórica o conceito de *cibercultura*, a partir dos postulados do filósofo Pierre Lévy, concebendo-a como um fenômeno que

surge a partir das interações sociais mediadas pelas tecnologias digitais, especialmente a internet. Intentamos, assim, compreender como a *web* e, principalmente, as redes sociais se constituem como espaços heterotópicos da contemporaneidade, tornando o *ciberespaço* o lugar mais propício para dar visibilidade aos sujeitos e promover o espetáculo de si.

Por outro lado, essa espetacularização da vida privada promove novas práticas de vigilância e punição, resultando no controle dos discursos e das condutas dos sujeitos. No caso do cancelamento, podemos dizer que vivemos a era da “cultura em rede”, em que os internautas se submetem à vigilância contínua ao mesmo tempo que exercem o escrutínio da vida alheia, com vistas a punir aqueles, cujas práticas estão fora dos regimes de verdade da nossa época. Nessa perspectiva, estabelece-se ainda um diálogo com as proposições Deleuzeanas acerca da modulação, na qual atuam “dispositivos algoritmos que gerenciam os interesses de influenciadores e influenciados” (Souza, Avelino, Silveira, 2018, p. 9).

4. O método e a seleção do *corpus*

Nesta pesquisa, propomo-nos a investigar o modo de funcionamento do cancelamento, enquanto dispositivo de controle, em relação às vontades de verdade e a moral contemporâneas. Portanto, metodologicamente, quanto a sua natureza, podemos classificar esta pesquisa como analítica e interpretativa, por apresentar uma abordagem qualitativa do *corpus*, visto que tem cunho descritivo-interpretativo (Gregolin, 2006a). Em termos de método, adotamos o que tem sido nomeado como arqueogenealógico, a partir dos postulados foucaultianos que nos proporcionaram ferramentas de análise do sujeito e dos enunciados. Conforme defende, Fischer (2003, p. 386), esse método nos possibilita investigar:

[...] como nos tornamos sujeitos de certos discursos, de como certas verdades se tornam naturais, hegemônicas, especialmente de como certas verdades se transformam em verdades para cada sujeito, a partir de práticas mínimas, de ínfimos enunciados, de cotidianas e institucionalizadas regras, normas e exercícios. [...] e finalmente, dar conta de possíveis linhas de fuga, daquilo que escapa aos saberes e aos poderes, por mais bem montados e estruturados que eles se façam aos indivíduos e aos grupos sociais.

Para a constituição do *corpus*, consideramos o princípio discursivo da dispersão, proposto por Foucault (2016), no qual o discurso se caracteriza pela coexistência de

enunciados dispersos e heterogêneos. Seguindo esse princípio, a montagem do *corpus* envolve diversos enunciados, que aparecem em lugares distintos, mas que se referem ao mesmo tema ou acontecimento. Quando tratamos do *corpus* em sua dispersão, estamos considerando-o no espaço descontínuo do arquivo de que faz parte.

No método arqueogenealógico, o arquivo se caracteriza como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault 2016, p. 158), pois nem todos os acontecimentos “têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos” (Foucault, 2014b, p. 18). É pelo arquivo que temos acesso aos modos de constituição dos sujeitos enquanto objetos numa dada relação de saber/poder e, ao mesmo tempo, enquanto sujeitos de sua própria ação. É também o arquivo que nos possibilita investigar as condições históricas e sociais de emergência do dispositivo, bem como as linhas de visibilidade que validam certos discursos e práticas como verdadeiros e legítimos em determinada época.

É importante considerarmos a grande quantidade de informações que circulam na *web*. Na busca e no acesso às informações, dispostas em uma rede mundial integrada cuja transferência de dados é realizada por comunicação instantânea, esse suporte nos apresenta uma *história do presente* que se configura como um acontecimento confluyente na tensão entre memória e esquecimento. Assim, na *web*, o fato de os dados estarem arquivados nos leva a sua atualização no momento em que nos dispomos a acessá-los. É, portanto, essa atualização do acontecimento no presente que nos interessa.

Na tabela a seguir, reunimos apenas alguns casos de cancelamento que reverberaram na *web*, ao longo dos últimos anos, a fim de elucidar a regularidade na dispersão do arquivo sobre a cultura do cancelamento nas redes sociais.

Acontecimento	Ano	Descrição	Enunciado	Fonte
Britto Junior – Jornalista e apresentador	2019	Cancelado por discurso considerado machista e homofóbico simultaneamente.	<i>Eu sei que está cada vez mais difícil, com tantos caras virando maricas. É direito deles, mas mulheres maravilhosas acabam ficando sem parceiros, por falta de héteros no mercado.</i>	Purepeople , 2019. Disponível em: < www.purepeople.com.br/midia/-eu-sei-que-esta-cada-vez-mais-dificil_m3098609 > Acesso em: 18 jul. 2023.

MC Gui – cantor e compositor de funk	2019	Cancelado por rir de uma criança em uma viagem à Disney. No vídeo, ele aparece dando risadas e depois aproxima a câmera no rosto de uma menina.	<i>Eu realmente já fui zocado por alguns amigos e, mano, estão postando em sites de fofocas dizendo que eu estava fazendo bullying com a criança e eu fiquei impressionado. Porque aqui nos Estados Unidos, eu vejo pessoas que são iguais aos personagens que estão nos filmes.</i>	O Popular , 2019. Disponível em: <opopular.com.br/shows-de-mc-gui-s-o-cancelados-apos-ele-ser-acusado-de-bullying-com-crianca-1.1914735>. Acesso em: 18 jul. 2023.>
---	------	---	--	--

J.K. Rowling – escritora e autora da famosa saga Harry Potter	2019	Cancelada por comentários considerados transfóbicos nas redes sociais.	<i>‘Pessoas que menstruam’. Tenho certeza de que costumava haver uma palavra para essas pessoas. Alguém me ajude. Wumben? Wimpund? Woomud?’.</i>	Notícias da TV , 2019. Disponível em: <noticiasdatv.uol.com.br/noticia/filmes-na-tv/harry-potter-cancelada-por-transfobia-jk-rowling-esta-fora-de-especial-da-hbo-max-69755>. Acesso em: 18 jul. 2023.
Alessandra Negrini – atriz	2020	Cancelada por apropriação cultural ao usar um cocar em uma festa de Carnaval de rua.	<i>Não sou a favor. Como diria Nelson Rodrigues, toda unanimidade é burra. Essas coisas precipitadas da internet levam a equívocos. O cancelamento surgiu como uma ferramenta importante de balizar as pessoas e falar: ‘Não, você não pode fazer isso, isso é horrível’.</i>	Meia Hora , 2020. Disponível em: www.meiahora.com.br/celebridades-e-tv/2021/08/6219181-alessandra-negrini-sobre-cancelamento-virtual-meio-fascista.html#foto=1. Acesso em: 18 jul. 2023.
Drauzio Varella – médico e escritor	2020	Cancelado após abraçar uma detenta condenada por ter matado e estuprado um menino de dez anos em uma reportagem sobre transsexuais presas.	<i>Sou médico, não sou juiz.</i>	Revista Quem , 2020. Disponível em: <revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2020/12/retr ospectiva-2020-famosos-que-foram-cancelados-pelo-publico.html>. Acesso em: 18 jul. 2023.
Gabriela Pugliesi – influenciadora digital	2020	Cancelada por promover uma festa em seu apartamento durante o período de quarentena pela Covid-19.	<i>Foda-se a vida!</i>	Forbes , 2020. Disponível em: <forbes.com.br/principal/2020/05/festa-durante-isolamento-pode-ter-causado-prejuizos-de-r-3-milhoes-a-gabriela-pugliesi/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Sérgio Reis – cantor e apresentador	2021	Cancelado após o vazamento de um áudio no qual afirma que caminhoneiros parariam o país até que o Senado afastasse os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de seus cargos.	<i>Enquanto o Senado não tomar essa posição, nós vamos ficar em Brasília e não sairemos de lá até isso acontecer, [pode ser] uma semana, dez dias, um mês. Se em 30 dias eles não tirarem aqueles caras, nós vamos invadir, quebrar tudo e tirar os caras na marra</i>	Aventurasna História , 2021. Disponível em: <aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia- hoje/sergio-reis-diz-que-quatro-shows-e-dois-comerciais-foram- cancelados- apos-video- vazado.phtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.
Nego Di – comediante	2021	Cancelado por apologia ao estupro.	<i>Faz uma piada e [mulheres] já querem se juntar.</i>	O fuxico , 2021. Disponível em: <www.ofuxico.com.br/reality-show/bbb/bbb21- nego-di-e-cancelado- apos-apologia-ao- estupro/>. Acesso em: 18 jul. 2023.
Nego do Borel – cantor, compositor e ator	2021	Cancelado ao ser acusado de praticar violência sexual em reality show.	<i>Até agora não entendi por que estou aqui na minha casa. Mas se for pelo fato da Dayane ter dormido comigo no estado que ela estava, desde já eu quero aqui, primeiramente, pedir perdão a minha mãe, minha avó e minhas tias, que são mulheres, e depois pedir desculpa a todas as mulheres. Porque eu não vi maldade, eu não tive maldade na hora.</i>	Metrópoles , 2021. Disponível em: <www.metropoles.com/entretenimento/ja- cancelado- nego-do-borel- sofre-nova- onda-de-odio- na-internet- veja> Acesso em: 18 jul. 2023.
Monark – youtuber, apresentador, podcaster	2022	Cancelado após defender em um podcast a criação de um partido nazista.	<i>A esquerda radical tem muito mais espaço que a direita radical, na minha opinião. As duas tinham que ter espaço, na minha opinião. [...] Eu acho que o nazista tinha que ter o partido nazista reconhecido pela lei.</i>	Metrópoles , 2022. Disponível em: <www.metropoles.com/colunas/leo-dias/saiba- quem-e-monark-e-por- que-ele-esta- sendo- cancelado-na-web>. Acesso em: 18 jul. 2023.
Will Smith – ator e produtor norte-americano	2022	Cancelado após dar um tapa na cara do comediante Cris Rock durante cerimônia do Oscar.	<i>Passei os últimos três meses revendo e entendendo as nuances e complexidades do que aconteceu naquele momento. Não vou tentar falar sobre tudo isso agora, mas posso dizer a todos vocês que não existe nenhuma</i>	Metro World News , 2022. Disponível em: <www.metroworldnews.com.br/entretenimento/2022/12/25/cancelados-de- 2022- essas-4- celebridades-tiveram- atitudes-que-nao- agradaram- e-acabaram- sendo- criticadas/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

			<i>parte de mim que acha que aquele foi o jeito certo de me comportar naquele momento. Não existe nenhuma parte de mim que acha que aquele foi o melhor jeito para lidar com os sentimentos de desrespeito ou insulto...</i>	
Léo Lins – humorista, escritor e ator	2022	Cancelado após piada considerada ofensiva viralizar na web.	<i>Eu acho muito legal o Teleton porque eles ajudam crianças com vários tipos de problemas. Eu vi um vídeo de um garoto no interior do Ceará com hidrocefalia. O lado bom é que é o único lugar da cidade onde tem água.</i>	Metrópoles , 2022. Disponível em: < www.metrosoles.com/colunas/leo-dias/leo-lins-o-cancelamento-politicamente-correto-e-a-liberdade-no-humor >. Acesso em: 18 jul. 2023.

Em cada um dos casos listados, os “cancelados” eram famosos/celebridades que foram condenados por práticas discursivas (enunciados) e não discursivas (condutas). Essas práticas foram julgadas pelo júri virtual como sendo "problemáticas", "preconceituosas", "desrespeitosas" ou "politicamente incorretas", abordando temas como machismo, homofobia, apropriação cultural, bullying, violência, entre outros. Em todos esses casos, além das críticas e ofensas oriundas dos internautas, houve punições, como a redução do número de seguidores, boicotes em eventos e a perda de contratos de trabalho. Essa consistência nos eventos ajuda a compreender a dinâmica do fenômeno do cancelamento, evidenciando os padrões de verdade que permeiam nossa sociedade contemporânea.

Importa-nos, ainda, as singularidades do *corpus* que compõem esse arquivo, pois estas representam as linhas de fuga do dispositivo. Desse modo, selecionamos como objetos de estudo desta pesquisa o caso de cancelamento do jogador de vôlei **Maurício Souza**, cancelado nas redes sociais por um comentário considerado homofóbico e da *rapper* **Karol Conká**, que ocorreu durante sua participação no *reality show* Big Brother Brasil (BBB), em 2021.

Em outubro de 2021, o jogador de vôlei Maurício Souza foi criticado nas redes sociais por um comentário considerado homofóbico sobre a imagem de divulgação do novo Super-Homem da DC Comics, em que o filho de Clark Kent aparece beijando outro

rapaz, apresentando o personagem como bissexual nos próximos quadrinhos. A partir do fato em questão, inicia-se o processo de cancelamento do jogador nas redes sociais que levou à sua demissão do Minas Tênis Clube onde trabalhava. Após o acontecimento, Maurício Souza ganhou um milhão de seguidores em sua conta do Instagram. Este fato particular desperta-nos para a investigação dos jogos de verdade no espaço virtual e, consequentemente, na sociedade contemporânea.

Figura 4 – Artigo publicado pelo jornal espanhol El País.

VOLEIBOL >

Comentário homofóbico em rede social deixa Maurício Souza sem clube e sem seleção

Jogador de vôlei foi dispensado do Minas Tênis Clube após pressão dos patrocinadores por postagem no Instagram. Treinador do Brasil diz que a equipe “não tem espaço para profissionais homofóbicos”



Maurício Souza em ação pelo Minas.
REPRODUÇÃO / INSTAGRAM

Fonte: brasil.elpais.com/esportes/2021-10-27/comentario-homofobico-em-rede-social-deixa-mauricio-souza-sem-clube-e-sem-selecao.html. Acesso em: 11 out 2023.

Alguns meses antes, do mesmo ano, após uma série de discursos e atitudes polêmicas dentro da casa onde ficam confinados os participantes do BBB, a cantora Karol Conká foi eliminada com 99,17% dos votos, recorde de rejeição do público na história do programa, ao que se deve em grande parte à campanha de cancelamento dentro e fora das redes sociais. Além de caracterizar o auge do fenômeno do cancelamento no país, até então, seguindo todos os tramites de sua maquinaria do ostracismo, este caso se torna singular pela posição-sujeito do cancelado bem como por seus desdobramentos.

Karol Conká é uma mulher preta conhecida por se posicionar publicamente a favor de pautas relacionadas às reivindicações das minorias e cujo “discurso de militância” estaria dentro de um regime de verdade a favor da diversidade. Porém, sua conduta no

reality foi condenada pelo público, uma vez que não correspondiam a sua posição-sujeito. Logo após o fim da edição do *reality*, foi lançado o documentário *A Vida Depois do Tombo* (2021), que explora a retomada de carreira da *rapper* Karol Conká, ao mesmo tempo em que levanta uma discussão sobre os limites da cultura do cancelamento e pressupõe até mesmo a emergência de uma contracultura, isto é, “a cultura do descancelamento”. Nesse sentido, buscamos por meio da análise desse recorte compreender não apenas o modo de funcionamento do dispositivo como também suas linhas de fuga e as questões morais e éticas que o atravessam e possibilitam o surgimento de subjetividades outras.

Figura 5 – Notícia publicada pelo Diário do Centro do Mundo (DCM).

Cancelada no BBB da Globo, Karol Conká é rejeitada em shows de final de ano, diz jornal

Publicado por **Pedro Zambarda de Araujo** - 27 de outubro de 2021



Reprodução / TV Globo

Fonte: www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/karol-conka-rejeitada-shows/. Acesso em: 11 out 2023.

Desse modo, é preciso investigar os acontecimentos, suas condições de emergência e os discursos que o circundam. Conduzimos nossas análises, a fim de fazer ver, pelo dispositivo do cancelamento, os jogos de verdade no que diz respeito à (re)produção de verdades e subjetividades na sociedade de controle. Verificamos também como essa relação revela o modo como o indivíduo se afirma como sujeito de igualdade na relação de si para si e de si para com o outro, fazendo-o deslocar-se para outras posições sujeito (Foucault, 2003b). Para tanto, como procedimento de análise, mapeamos séries enunciativas formadas por conteúdo de diferentes mídias — postagens na rede social X (antigo Twitter), portais de notícia na internet e o documentário *A Vida Depois do Tombo* (2021), produzido pela Globo Play.

A análise do *corpus* selecionado nos permite observar as práticas discursivas e não discursivas suscitadas do dispositivo do cancelamento na mídia, a fim de investigarmos diferentes espaços de interação virtual profícuos para as práticas de si.

5. Justificativa

As considerações tecidas neste capítulo introdutório, incluindo a seleção do *corpus* desta pesquisa, revelam a existência de um dispositivo de vigilância e controle cujo poder incide sobre o sujeito sem o suporte de uma instituição, mas controlando-o com igual eficácia por meio do “policiamento do discurso”. O cancelamento leva à punição, isto é, ao “banimento virtual”, cujas consequências podem extrapolar o espaço heterotópico da *web*.

Ao mesmo tempo que o dispositivo do cancelamento atua de modo a interditar dizeres, ele elege os dizeres verdadeiros, aqueles pertencentes a um regime de verdade. Contudo, é na rede complexa desse dispositivo em que os sujeitos se posicionam discursivamente, manifestando diferentes vontades de verdade, que revelam a natureza do discurso como objeto de poder e resistência.

Ao situar este estudo no panorama acadêmico, é crucial destacar sua resposta à demanda emergente na área. A cultura do cancelamento, embora amplamente discutida, carece de uma análise abrangente das condições sócio-históricas que a possibilitaram e das consequências que acarreta. Este trabalho preenche essa lacuna, fornecendo uma investigação aprofundada das práticas que moldam as “verdades do nosso tempo” nas redes de poder contemporâneas.

Pensar esses jogos de verdade nas redes é também um trabalho complexo, mas igualmente importante, uma vez que nos leva a refletir sobre as práticas que constituem “as verdades do nosso tempo”, bem como sobre os inúmeros processos de objetivação que ocorrem nas redes de poderes e suas articulações, que nos capturam, repartem, classificam.

Desse modo, é essencial investigarmos as condições sócio-históricas que possibilitaram a emergência da cultura do cancelamento em nossa sociedade, uma vez que o dispositivo do cancelamento tem legitimado dizeres, moldado mentes e conduzido o comportamento dos sujeitos, principalmente nas redes sociais, o que afeta diretamente

a construção dos discursos de verdade na contemporaneidade, contribuindo, assim, para a constituição de novas subjetividades e para a desestabilização dos preceitos morais e éticos dos sujeitos.

6. Estrutura da tese

Após apresentar as Considerações Iniciais deste trabalho, no capítulo seguinte, intitulado *Estudos discursivos foucaltianos: ferramentas e método* apresentamos o método arqueogenealógico e o percurso analítico que norteou esta tese.

No capítulo seguinte, intitulado *Vigiar e punir na sociedade de controle* aprofundamos as discussões acerca do cancelamento, resgatando sua historicidade e analisando-o como dispositivo de controle.

A partir dessa investigação, revelamos as linhas de visibilidade e de enunciação do dispositivo, o que nos levou à composição do capítulo *O dispositivo do cancelamento e os jogos de verdade*, em que analisamos o caso de cancelamento do jogador Maurício Souza. A partir dessa análise, foi possível observar os jogos de verdade que atravessam o dispositivo, evidenciam suas linhas de força.

No capítulo *O dispositivo do cancelamento e as técnicas de si*, ao analisar o caso de cancelamento da rapper Karol Conká verificamos as linhas de fuga do dispositivo e como o indivíduo se afirma como sujeito de igualdade na relação de si para si e de si para com o outro, fazendo-o deslocar-se para outras posições sujeito.

ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCALTIANOS: FERRAMENTAS E MÉTODO

Como um leitor pesquisador da área de linguagens lê Foucault? Quais as consequências derivadas desse nosso olhar, que lê Foucault pela lente da linguagem e do discurso? Quais conceitos foucaultianos mobilizamos, em seus excessos e suas faltas, nas análises da produção e circulação de discursos? (Gregolin, 2016, p. 116)

As questões levantadas pela pesquisadora Rosário Gregolin⁵, nos levam a refletir sobre quais são e como se aplicam as contribuições de Michel Foucault no campo teórico da Linguística, considerando que esse autor jamais pretendeu fundar uma teoria ou disciplina do discurso e nem mesmo atribuía a si mesmo o título de linguista. Esclarecemos, no entanto, que não é nossa pretensão, neste capítulo, responder em definitivo a todas essas questões, mas evidenciar de que modo a filosofia foucaultiana tem servido aos estudos da linguagem e situar teoricamente esta pesquisa no âmbito dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

É válido salientar que, no que tange aos estudos do discurso, por muito tempo, a leitura dos pressupostos foucaultianos foi associada à Análise do Discurso (AD) de tradição francesa. Foi a partir dos estudos de J. J. Courtine, ainda em 1960, que os trabalhos de Michel Foucault (inicialmente, a partir de um diálogo com as proposições pêncheuxianas) foram introduzidos nessa teoria, trazendo conceitos que funcionavam como ferramentas no exercício de análise dos discursos e dos sujeitos.

Courtine baseou-se nos conceitos e nas metodologias propostas por Michel Foucault para desenvolver uma análise mais aprofundada das práticas discursivas, expandindo os estudos foucaultianos sobre o discurso e trazendo contribuições específicas para o campo da AD, principalmente no que concerne à compreensão do discurso como um fenômeno historicamente situado, moldado por relações de poder e sujeito a práticas de controle e normalização. No entanto, ao longo das últimas décadas, o acúmulo de pesquisas de vertente foucaultiana na AD evidenciou a emergência de um saber específico no campo dos estudos discursivos.

⁵ A professora e pesquisadores Maria do Rosário Gregolin leciona no Departamento de Linguística da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), campus de Araraquara. No final dos anos 1990, ela fundou o Grupo de Estudo de Análise do Discurso – Araraquara (GEADA), a partir do qual o pensamento foucaultiano começou a proliferar no campo dos Estudos Discursivos no Brasil.

No Brasil, especificamente, outros campos do saber, como a Sociologia, a Filosofia, a História e a Medicina, já se valiam das proposições de Foucault. Mas foi só no final dos anos 1990 que o pensamento desse filósofo francês conquistou espaço dentro da Linguística, resultou na criação do GT (grupo de trabalho) Discursivos Foucaultianos, em 2018, na ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística), que reúne os principais pesquisadores da área.

As primeiras pesquisas dos Estudos Discursivos Foucaultianos foram desenvolvidas pelo GEADA (Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara), liderado pela professora Maria do Rosário Gregolin, a pioneira na disseminação dos Estudos Foucaultianos no interior da Linguística. Os trabalhos desenvolvidos pelo GEADA se tornaram referência para vários outros grupos de pesquisa, e isso se deve, principalmente, pela atuação de professores e pesquisadores que organizaram e fundaram, cada um em suas instituições, grupos de pesquisa de vertente foucaultiana; entre eles o **CIDADI** (Círculo de Discussões em Análise do Discurso), ao qual filiamos esta pesquisa. O referido grupo faz parte da linha de Pesquisa “Discurso e Sociedade”, do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e é coordenado pela professora doutora Regina Baracuh, que o fundou em 2008.

O CIDADI também tem caráter interinstitucional, pois é composto por professores- pesquisadores de várias universidades de norte a sul do Brasil (UNESP, UEM, UNICENTRO, UNIR, UNB, UFMA, UFPA, UNIFESSPA, UEFS, UFRN, UERN, UFERSA, UFCG, UEPB, UFPB), bem como por discentes da Graduação, em nível de Iniciação Científica, do Mestrado e Doutorado — os quais, de modo geral, perseguem o mesmo objetivo, analisar as relações entre o discurso, o sujeito, a verdade e o poder, por meio das práticas de governamentalidade e dos movimentos de resistência, tanto na esfera midiática quanto no espaço urbano.

Assim, somando-se às pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos anos no CIDADI, esta tese, ao abordar uma temática de relevância social, contribui para a discussão das práticas discursivas do sujeito contemporâneo e promove uma reflexão sobre as formas de resistência e a relação entre o governo de si e dos outros na sociedade de controle.

1. Foucault e os estudos da linguagem

Quando investigamos a presença de Foucault no campo da Linguística, entendemos que ela se impõe, se considerarmos o discurso como elemento central do seu pensamento. Ao pensar e ressignificar os conceitos de discurso, enunciado, formação discursiva, práticas discursivas e arquivo, por exemplo, Foucault se aproxima dos estudos da linguagem. No entanto, as proposições foucaultianas consideram as condições sócio-históricas, não lineares, de existência dos discursos em sua heterogeneidade, afastando-se dos métodos tradicionais, tanto da Linguística quanto da História.

Eu me dei como objeto uma análise do discurso, fora de qualquer formulação de ponto de vista. Meu programa não se fundamenta tampouco nos métodos da linguística. A noção de estrutura não tem nenhum sentido para mim. O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos (...) (Foucault, 2006, p. 255).

Para Foucault, “a Linguística permitiu, enfim, analisar não somente a linguagem, mas os discursos, isto é, ela permitiu estudar o que se pode fazer com a linguagem” (Foucault, 2000, p. 174). Contudo, não interessava ao filósofo descrever os aspectos linguísticos que envolvem os discursos, mas sim analisar suas regras de formação, os “sistemas de emergência, aparecimento e distribuição” de enunciados efetivamente ditos em um dado momento (Foucault, 2016, p. 95). Diante dessa constatação e da consolidação dos Estudos Discursivos Foucaultianos no interior da Linguística, os pesquisadores da área têm centrado seus trabalhos no que o pesquisador denominou de “três problemas tradicionais”:

1) Quais as relações que temos com a verdade por meio do saber científico, quais as nossas relações com esses ‘jogos de verdade’ que são tão importantes na civilização e nos quais somos, ao mesmo tempo sujeito e objeto? 2) Quais são as relações que estabelecemos com os outros por meio dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, 3) Quais as relações entre a verdade, poder e si? (Foucault, 2006, p. 293).

A partir dessas problemáticas, reconhecemos a teoria foucaultiana como uma “caixa de ferramentas”, onde podemos encontrar conceitos significativos e muito particulares para a investigação da constituição de sujeitos na articulação saber-poder-verdade. Segundo o próprio Foucault (2006, p. 251): “a teoria, como caixa de ferramentas, quer dizer: que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma *lógica* própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno deles” (grifo do autor).

A teoria do discurso subjacente ao pensamento foucaultiano deriva do seu objetivo fundamental de compreender como se articulam os processos de subjetivação e as verdades no âmbito da produção discursiva. De acordo com o próprio Foucault (2014b, p. 119), seu principal objetivo, “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. Partindo desse desígnio, o autor realiza sua investigação histórica das subjetividades em três momentos, denominada por Rosário Gregolin (2004, p. 55) como as três fases de Foucault. Inicialmente, temos a fase **Arqueológica**, na qual ele investiga a constituição do sujeito moderno pela análise do saber e da produção de discursos, ou seja, a noção de sujeito como objeto de conhecimento, produto do saber. Na obra *As palavras e as coisas* (1966), por exemplo, Foucault procura demonstrar de que maneira diferentes saberes, diferentes modos de investigação, se organizaram para a constituição do sujeito moderno.

Posteriormente, na fase da **Genealogia do Poder**, Foucault busca analisar como os sujeitos são atravessados pelo poder por meio de dispositivos estratégicos de controle, classificação e interdição. A obra *Vigiar e Punir* (1975) é considerada como o marco inaugural dessa fase, pois é nela que o autor traça uma genealogia das relações entre o poder e o saber para descrever como nos tornamos o que somos. Por fim, na fase da **Genealogia da Ética**, Foucault analisa as relações do sujeito consigo mesmo, as formas de acesso à verdade e ao conhecimento de si, por meio de práticas e técnicas de subjetivação, na dimensão de uma ética e estética do cuidado de si. No curso *Do Governo dos Vivos* (1980), ele declara mais explicitamente que se propõe a um deslocamento no seu campo de análise, passando da noção saber-poder para a noção de governo dos homens pela verdade.

É importante, no entanto, pensar as teorizações foucaultianas na forma de uma arqueogenealogia, pois essa divisão é apenas de caráter didático e não dicotômico, portanto, não se opõem, mas se complementam. Nesse sentido, por exemplo, Veiga-Neto

(2003) adota, em vez de fases ou etapas, a expressão “domínios foucaultianos” para designar “ser-saber”, “ser-poder” e “ser-consigo”.

Além disso, todo esse percurso ambicionava, através de um diagnóstico do presente, a resposta à pergunta: quem somos nós hoje? Foucault entende o presente como um ponto de transição na história que revela sinais de acontecimentos futuros ao mesmo tempo em que reflete as mudanças do passado, marcando as diferenças que nos permitem ser o que somos hoje e, mais importante, como podemos ser diferentes:

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um *ethos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível. (Foucault, 2000, p. 351).

A investigação que se estabelece nesta pesquisa tem a necessária pretensão de realizar um “diagnóstico do presente” e responder à questão foucaultiana por meio de uma cartografia⁶ do dispositivo do cancelamento. É evidente que este é apenas o “nó” em uma complexa rede de práticas (discursivas e não discursivas) que constituem quem somos nós hoje. Esta pesquisa persegue exatamente o percurso arqueogenealógico ao investigar a emergência desse dispositivo, seu modo de funcionamento e os jogos de verdade, as estratégias de saber-poder que o envolvem e capturam os indivíduos, tornando-os sujeitos.

2. Ferramentas arqueológicas: o enunciado e seu caráter de acontecimento

Nas obras que compõem a fase arqueológica dos estudos de Foucault, vemos a problematização do conhecimento através de uma investigação da constituição dos saberes que embasam a cultura ocidental e produzem, como efeito, modos de objetivação

⁶ Gilles Deleuze, ao fazer uma releitura de diversos filósofos, formula o conceito de cartografia a partir do método intuitivo de Henri Bergson e da genealogia de Michel Foucault. De Bergson, Deleuze (2004) traz para a cartografia as noções de multiplicidade e temporalidade, construídas no conceito de Duração: o jorro ininterrupto de mudança em que se encontram as diferenças de natureza. Da filosofia de Foucault, Deleuze (1990) se inspira no conceito de Dispositivo, como um conjunto multilinear de elementos moventes e heterogêneos. Duração e Dispositivo dão origem a um dos princípios fundadores da cartografia, o Rizoma – conceito complexo que reúne a ideia de multiplicidade e desterritorialização.

do sujeito. Temos nesse período o lançamento de livros como *O Nascimento da Clínica* (1963), *A História da Loucura* (1972) e *A Arqueologia do Saber* (1969). Esse último nos interessa sobremaneira, pois apresenta conceitos valiosos que constituem a base do método arqueogenealógico e fogem completamente dos métodos tradicionais, tanto da Linguística quanto da História. Foucault justifica, assim, a organização dessa obra:

[...] trata-se de revelar os princípios e as consequências de uma transformação autóctone que está em vias de se realizar no domínio do saber histórico; [...] tem por finalidade colocar novamente em questão as teleologias e as totalizações; [...] definir um método de análise que esteja isento de qualquer antropologismo (Foucault, 2016, p. 19).

A partir desse esclarecimento, em se tratando de História, Foucault estabelece uma relação crítica entre Nietzsche e as teses da Nova História. De acordo com Gregolin (2006), a partir da obra de Nietzsche, Foucault lança a proposta de uma história genealógica, que problematiza o passado, a fim de desvendar suas camadas arqueológicas, ao mesmo tempo em que faz uma crítica do presente, problematizando a noção de tempo, aproximando-a da ideia de “devir”: “o tempo é constituído por relações de força em permanente mudança e essa oscilação permite um relativo equilíbrio entre lembrar e esquecer no interior de um jogo entre a forma homem e as forças do tempo” (Gregolin, 2006, p. 163).

Ademais, os trabalhos de Foucault apresentavam, desde o início, uma visão crítica sobre os métodos e objetos da História tradicional, “criticando o fato de ela voltar sua atenção para longos períodos e acentuar a alternância entre equilíbrios, regulação e continuidades, apagando, assim, a dispersão, os acidentes, a descontinuidade” (Gregolin, 2006, p. 163). Nessa perspectiva, Foucault se aproxima dos historiadores do movimento conhecido como Nova História⁷, pois propõe uma desconstrução da imagem linear e evolutiva dos acontecimentos históricos: uma investigação de uma história geral, com

⁷ Este movimento teve início na França, nas décadas de 1910-1920, e partiu da inquietação de dois jovens historiadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, que criticavam as metodologias da História tradicional acusando-a de projetar a formação de uma história geral, privilegiando os grandes acontecimentos e os seus protagonistas, seu objetivo era “reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio – material e espiritual – de uma sociedade”, a partir de uma sucessão de acontecimentos lineares, supondo um sistema totalitário e homogêneo de desenvolvimento das civilizações, numa lógica evolutiva (Foucault, 2016, p. 17).

múltiplos centros de dispersão e com uma diversidade de sentidos, isto, é, uma “história das discontinuidades”. Nesse sentido, colocam-se em jogo “outros passados”, silenciados a partir de um recorte homogeneizante dos acontecimentos oficiais. Sob essa perspectiva, que privilegia o estigma da dispersão, um acontecimento aleatório pode fazer “oscilar a história”.

No que concerne ao discurso, Foucault não está preocupado com a sua origem, mas sim com sua irrupção na história descontínua e dispersa que permite seu apagamento e reaparição, esquecimento e repetição, reprodução e transformação. E é na fase arqueológica que Foucault mais teoriza sobre o discurso; sua proposta é compreendê-lo em sua irrupção de acontecimentos e reconstituir suas condições de emergência. Por isso, o conceito de acontecimento é tão importante na constituição do método arqueológico.

O **acontecimento** pode ser descrito como uma irrupção no tapete da história, feito de cesuras, um (re)corte que funda a interpretação, constrói verdades e desconstrói outras; essa fissura que dissipa os sujeitos em múltiplas funções e posições, (re)criando identidades. Assim, desprendendo-se das estruturas universais do conhecimento, o objetivo do arqueólogo era, portanto, investigar as práticas discursivas que constituem os saberes de determinada época, o **arquivo**, isto é, “a população de acontecimentos no espaço do discurso” (Foucault, 2016, p. 19) que estabelece verdades e funda funções/posições sujeito. Repousa aí, também, o objetivo desta pesquisa, isto é, escavar e evidenciar as práticas discursivas que constituem o cancelamento, como um dispositivo de saber/poder que elege verdades, aquilo que pode ou não ser dito, e institui formas sujeito. Desse modo, no arquivo que constitui a cultura do cancelamento na internet, selecionamos acontecimentos discursivos singulares que possibilitam a investigação das regularidades e, ao mesmo tempo, por suas singularidades, a percepção de brechas na parede desse dispositivo.

Atrelado ao conceito de acontecimento está o de **enunciado**. Este, por sua vez, pode ser conceituado como a unidade material das práticas discursivas; é preciso defini-lo em sua essência mesma e não por aquilo a que ele se refere ou designa:

[...] o enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. [...] está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência renascente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; [...] é único como todo

acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; [...] está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequência por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (Foucault, 2016, p. 35).

Vê-se que a natureza do enunciado o diferencia da proposição, da frase ou dos atos de fala, como defende Foucault: “não basta tampouco qualquer realização material de elementos linguísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir (Foucault, 2016, p. 104)”, pois ele não se constitui como estrutura, mas como “uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faz com que apareçam conteúdos concretos no tempo e no espaço” (Foucault, 2016, p. 105). Interessa, portanto, a análise de enunciados efetivamente produzidos, em dado momento histórico, a fim de evidenciar os vestígios que possibilitaram seu retorno e transformação.

De acordo com essa proposta, a descrição da função enunciativa se caracteriza a partir de quatro condições fundamentais: a) possuir um referencial; b) estar ligado a um sujeito enunciativo; c) ter um domínio associado; d) apresentar uma existência material. Nesse sentido, a primeira (a), diz respeito ao **referencial** do enunciado, isto é, às possibilidades (sociais e históricas) de aparecimento de determinado enunciado e não outro em seu lugar, ou seja, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos, objetos, estados de coisas e as relações postas em jogo (Foucault, 2016, p. 110-111). A segunda (b) se refere à **relação do enunciado com o sujeito**, que, na perspectiva foucaultiana, distancia-se de uma concepção autoral, podendo ser descrito como um lugar vazio que pode ser ocupado por qualquer indivíduo ao assumir esta função, na qual pode ocupar diferentes posições no discurso. Assim, “um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (Foucault, 2016, p. 113). A terceira (c) aponta para o fato de que a função enunciativa só pode ser exercida dentro de um **domínio associado**, um campo associativo que lhe seja adjacente. Assim, o enunciado nunca estará isolado, pois é margeado por outros enunciados e sempre suscita outros, tendo sempre em torno de si “um campo de coexistências” no qual se multiplica e se acumula; é “oferecido como objeto possível, a um discurso futuro” (Foucault, 2016, p. 119). Por fim, a última condição (d) de funcionamento da função enunciativa atesta sobre sua **singularidade enquanto acontecimento** que, ao mesmo tempo, apresenta uma materialidade repetível,

pois pode sempre ser retomado, sendo jamais definitivo, mas modificável. Nesse sentido, o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias em que sua identidade se mantém ou se apaga (Foucault, 2016, p. 128).

A condição de uma existência material para o enunciado nos ajuda a entender sua natureza, a qual Foucault aborda por meio dos princípios da **raridade**, da **exterioridade** e do **acúmulo**. Nessa perspectiva, considera-se o efeito de rarefação, segundo o qual, nem tudo pode ser dito e nem tudo que é efetivamente dito reverbera indefinidamente, de modo que a aparição do enunciado é única e nunca de outra forma, e em condições determinadas. No que diz respeito à exterioridade, trata-se da reconstituição da descontinuidade do enunciado para concebê-lo no conjunto das coisas ditas, das relações, no intuito de apreender sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziu, para reencontrar sua incidência de acontecimentos. Por fim, o efeito de acúmulo dos enunciados “na espessura do tempo, em que subsistem, em que se conservam, em que são reativados, e utilizados [...] esquecidos e até mesmo, eventualmente destruídos” (Foucault, 2016, p. 152).

A partir dessa noção de enunciado, podemos concluir que poucas coisas são ditas de fato, em condições sócio-históricas específicas, e, por isso, são raras. Dessa forma, apesar de repetível, o enunciado se apresenta acima de tudo como um acontecimento singular. Precisamos, portanto, considerar uma série de condições de aparecimento do enunciado para dizermos se estamos diante de um mesmo enunciado em condições enunciativas novas. Para tal, é preciso considerar o enunciado dentro de um conjunto complexo e heterogêneo, isto é, o arquivo, que pode ser compreendido ainda como o agrupamento de tudo o que foi produzido, discursivizado, acumulado ao longo do tempo sobre determinado acontecimento discursivo. No entanto, apesar de ser organizado por certa regularidade — de temas, de enunciados, de conceitos etc. — o arquivo “não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade” (Foucault, 2016, p. 159).

A fim de mapear o dispositivo do cancelamento, nesta pesquisa, investigamos os discursos que compõem o arquivo sobre a cultura do cancelamento na internet, por meio de séries enunciativas, em sua materialidade repetível, ou seja, reproduzindo-se, refutando-se, modificando-se e até mesmo incitando a emergência de enunciados outros, movendo-se na mesma **formação discursiva** (FD) e transitando entre FDs.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma **formação discursiva** [...] (Foucault, 2016, p. 46-47, grifos nossos).

Este conceito teórico-metodológico nos permite enxergar, na dispersão dos enunciados, regularidades nos acontecimentos discursivos, pois todos os elementos que compõem uma FD estabelecem relações entre si, segundo regras específicas de práticas discursivas em um certo tempo e espaço. Os enunciados que compõem o discurso sobre a cultura do cancelamento, por exemplo, navegam num sistema de dispersão na *web*, mas, por apresentarem certa regularidade temática, fazem parte da mesma FD.

Figura 6- Post da J. K. Rowling.



Tradução: "Pessoas que menstruam". Tenho certeza de que costumava haver uma palavra para essas pessoas. Alguém me ajude. Wumben? Wimpund? Woomud?.

Fonte: twitter.com/jkrowling/status/1269382518362509313. Acesso em: 06 out. 2023.

Para compreendermos melhor o conceito de formação discursiva e a natureza do enunciado, observamos a série enunciativa acerca do cancelamento da escritora inglesa J. K. Rowling que, em junho de 2020, foi acusada de transfobia por um comentário (Figura 6) em seu perfil na plataforma X. Este enunciado emerge em um contexto no qual observa-se, principalmente na mídia, o exercício do poder/saber advindo dos segmentos LGBTQIAP+. Por isso, o surgimento desse enunciado no tecido da história, especialmente nesse espaço, irrompe como um ato de resistência, uma vez que produz um efeito de apagamento ao denominar ironicamente “pessoas que menstruam” como mulheres, excluindo, portanto, homens transexuais.

A posição sujeito escritor/celebridade J. K. considera que a identidade de gênero das pessoas — isto é, se a pessoa se identifica como homem, mulher ou não-binária — é definida exclusivamente pelo sexo biológico. Essa ideia, portanto, não reconheceria a existência da população *trans*, nem qualquer pessoa que não fosse cisgênero, como as não-binárias, já que estas são justamente pessoas que não se identificam com seu sexo biológico. Assim, a escritora da famosa saga de Harry Potter, ocupa o lugar de transfóbica e é objetivada como uma feminista radical trans-excludente (TERF), o que leva ao seu cancelamento.

O enunciado em análise tem valor de acontecimento, pois reverbera socialmente e invoca, ao mesmo tempo, enunciados outros que revelam sua materialidade repetível e mutável ou refutável, movimentando-se dentro de uma mesma formação discursiva, integrando, assim, o conjunto de enunciados que compõem o discurso sobre os sujeitos cancelados na dispersão da *web*.

Internautas anônimos (figura 7), influenciadores (figura 8), celebridades (figura 9) e até mesmo instituições — GLAAD, uma das maiores entidades pró-LGBT do mundo (figura 10), pronunciaram-se contra os *tweets* de J. K. Os enunciados que constituem essa rede em volta do acontecimento discursivo emergem em condições sócio-históricas específicas, em que há um desejo pelos grupos que militam sobre o tema, de reconhecer e legitimar a existência de pessoas transsexuais.

Figura 7- Post de um internauta anônimo.



Tradução: “Mas eu escrevi harry potter! E nós te saudamos por isso. Agora, não volte mais.” Fonte: twitter.com/LucyAckerman11/status/1306538434094395392. Acesso em: 06 out. 2023.

Nesse *tweet*, destacamos o uso da *hashtag*⁸ #RIPJKRowling, concebida no interior de determinado regime de verdade, que atribui ao enunciado o efeito de acúmulo, potencializando sua circulação indefinidamente na rede. Como uma *hashtag* permite chegar às páginas que possuem conteúdos similares, o efeito de verdade construído por ela pode também contribuir para a promoção/consolidação do cancelamento do sujeito. Esse mesmo efeito pode ser observado em relação ao número de curtidas nas figuras 8 e 9.

⁸ Quando este [#] caractere é colocado antes de uma palavra ou frase, constrói uma formulação chamada *hashtag*, bastante utilizada não só na plataforma X, mas também em outras redes como Facebook e Instagram.

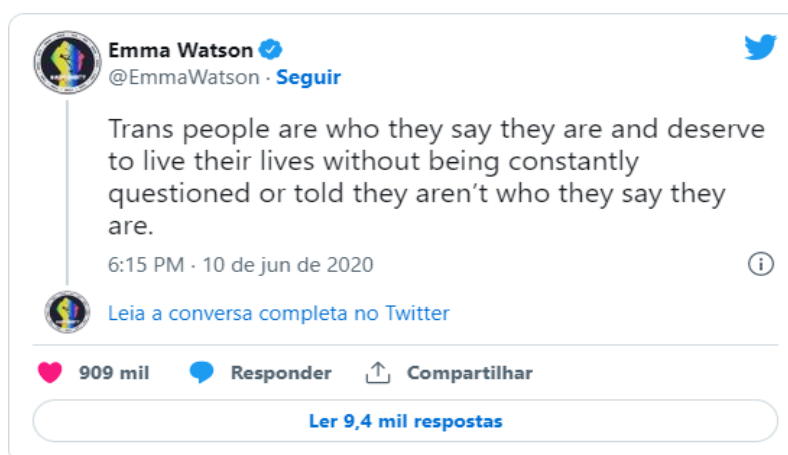
Figura 8- Post de Caê Vasconcelos — homem trans, roteirista, apresentador e colunista.



Fonte: twitter.com/caevasconcelos/status/1269415569595367424. Acesso em: 06 out. 2023.

A expressão “passar pano”, no contexto da cultura do cancelamento, significa amenizar ou justificar determinado comportamento passível de cancelamento. No caso em questão, a autoria e importância da série de livros Harry Potter para a literatura infanto-juvenil mundial, poderia ser um fator de absolvição. No entanto, observamos uma tentativa de dissociação do autor em relação à obra “hp é maior que vc” — estratégia discursiva de legitimação do cancelamento.

Figura 9- Post da atriz Emma Watson.



Tradução: Pessoas “trans” são quem elas dizem que são e merecem viver a vida delas sem serem constantemente questionadas ou ouvindo que não são quem elas dizem que são.

Fonte: twitter.com/EmmaWatson/status/1270826851070619649. Acesso em: 06 out. 2023.

Figura 10 – Post da GLAAD — ONG estadunidense engajada na causa LGBTQIAP+



Tradução: JK Rowling continua a se alinhar com uma ideologia que distorce intencionalmente fatos sobre identidade de gênero e pessoas que são *trans*. Em 2020, não há desculpa para segmentar pessoas *trans*. Fonte: twitter.com/glaad/status/1269420662889857024. Acesso em: 18 jan. 2024.

Mais recentemente, ao fazer uma crítica à cultura do cancelamento, Vladimir Putin comparou o tratamento dispensado ao seu país ao cancelamento que J.K. Rowling enfrentou, em uma videoconferência com profissionais do setor de artes e literatura, dizendo que o Ocidente estava tentando “cancelar a Rússia”. É válido salientar que, em fevereiro de 2022, a Rússia foi condenada e sofreu sanções internacionais após a decisão de Putin de invadir a Ucrânia.

O que possibilita a emergência desse enunciado é, justamente, seu domínio associado, é pertencer a uma formação discursiva cujas regras e regularidade temática lhe permitem a existência. A resposta de JK Rowling ao comentário de Putin, no entanto, revela as regularidades e os conflitos que se travam entre os enunciados dentro de uma mesma FD, pois, ao mesmo tempo em que podem se aproximar, também se repelem.

Figura 11- Post de JK Rowling contra Putin



Tradução: As críticas à cultura ocidental do cancelamento possivelmente não são mais bem feitas por aqueles que atualmente massacram civis pelo crime de resistência, ou que prendem e envenenam seus críticos.

Fonte: twitter.com/jk_rowling/status/1507364792834666511. Acesso em: 18 jan. 2024.

Observamos, a partir dessa série enunciativa, que o discurso de J. K. Rowling reverberou na *web* de formas diferentes, ressignificado por indivíduos em diferentes posições-sujeito. Isto porque, enquanto acontecimento discursivo, ele possui uma materialidade repetível, podendo sempre ser retomado, jamais definitivo, mas modificável. Cada unidade dessa série que retoma o *tweet* da escritora possui o mesmo referencial e está dentro de um mesmo campo associado e, portanto, apresenta as mesmas condições de emergência. Contudo, o enunciado se coloca “em campos de utilização”, tornando-se, assim, um elemento dessa trama, o qual é refutado pela maior parte dos sujeitos que se opõe ao discurso considerado preconceituoso e transfóbico. Há, por outro lado, a reprodução pela identificação, que é o caso do discurso de Putin. Observa-se, portanto que, os enunciados movem-se dentro da mesma FD, mas ao mesmo tempo que se atraem pela regularidade se repelem pela singularidade.

Há, nesse sentido, o que Foucault chama de “positividade do enunciado”, é o que o caracteriza enquanto uma unidade através do tempo, que ultrapassa os limites da materialidade linguística e nos permite dizer se está se tratando de um mesmo conteúdo, do mesmo objeto, em um mesmo espaço. Ela também possibilita o diálogo entre diferentes autores, que estão na mesma formação discursiva por tratarem do mesmo tema, mesmo sem o saber. De acordo com o filósofo (2016, p. 145), a positividade “define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos”, desempenhando o papel de a priori histórico — condições de emergência do enunciado; conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva, que se relacionam necessariamente com o nível não discursivo.

Portanto, ao fazer trabalhar o método arqueogenealógico na nossa investigação, não nos cabe aqui promover o esgotamento do arquivo, mas encontrar, a partir de uma série enunciativa, na dispersão de sua historicidade, as regularidades que colocam os enunciados numa mesma FD, sem desconsiderar sua exterioridade e a sua singularidade, enquanto acontecimentos discursivos que revelam as relações de poder e resistências que os atravessam.

3. Ferramentas genealógicas: relações de saber-poder e a constituição do sujeito

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (Foucault, 2014, p. 9-10)

Uma das ideias centrais da genealogia foucaultiana é a de que o poder opera por meio da produção de saberes e da imposição de certas categorias de pensamento. São os dispositivos de saber-poder, que estabelecem certas ideias, conceitos e práticas como legítimos e verdadeiros, enquanto outras são marginalizadas ou excluídas. Nesse sentido, Foucault estuda a classificação, a separação e a interdição dos sujeitos em nossa sociedade, observando como ocorreu a passagem do poder soberano para o poder disciplinar até vivenciarmos, a partir da metade do século XVIII, os efeitos do biopoder. As obras *Vigiar e Punir*, *História da Sexualidade I: a vontade de saber*; os cursos *Em defesa da sociedade*, *Segurança, Território e População* e as entrevistas reunidas em *Microfísica do Poder*, obra organizada por Roberto Machado, são imprescindíveis para entender o que Foucault denomina de **analítica do poder**.

Foucault argumenta que o poder não é algo que uma instituição ou indivíduo possua, mas algo que se manifesta através de relações sociais, estruturas institucionais e práticas discursivas. De modo complementar a essa percepção do poder, o conceito de FD concebido por Foucault em seu projeto arqueológico, nos permite analisar como os saberes se constituem a partir das práticas discursivas e como cada FD constrói os objetos sobre os quais fala, a partir dos enunciados que compõem os discursos de uma época, que são produzidos e circulam como verdades em uma trama discursiva. Nas palavras do filósofo, analisar uma FD é "tratar um conjunto de performances verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que os caracteriza" (Foucault, 2005, p. 141-142).

Na perspectiva foucaultiana, a positividade funciona como um “a priori histórico” — conjunto de regras que caracterizam uma prática discursiva estabelecida em determinado tempo e espaço; podem ainda definir, por unidade temática/área do saber, o modo de ser dos objetos que aparecem nele, o olhar cotidiano dos poderes teóricos e as condições nas quais um discurso pode ser considerado verdadeiro (Foucault, 2000, p. 219).

Michel Foucault define que o discurso é uma prática eminentemente política, visto como um lugar de luta onde saber e poder se aglutinam. Nesse sentido, o filósofo direciona seu olhar para os modos como os **discursos** são produzidos e interditados e estabelece relações entre práticas de **poder e jogos de verdade**.

Em seu curso *Genealogia do poder* no Collège de France em 1976, Foucault (2016a, p. 98) levantava alguns questionamentos: “O que é o poder? [...] Quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos dispositivos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados?”. A partir dessa reflexão, ainda sob o viés de uma história das discontinuidades, ele propõe uma genealogia dos saberes:

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma ressurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (Foucault, 2016a, p. 267-268).

Com isso, a visão foucaultiana sobre o poder se afasta daquela com o predomínio da unicidade, da centralidade, pois ele observa sua existência em “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação” (Machado, 2016, p. 12). O poder não seria um objeto natural, mas uma prática social, instituída historicamente; sua existência se dá na forma de lutas e processos históricos. Por isso, devemos nos afastar do efeito centralizador que institui ao Estado e às instituições a apropriação plena do poder, afastando-se, também, das ideias marxistas de dominação — pela lógica das lutas de classes —, em que ele ocorre “de baixo para cima”. Em contrapartida, como propõe Foucault, o poder atravessa toda a estrutura social através de **micropoderes** e transborda os limites das classes, do Estado e das suas formas de controle:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. (Foucault, 1987, p. 30)

Assim, sem pretender negar a existência de uma forma de poder estatal, o autor reconhece o poder enquanto um mecanismo, de complexas engrenagens, que sustenta todos os níveis de relações, atravessando os indivíduos, os corpos, os gestos e os comportamentos, sendo assim, impossível controlá-lo ou canalizá-lo em um único elemento propagador. É ubíquo e difuso ao mesmo tempo. A proposta genealógica, portanto, trata a questão do poder enquanto exercício em seu âmbito mais regional, mais particular e prolixo, para investigar seu funcionamento nos mais diversos tipos de relação, é nesse sentido que nos propomos a analisar, nesta pesquisa, as relações de poder que se estabelecem e são regidas pelo dispositivo do cancelamento.

Foucault ainda defende que o poder não funciona apenas em termos de repressão, imposição, obrigação, sendo assim, algo predominantemente negativo, mas permite em si o enfrentamento, a oposição. Afinal, de acordo com o autor, o poder só pode ser

exercido sobre sujeitos livres e a resistência, a capacidade de se rebelar é a condição dessa liberdade. Essa concepção de poder torna-se, então, muito produtiva, pois não vem na forma de completa submissão aos que “não o têm”; “ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se, por sua vez, nos pontos em que ele os alcança” (Foucault, 2014a, p. 30). Portanto, toda forma de resistência deseja tomar o poder, exercê-lo. O que nos importa nessa pesquisa não é quem o detém, mas como esses jogos de poder, essa relação densa e tensa entre poder e resistência constrói identidades na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que extingue outras.

Na fase genealógica, para Foucault importa menos a constituição dos saberes e mais seu funcionamento enquanto táticas e estratégias de poder. Isso não quer dizer, por outro lado, que ele tenha abandonado seu projeto arqueológico, pelo contrário, seria uma ampliação dessa proposta, agora reconhecendo a questão do poder como parte da produção dos discursos enquanto ordem, enquanto prática. Para ele, poder e saber estão diretamente implicados, pois “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2014a, p. 31).

Consideramos que a *web* é a “heterotopia por excelência” do nosso tempo — um espaço de fuga, de entremeio, que faz parte da realidade, mas não compactua com ela —, pois possui modos específicos de funcionamento. E são essas especificidades que, em dado momento, atribuíram a *web* o apelido de “terra sem lei”. A ilusão de que poderíamos ser e dizer qualquer coisa nesse espaço, de que poderíamos fugir da ordem do discurso, logo se esvaiu com uma série de dispositivos de controle que logo trataram de interditar e controlar o que poderia ou não ser dito. Entre eles, destacamos o cancelamento. De fato, qualquer pessoa com acesso à internet e uma conta pessoal em determinadas redes sociais pode enunciar na *web*, mas, a depender do *status* do sujeito e/ou da reverberação e efeito do enunciado (dando a ele o caráter de acontecimento) entrará na ordem do discurso e estará sujeito à prova do dizer verdadeiro. Qualquer desvio é passível de cancelamento. Por isso, em harmonia com a premissa foucaultiana, “não se tem o direito de dizer tudo” na *web*.

A partir de tudo que já foi dito até aqui, compreendemos que são nas relações de saber- poder, dos processos e das lutas que o atravessam, que os sujeitos se constituem e se posicionam discursivamente; daí parte também a produção de verdades.

Foucault sempre afirmou a importância que foi para suas pesquisas, a leitura que fizera de Nietzsche, para quem a verdade é uma ilusão, da qual esquecemos. Não se trata de uma filosofia da verdade, mas de um “dizer verdadeiro”. A partir dessa apreensão do pensamento nietzschiano, Foucault retrabalha a noção de verdade, entendendo-a não como “um dado absoluto lançado do Cosmo para a nossa contemplação, mas como pertencente a este mundo, produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (Foucault, 2016b, p.10). A verdade tem uma história. E é essa percepção que nos leva a uma investigação das verdades do nosso tempo.

Assim, a separação entre verdadeiro e falso é produzida a partir de uma “vontade de verdade” em determinado tempo e local, de acordo com o filósofo:

[...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por uma espessura de práticas [...], mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (Foucault, 2014, p. 16-17).

Ao estabelecer esses dispositivos de controle dos discursos, Foucault (2014) afirma que cada sociedade tem seu regime de verdade, constatando que certos discursos vão proliferar como verdadeiros, além de eleger as técnicas, os procedimentos e o estatuto daqueles que têm a responsabilidade de dizer o que é verdadeiro. Esse conceito de verdade é o que move a cultura do cancelamento, pois ela está pautada em vontades de verdade.

Retomando o caso da escritora J. K. Rowling, é possível verificar que o cancelamento, como dispositivo de controle, ocorreu como consequência a um desvio da ordem do verdadeiro da época. O espaço adquirido por movimentos LGBTQIAPN+ ao longo da última década, principalmente na mídia e, mais especificamente, nas redes sociais, além da legitimação do discurso politicamente correto, gerou uma vontade de verdade para os nossos dias de reconhecimento e respeito à diferentes sexualidades e identidades. Foucault nos propõe analisar esses discursos em suas condições, seus jogos e seus efeitos, questionando “nossa vontade de verdade, e restituindo ao discurso seu caráter de acontecimento (Foucault, 2014, p. 48).

Com isso, entendemos a história da verdade a partir de um conjunto de regras, de jogos de verdade que determinam domínios e objetos, formas de subjetivação e tipos de

saberes. Concluímos que não se trata da busca do saber verdadeiro, mas uma investigação, no interior das relações de poder, dos modos como o sujeito se transforma historicamente através de jogos de verdade. Essa questão do sujeito, por sua vez, evidencia-se nessa fase genealógica, pois é nesse momento que Foucault vai afirmar que seu objetivo, em toda a sua pesquisa, foi “criar uma história dos diferentes modos, pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 2014b, p. 118). Assim o sujeito é colocado ao mesmo tempo em relações de produção, de significação e de poder.

Para pensar a questão do sujeito, Foucault se volta para a sexualidade⁹, a fim de investigar como, a partir de certos saberes, normas e formas de subjetividade, o indivíduo se torna sujeito de uma sexualidade. É importante destacar que Foucault não aborda a sexualidade no que se refere à explosão dos instintos, mas enquanto um conjunto de discursos que a transformam em um dispositivo de poder, ou seja, como função estratégica de controle dos indivíduos que resulta na produção de subjetividades. O sujeito, nesta perspectiva, é constituído por uma “história da verdade” ou da “invenção” de uma sexualidade, por procedimentos diversos construídos nas e pelas instâncias sociais que não são idênticas entre si no tempo e no espaço, o que compreende diferentes formas de constituição dos sujeitos.

A partir dessa proposição, Foucault apresenta três modos de objetivação que transformam indivíduos em sujeitos:

O primeiro são os modos da investigação, que tenta atingir o estatuto da ciência, como por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na *grammaire générale*, na filosofia e na linguística. (...) Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que chamarei de ‘práticas divisoras’. (...) Finalmente, tentei estudar – meu trabalho atual – o modo pelo qual um ser humano torna-se ele próprio um sujeito [...] (Foucault apud Dreyfus&Rabinow, 1995, p. 321-232).

As práticas divisoras agem sob a perspectiva da objetivação, agrupando os

⁹ Ao investigar os modos pelos quais os indivíduos tornam-se sujeitos, Foucault o faz através do dispositivo da sexualidade em três volumes: *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1976), *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* (1984) e *História da sexualidade III: o cuidado de si* (1984). Há ainda um quarto volume, *História da sexualidade: as confissões da carne*, foi publicado postumamente.

indivíduos em “o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’” (Foucault, 2014b, p. 118). Diante dessa afirmação, percebemos que há uma infinidade de discursos produzidos historicamente, alicerçados em saberes e poderes que nos classifica, nos segrega, nos exclui e nos diz o que devemos ser, como devemos agir, a fim de que sejamos também incluídos, aceitos.

Diante de todos esses modos de objetivação, Foucault propõe “novas formas de subjetividade” (Foucault, 2014b, p.128) e é esse confronto que se instaura entre os mecanismos de poder e as formas de resistência na sociedade contemporânea.

4. Ferramentas genealógicas: os modos de subjetivação e o cuidado de si

No nono volume da coleção *Ditos e Escritos*, em um texto de apresentação do segundo volume de *História da sexualidade*, Michel Foucault, explica que seu propósito ao analisar a história da sexualidade como uma forma de experiência historicamente singular, era o de compreender

[...] como se constituiu nas sociedades ocidentais modernas, a partir e a propósito de certos comportamentos, uma experiência complexa em que se liga um campo de conhecimento (com conceitos, teorias, disciplinas diversas), um conjunto de regras (que distinguem o permitido e o proibido, o natural e o monstruoso, o normal e o patológico, o decente e o que não o é etc.), **um modo de relação do indivíduo consigo mesmo** (pelo qual ele pode reconhecer-se como sujeito sexual no meio dos outros) (Foucault, 2014b, p. 208, grifo nosso).

Esta última afirmação resume a questão perseguida por Foucault na fase conhecida como *Genealogia da Ética*, assim como em seus projetos anteriores, ou seja, o de compreender os acontecimentos que levaram o indivíduo moderno a se constituir e se reconhecer como sujeito do que faz, pensa e diz, pensando de modo particular na relação do indivíduo consigo mesmo, como sujeito moral de suas próprias ações.

Assim, as práticas de constituição do sujeito aparecem na obra foucaultiana de dois modos: como ele é dado a ver, a partir de práticas discursivas, enquanto objeto de saber; e pelo modo como ele, uma vez objetivado por saberes através das relações de poder e suas tecnologias, relaciona-se consigo pelas práticas de si, técnicas de si e cuidado de si.

É necessário esclarecer o que seria essa cultura do cuidado de si, entendendo que essas práticas e técnicas, como processos de subjetivação, pressupõem uma ação de si para o outro e de si sobre si mesmo. Foucault (2017, p. 11) aborda essa cultura dentro do dispositivo da sexualidade, por meio do qual ele busca compreender “quais são as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito”. No segundo volume da *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*, o filósofo em pauta procurou evidenciar os jogos de verdade nos quais, relacionando-se consigo, o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito desejante:

Através de quais jogos da verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso? Através de quais jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo. (Foucault, 2017, p. 11-12).

Ainda no que tange à sexualidade, de acordo com o autor, por meio das práticas de si, o indivíduo é levado a pensar sobre si mesmo, a se reconhecer, a se confessar como sujeito de desejo e, a partir do desejo, revelar a verdade sobre si. Essa descoberta, no entanto, constitui-se como um “problema moral”, para o qual as técnicas de si oferecem a solução: o domínio dos prazeres e dos desejos. Sobre isso, Foucault (2014b, p. 224) assinala que é necessário fazer uma distinção entre o código moral e os atos ou condutas, pois estes últimos “são a atitude real das pessoas em face das prescrições morais que lhes são impostas”. A constituição do sujeito moral e ético, nessa perspectiva, é pensada através das técnicas de si, das práticas de si e do governo de si e dos outros, que objetivam “uma estilização da atitude e uma estética da existência” (Foucault, 2017, p. 88).

Fazendo um percurso histórico da Antiguidade à Modernidade, passando pelo Cristianismo e sua influência na constituição da sociedade ocidental, Foucault (2017, p. 15) levanta uma questão muito importante para nós nessa pesquisa: “por que o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados são objeto de uma preocupação moral?”. Mais do que isso, parece haver um “cuidado ético” que coloca essa questão da sexualidade muitas vezes acima de outras tão importantes quanto para a vida individual e coletiva, como condutas alimentares e realizações de deveres cívicos, como exemplifica o próprio Foucault. Nosso interesse recai exatamente sobre essas outras

questões sociais suscitadas pela conduta moral dos indivíduos na *web* no que dizem respeito às vontades de verdade deste século.

Entre as práticas de si do nosso tempo, destacamos aquelas associadas à saúde mental. As condições de emergência desse discurso sobre a sanidade remetem, principalmente, e de modo mais imediato, ao contexto pandêmico dos anos 2019, 2020 e 2021, atenuado em 2022, mas também se referem às redes sociais. A hipervisibilidade e a construção do “eu” nas redes, sempre idealizado e utópico, levou a uma série de condutas consideradas pela medicina como “não saudáveis”, como a comparação excessiva e a ansiedade. Além disso, o “medo do cancelamento”, bem como suas consequências também têm levado ao “adoecimento da mente”. Nesse sentido, observamos por parte dos sujeitos cancelados, um gesto de cuidado de si no que diz respeito à saúde da mente:

Comecei a me questionar o porquê de algumas situações que eu me permiti vivenciar. Situações em que tive descontrole emocional. Por que fiquei assim?! Então, fui atrás de respostas, com ajuda de profissionais dessa área. E senti a necessidade de compartilhar isso com meus seguidores. Porque são coisas que não sou só eu que sinto. Muita gente sente... (Disponível em: <https://gshow.globo.com/tudo-mais/tv-e-famosos/noticia/karol-conka-sobre-saude-mental-no-trace-trends.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2022).

Após passar pelo processo de cancelamento e sofrer suas consequências, observamos no discurso da *rapper* Karol Conká, como o sujeito é levado a pensar suas próprias vivências e a si mesmo, ao se reconhecer e confessar seu “descontrole emocional” e, a partir disso revelar a verdade sobre si. Observa-se, ao mesmo tempo, o exercício da ética ao se comprometer também com o bem-estar do outro através da sua confissão e exemplo.

É importante, no entanto, deixar claro a diferença entre a inquietação moral das sociedades modernas com as práticas sexuais e as práticas de cuidado de si, que tiveram origem na cultura greco-romana e entender o importante papel das técnicas de si para as transformações do sujeito na modernidade, na medida em que, lentamente, as práticas do cuidado de si, no interior dos jogos de verdade, passam a ser muito mais coercitivas do que autoformativas como sugeria a ética socrático-platônica, distanciando-se de uma prática de liberdade para uma preocupação imperativa com a verdade (Foucault, 2017a).

De acordo com Foucault (2017a, p. 16), na Antiguidade, a “arte da existência” é uma prática voluntária. Trata-se de regras de conduta a que os homens se impõem e, mais do que isso, procuram transformar a sua vida em “uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo”. É mais do que um modo de se conduzir, é elevar a vida a um *status* de arte. Refere-se a experiências modificadoras da existência do indivíduo, para a transformação do próprio ser sujeito e acesso a uma verdade sobre si, com a finalidade de “estabelecer para si um modo de vida ético, belo brilhante e heroico” (Portocarrero, 2008, p. 420). Portanto, a moral filosófica era de ordem estética e não se tratava de fornecer um modelo de comportamento a todos os indivíduos, uma escolha pessoal que revelasse o desejo de ter e deixar para os outros a lembrança de uma bela vida.

Já no Cristianismo, segundo Foucault (2017a,), principalmente no que diz respeito ao sexo, a questão da moral tem como objetivo manter e intensificar os princípios da moral romana através do exercício do poder pastoral, e, mais tarde, através de práticas disciplinantes, educativas, médicas ou psicológicas. Diferentemente do que ocorreu na Antiguidade, a moral passa a ser compreendida como um “conjunto de valores e regras de ação proposta aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas etc”. Ainda de acordo com o autor:

[...] em uma história da moral, é preciso fazer uma distinção entre o código moral e os atos. Os atos ou as condutas são a atitude real das pessoas em face das prescrições morais que lhes são impostas. Desses atos é preciso distinguir o código que determina quais atos são autorizados ou proibidos e o valor positivo ou negativo das diferentes atitudes possíveis. (Foucault, 2017, p. 224).

Podemos dizer que essas ações não estão dissociadas de uma moral e não é menos diferente, de uma moral a outra, de um sistema de valores, regras e proibições. Estas regras, de acordo com o autor, podem ser explícitas, na forma de doutrinas, por exemplo, ou difusas, formando um “jogo complexo” com elementos contraditórios, permitindo, assim, certos pontos de fuga. É esse jogo complexo que nos parece envolver a série de acontecimentos que compõem o objeto dessa pesquisa, pois tende a considerar na sociedade ocidental, certos tipos de condutas e comportamentos, “canceláveis”, passíveis

de punição, sendo, portanto, condenáveis.

Dentro desse arrolamento entre atos/attitudes reveladores de um código moral que conduz os sujeitos está a relação consigo que determina como o indivíduo deve constituir-se como sujeito moral de suas próprias ações (Foucault, 2017, p. 224). Essa relação, por sua vez, pode ser observada a partir de quatro princípios: (a) o comportamento que está associado a uma conduta moral; (b) o modo de sujeição; (c) os meios pelos quais os sujeitos reprimem seus desejos (a fim de se tornarem “normais”); (d) o tipo de ser que os sujeitos almejam se tornar ao se submeterem a determinado comportamento moral.

Uma das principais preocupações de Foucault em relação à moralidade e à ética é a forma como elas são influenciadas pelo poder. Ele argumenta que o poder está intrinsecamente envolvido na definição das normas morais e éticas de uma sociedade, determinando o que é considerado certo ou errado, bom ou mau. Foucault chama atenção para o fato de que o poder opera não apenas através de instituições e autoridades, mas também por meio de práticas disciplinares e formas sutis de controle e governança.

No que concerne à cultura do cancelamento nas redes sociais, é possível observarmos os princípios dessa moral em funcionamento:

Figura 12- Título de artigo sobre Fiuk.

Desconstruído: Fiuk fez curso de cultura social para não ser ‘cancelado’ no BBB

A “desconstrução” de Fiuk passou a ser questionada pela forma como o artista expressava suas ideias

Fonte: bahia.ba/entretenimento/desconstruido-fiuk-fez-curso-de-cultura-social-para-nao-ser-cancelado-no-bbb/. Acesso em: 25 maio 2023.

O ano anterior a 21ª edição do *reality show* Big Brother Brasil (BBB) ficou marcado pelo auge da cultura do cancelamento na mídia, incluindo participantes do programa, principalmente o elenco masculino, por atitudes consideradas machistas pelo público.¹⁰

Sabemos que, na sociedade ocidental, a sexualidade é um instrumento no qual se

¹⁰ Notícia disponível em: gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/tv/noticia/2020/04/bbb-20 (acesso em: 25 maio 2023).

apoiam e se articulam as mais variadas estratégias de poder e é nesse campo em que ainda se travavam as principais batalhas de nossa época. A heteronormatividade e o regime falocêntrico que predominam fortemente no decorrer da história, entram em conflito com os avanços de grupos minoritários que reivindicam reconhecimento e direito à diversidade sexual e de gênero. Nesse contexto, o cancelamento de homens heterossexuais e brancos, na edição 21 do BBB, caracteriza-se como um acontecimento discursivo que produz efeitos diversos e desenha um perfil de sujeito cancelável. E é nesse perfil que o cantor e ator conhecido como Fiuk é objetivado.

A fim de se conduzir como sujeito moral de suas próprias ações e de se submeter ao regime de verdade que faz apelo ao respeito às diferenças, o participante fez um “curso de cultura social” para não ser cancelado, subjetivando-se como sujeito “desconstruído” — termo utilizado por grupos minoritários para se referir a pessoas que rejeitam preconceitos e não se conformam com papéis convencionais ou opiniões consideradas hegemônicas. A forma como esse sujeito “expressava suas ideias”, isto é, o seu discurso revelou o modo pelo qual ele escolheu se subjetivar, ainda que sua posição sujeito histórica — homem, hétero, branco (e rico ou privilegiado) — o denunciasse, o descaracterizasse, o objetivasse.

Para Foucault, a moralidade e a ética não são simplesmente questões de obediência às normas estabelecidas, mas sim uma arena de luta e resistência. Ele incentiva a análise crítica das formas de poder que operam por trás das moralidades dominantes e das práticas éticas, visando a emancipação e a liberdade dos indivíduos para forjar novas formas de conduta e subjetividade.

Em suma, na filosofia foucaultiana, a moralidade é entendida como uma construção social e histórica sujeita a mudanças e influências de poder, enquanto a ética é vista como um processo de cuidado de si e de transformação pessoal que deve ser constantemente questionado e problematizado.

O pensamento moderno jamais pôde, na verdade, propor uma moral: mas a razão disso não está em ser ele pura especulação; muito ao contrário, desde o início e na sua própria espessura, ele é um certo modo de ação. Deixemos falar aqueles que incitam o pensamento a sair de seu retiro e a formular suas escolhas; deixemos agir aqueles que querem, sem qualquer promessa e na ausência de virtude, constituir uma moral. Para o pensamento moderno, não há moral possível; pois, desde o século XIX, o pensamento já “saiu” de si mesmo

em seu ser próprio, não é mais teoria; desde que ele pensa, fere ou reconcilia, aproxima ou afasta, rompe, dissocia, ata ou reata, não pode impedir-se de liberar e de submeter. Antes mesmo de prescrever, de esforçar um futuro, de dizer o que é preciso fazer, antes mesmo de exortar ou somente alertar, o pensamento, ao nível de sua existência, desde sua forma mais matinal, é, em si mesmo, uma ação — um ato perigoso (Foucault, 1999, p.452-453).

Nos últimos volumes da *História da Sexualidade*, Foucault se interessa em saber como agimos diante de códigos e princípios e como isso nos constitui enquanto sujeitos e, portanto, buscou formular uma história do sujeito moral, revelando as transformações nos modos de sujeição aos códigos e às regras de uma conduta ética nas relações consigo e nas práticas de si.

VIGIAR E PUNIR NA SOCIEDADE DE CONTROLE

É por essa dupla razão — proteger-nos dos perigos e de sermos classificados como um perigo — que temos investido numa rede de medidas de vigilância, seleção, segregação e exclusão. Todos nós devemos identificar os inimigos da segurança para não sermos incluídos entre eles. Precisamos acusar para sermos absolvidos, excluir para evitarmos exclusão. (Bauman; Lyon, 2013, p. 97).

No livro *Vigilância Líquida* (2013), em diálogo com o sociólogo David Lyon, Zigmunt Bauman, ao tratar do tópico in/segurança e vigilância, assinala o “medo do Outro” como um tema unificador dos dispositivos de segurança que atuam em nossa sociedade. Nesta perspectiva, o Outro é qualquer pessoa desconhecida, sendo nós mesmos suspeitos de portar perigo, uma vez que somos todos estranhos entre si (Bauman; Lyon, 2013 p. 98).

A segurança, como um desejo imperativo desta geração, está intimamente associada à vigilância dos corpos, sendo imprescindível para o sujeito manter-se “do lado de dentro dos portões”, a fim de não ser ele mesmo acusado de vilania. É nesse sentido que o filósofo trata do dispositivo de vigilância que seleciona, segrega, exclui e separa os indecentes dos cidadãos de bem.

Em uma de suas entrevistas, Michel Foucault (2006, p. 307) afirma que o refinamento do poder presente nas sociedades modernas se desenvolve continuamente “até fazê-lo ser aceito pela geração atual como uma forma de normalidade”. Contudo, não se pode assegurar, como esclarece o próprio Foucault, que isso seja um grande mal, uma vez que “o controle contínuo dos indivíduos conduz a uma ampliação do saber sobre eles, que produz hábitos de vida refinados e superiores” que refletem os próprios desejos e “exigências humanas” (Foucault, 2006, p. 37).

Nesse sentido, a reflexão proposta por Bauman e Lyon nos permite colocar em pauta a cultura do cancelamento como um dispositivo de controle, cujas técnicas de objetivação dos sujeitos também resultam na divisão entre bons e maus cidadãos dentro e fora do espaço heterotópico da *web*¹¹. Os internautas têm a necessidade de vigilância

¹¹ Foucault (1984) usa o termo heterotopia para descrever espaços que, apesar de estarem dentro de uma realidade tópica, possuem múltiplas camadas de significação ou de relações com outros lugares e cuja complexidade não pode ser vista imediatamente, pois funcionam em condições específicas e não hegemônicas.

contínua e escrutínio da vida alheia, com vistas a punir aqueles, cujas práticas, discursivas e não-discursivas, estão fora dos regimes de verdade da nossa época. Assim como a segurança, a (hiper)visibilidade nas redes é desejada pelos sujeitos, ainda que ela os torne vulneráveis à punição. Segundo Bauman e Lyon (2013, p. 99), esta é a “emboscada armada” pelo dispositivo, isto é, “precisamos acusar para sermos absolvidos” ou, em outras palavras, cancelar para não sermos cancelados.

Intentamos neste capítulo aprofundar nossas discussões acerca do cancelamento, resgatando sua historicidade e analisando-o como dispositivo de controle das condutas dos usuários da *web*, investigando seu modo de funcionamento. Trata-se de pensar o cancelamento como um dispositivo que emerge em “[...] um certo regime de verdade e certas práticas” atravessando e religando as diferentes práticas discursivas e não-discursivas de nossa contemporaneidade, “[...] um dispositivo de saber-poder que inscreve no real aquilo que não existe, submetendo-o, todavia, à partilha entre verdadeiro e falso” (Veyne, 2009, p. 99).

1. Técnicas de vigilância e punição: dos suplícios ao cancelamento

Postulamos que o cancelamento é um dispositivo de controle do discurso que atua em consonância com outros dispositivos, como o midiático e o jurídico, com a finalidade de julgar, interditar, boicotar um conjunto de práticas enunciativas que não condizem com o “verdadeiro” de nossa época. A ideia de anular ou banir alguém, como procedimento de controle de condutas, no entanto, não é nova. A exposição, julgamento e condenação de comportamentos está longe de ser exclusividade da cibercultura¹². Em Atenas, na Grécia Antiga, para manter a qualidade democrática da sua ordem política diante de possíveis ameaças corruptíveis, morais ou materiais, era prevista a pena de **ostracismo** para aqueles condenados pelo voto dos cidadãos atenienses. O ostracismo era um castigo que resultava na expulsão do condenado pelo período de dez anos. Outras cidades gregas também tinham práticas semelhantes. Durante a Targélia, em homenagem ao deus Apolo, no primeiro dia de comemoração, era costume a escolha de uma pessoa ou de um casal, dentre

¹² O termo cibercultura designa “um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999, p. 17). No ciberespaço, ocorre um processo semelhante, porém mais sofisticado e, democrático, uma vez que a vigilância e o julgamento cabem a qualquer sujeito que tenha um perfil virtual.

criminosos, pobres ou os considerados feios, para ser expulso das redondezas da cidade, como um expurgo das impurezas do povo (Battaglia, 2021). Essa mesma prática foi adotada por regimes políticos autoritários, conhecida como **exílio**.

No livro *Vigiar e Punir*, publicado pela primeira vez em 1975, Michel Foucault buscou evidenciar como o corpo é investido pelas relações de poder por meio de mecanismos de vigilância e punição, de coerção e suplício, disciplina e aprisionamento do sujeito, controle e adestramento do corpo. O autor (2014a) realiza uma investigação histórica que parte do regime monárquico até a sociedade disciplinar, e nos ajuda a compreender o tipo de poder que se exerce na atual sociedade de controle.

Em sua investigação, Foucault identifica algumas táticas punitivas que foram aplicadas em momentos históricos e sociedades distintas (às vezes de forma mesclada e concomitante), dentre as quais destacamos: o **banimento**, caracterizado pelo exílio, expulsão, interdição, destruição do lar, apagamento da memória, confisco dos bens e propriedades; **multa**, em que se prioriza algum tipo de compensação ao dano provocado, em uma dívida a ser paga; e o **suplício** do corpo, que pauta-se pelos atos de marcar, ferir, torturar, ou seja, apoderar-se do corpo do condenado, de modo a inscrever nele as marcas do poder.

Entre a era clássica e o contexto medieval, as penas físicas eram uma porção considerável dos castigos que incidiam sobre os sujeitos. De acordo com Foucault (2014a, p. 36), a maior parte das condenações era banimento e multa, mas a essas penas “não corporais” era comum serem acrescidas formas de suplício (exposição, roda, coleira de ferro, açoite etc.) — “qualquer pena um pouco mais séria devia incluir alguma coisa do suplício”. Esta forma de punição apresentava “requintes de crueldade” e flertava com a barbárie, sendo, muitas vezes, mais terrível e sanguinária do que os próprios crimes que punia. No entanto, Foucault (2014a, p. 36-37) adverte que, longe de ser uma selvageria irregular, o suplício é uma técnica e, como tal, obedece a três critérios específicos: (i) produz certa quantidade de sofrimento; (ii) a produção do sofrimento é regulada e calculada de acordo com regras detalhadas; (iii) faz parte de um ritual que deve ser marcante, a fim de tornar infame aquele que vitimiza, e ostentoso, constatado por todos.

Apenas a partir do século XVIII começa a ganhar força a posição de resistência contra as formas de punição ancoradas nos suplícios físicos. Segundo Foucault, diante do ponto-de-vista do povo, as punições físicas, realizadas em praça pública, representavam

a crueldade, a tirania e a sede de vingança do soberano.

preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado; esse conflito frontal entre a vingança do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco. O suplício se tornou rapidamente intolerável. (Foucault, 2014a, p. 73).

Foucault compreende que, embora pareça, não se trata de um respeito novo e maior à humanidade dos condenados, mas uma tendência para uma justiça mais “desembaraçada” e “inteligente”. Os reformadores, segundo ele, objetivaram menos o anseio de fundar um novo direito de punir, baseado na compaixão e na igualdade, e muito mais o de criar um sistema mais “econômico no poder de castigar”, e, principalmente, em melhorar a forma de distribuição da punição, pois o “poder judiciário” tradicional estava degenerado. E as razões desta degeneração, segundo o filósofo, obedecem a três eixos fundamentais: a apropriação privada do juízo; a confusão entre as competências de julgar e de legislar; e o sistema de privilégios em vigor.

Na interpretação de Michel Foucault, não se trata apenas de uma crítica aos privilégios da justiça absolutista, de sua arbitrariedade, de sua arrogância etc., mas da mistura disso tudo, das fraquezas e dos excessos desse sistema. Desse modo, a reforma da justiça criminal, em última instância, o novo modo de ser exercido o poder de punir, deve ser interpretado como uma estratégia que o tornaria mais regular, mais eficaz, mais constante e mais detalhado em seus efeitos. Enfim, o sentido da reforma consiste na melhora dos resultados da ação do dispositivo jurídico.

Nasce, assim, uma nova técnica de punição, presente nas sociedades modernas e contemporâneas, **o encarceramento**, inserida no sistema penal europeu a partir das reformas iluministas do século XVIII. Até então as reclusões praticadas durante os séculos anteriores estavam à margem do sistema punitivo. De acordo com Foucault (2014a, p. 129), “o que se engaja no aparecimento da prisão é a institucionalização do poder de punir”, cujo funcionamento leva ao enquadramento do corpo e do tempo do sujeito condenado, na gestão e monitoramento de seus gestos e condutas.

Enfim, no projeto de instituição carcerária que se elabora, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo — não sinais — com os traços que deixa, sob a forma de hábitos, no comportamento; e ela supõe a

implantação de um poder específico de gestão da pena. (Foucault, 2014a, p. 129-130)

É importante observarmos como as diferentes técnicas de punição incidiam principalmente sobre o corpo do condenado. A esse respeito, Foucault (2014a, p. 29) afirma que, em nossas sociedades, “os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa ‘economia política’ do corpo”, pois ainda que os métodos não sejam violentos, como no suplício, ainda que sejam mais “brandos”, como prender e corrigir, sempre se trata do corpo, “de sua repartição e submissão”. Para o autor, não há nada mais corporal do que o exercício do poder, pois ele penetra o corpo e é exposto por ele, se exercendo assim não apenas nas mentes, mas nos gestos e comportamentos dos sujeitos.

Por isso, é preciso conceber o corpo como unidade discursiva, afastando-o de suas funções biológicas e fisiológicas: “o corpo não somente como uma simples prática corporal e objetivante, mas como prática discursiva” (Milanez, 2009, p. 215). É preciso enfocar a existência do corpo por meio das representações com as quais o identificamos, assim como refletirmos sobre a sua existência histórica, o lugar e data em que ele aparece.

Para Ferreira (2013, p. 78), mais do que um objeto teórico, “trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro”, intangível e manipulável, “lugar do visível e do invisível”. Numa perspectiva discursiva, importa-nos pensar como, nos limites do corpo, o sujeito se inscreve e pode ser observado, pois ele fala sobre esse sujeito, e, mais especificamente, em como isso ocorre no regime das mídias digitais, em que os corpos estão “hipervisíveis” e voluntariamente vulneráveis, não apenas ao olhar, mas também ao julgamento do outro.

Contudo, para esta pesquisa, interessa-nos compreender essas formas de punição (especialmente o suplício) enquanto tecnologias de poder, a fim de estabelecer um diálogo com o presente e as suas tecnologias de controle e punição, considerando o dispositivo do cancelamento como uma delas. De tal modo que, assim como o suplício, o cancelamento, também pode ser definido como “um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune” (Foucault, 2014a, p. 37). Em uma espécie de tribunal virtual, os sujeitos são condenados e sentenciados por se desviarem da ordem do discurso, o que pode resultar em “linchamento virtual, perda de *status* e influência, danos financeiros e até mesmo “banimento” das redes. Apesar de ser uma punição “não corporal”, o cancelamento também é uma forma de ferir e marcar os condenados e, assim como nos suplícios, é um ritual ostentoso que torna infame aquele a quem vitimiza.

A partir do século XVII, no entanto, Foucault aponta o surgimento de um poder centrado na figura do Estado que é ao mesmo tempo disciplinador e normalizador, e cujo objetivo é administrar a vida e o corpo da população. Sendo assim, “o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclames” (Foucault, 2017, p. 147). A este regime de poder, o filósofo dá o nome de **sociedade disciplinar**.

Para explicar como funciona o poder na sociedade disciplinar, Foucault (2014a) utiliza a figura arquitetônica do Panóptico de Bentham (1785), pensado da seguinte forma: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre. Esta estrutura permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. Nesse sistema, o efeito mais importante é induzir o sujeito a um estado “consciente e permanente de visibilidade”, assegurando, assim, o funcionamento automático do poder. É a projeção de uma instituição perfeita cujo poder se exerce de maneira mais sutil, mas muito eficaz.

O poder na sociedade disciplinar não funciona em termos de dominação/sujeição. Ele está investido nas instituições de modo capilar, suas práticas são reais, seus alvos são específicos, seus efeitos são duradouros e a coerção se faz ininterruptamente, pois o objetivo é a disciplinarização e docilização do corpo, de modo que ele faça não apenas o que se quer, mas que se conduza do modo que se espera. Assim, podemos entender a sociedade disciplinar como:

[...] aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede dispersa de dispositivos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Por meio de instituições disciplinares (prisão, fábrica, hospital, escola, universidade) que fornecem explicações lógicas para a razão da disciplina, essa sociedade põe para funcionar mecanismos de inclusão e de exclusão. (Sousa, 2012, p. 45).

A arte de punir, no regime disciplinar, portanto, não visa nem a expiação nem mesmo, exatamente, a repressão. A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (Foucault, 2014a, p. 35).

Atuam no poder disciplinar práticas normalizadoras que se baseiam em regimes

de verdade organizados pelos saberes, de modo que até mesmo o sistema penal procura nas teorias sociológicas, psicológicas, médicas e psiquiátricas as justificativas para sua ação, “como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade” (Foucault, 2014, p. 18). Esses saberes convocam divisões dos sujeitos, conforme as observações dos comportamentos dos corpos perante parâmetros de normalidade pautados em regimes de verdade. As práticas divisoras agem sob a perspectiva da objetivação.

Assim, o poder assume a função de gerir a vida, tornando-se um princípio de estratégia do Estado, no entanto, não mais jurídico, como no poder soberano, mas biológico. Surge assim, o biopoder, que se caracteriza como um poder exercido por máquinas que organizam o “cérebro e os corpos”; um poder responsável não só pelo corpo individual, mas pela vida da população. Dessa forma, convivem lado a lado, as disciplinas diversas e as tecnologias do biopoder, cada qual a seu modo e com suas especificidades:

Do lado da disciplina, as instituições como o Exército ou a escola; as reflexões sobre a tática, a aprendizagem, a educação e sobre a ordem da sociedade [...]. Do lado das regulações de população a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável. (Foucault, 2017, p. 151).

A partir dessas constatações, Foucault começa a desenvolver os conceitos de governamentalidade, biopoder e biopolítica, e suas técnicas, mecanismos e estratégias de gerenciamento dos corpos, não apenas de modo individualizante, mas também como corpo social:

A genealogia estuda não somente o poder disciplinar que se exerce sobre corpo e a alma do indivíduo, individualizando-o e ao mesmo tempo homogeneizando-o, mas também aquele que se exerce sobre a vida das populações, por meio da formação de uma biopolítica. A biopolítica opera com controles precisos, regulações de conjunto mecanismos de segurança, para exigir mais vida, majorá-la, geri-la. (Portocarrero, 2008, p. 420).

A biopolítica, portanto, diz respeito à gestão da vida a fim de torná-la mais produtiva. Nesse sentido, Foucault (2017) chama atenção para o fato de que a biopoder é contemporâneo ao aparecimento de proliferação das práticas divisoras que categoriza

anormalidades. Isso porque, supostamente, as técnicas desse biopoder e os saberes construídos e investidos nessas técnicas eliminariam essas “anomalias”, pois “ao identificar cientificamente as anormalidades, as tecnologias da biopolítica estariam numa posição perfeita para supervisioná-las e administrá-las”. Em nossa sociedade, a assimilação das tecnologias digitais no cotidiano leva a um “vigiar- e-punir” contínuo e ininterrupto dos cidadãos e à institucionalização da prática do cancelamento, infinitamente potencializada, que funciona como um biopoder na construção de políticas higienistas que divide a sociedade e classifica as pessoas em bons e maus cidadãos, a partir da vigilância, interdição e punições.

A disciplina recortou o corpo na sua individualidade para a reprodução dos exercícios e a produção dos corpos dóceis, enquanto a biopolítica tomou o corpo no conjunto da população, exercendo um exercício de governo da vida por meio do controle dos nascimentos, das mortes, das práticas sexuais, além da moradia, da instrução, do trabalho, tomando os corpos em conjunto e aplicando-lhes as leis e normas (Foucault, 2005, p. 293). Em suma, a disciplina sobre os corpos individuais e a biopolítica como um poder sobre o corpo populacional compuseram, conjuntamente, todo um arsenal de aparatos dentro das instituições que sustentaram a sociedade moderna.

Observamos mais uma vez a atuação de instrumentos, mecanismos e estratégias que materializam as relações de saber-poder sobre o corpo. Por outro lado, ao descrever a maquinaria de poder que adentra e dociliza nossos corpos a seu bel-prazer, Michel Foucault não considera que os sujeitos sejam meros receptáculos desse controle contínuo, mas que são resistentes a ele. Em outras palavras, atuam mutuamente as técnicas de poder, “que determinam a conduta dos indivíduos, submetendo-os a certos fins ou à dominação, objetivando o sujeito”, e as técnicas de si, “que permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser”. Ele chama governamentalidade o “encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Revel, 2005, p. 55).

Como um conjunto de práticas de gestão de conduta, a governamentalidade opera sobre a vida e os corpos dos sujeitos, fazendo-os obedecer a seus fins específicos sem que percebam inteiramente esse controle e permitam ser conduzidos, reforçando assim a positividade do poder. Foucault compara o governo da população ao *poder pastoral*,

exercido no âmbito do Cristianismo por aqueles que guiam os rebanhos de fiéis à salvação da alma, com promessas de vida eterna.

O poder pastoral, centra-se, principalmente, na figura do pastor, aquele capaz de sacrificar a própria vida para salvar o seu rebanho. Seu dever é assegurar a salvação individual das ovelhas no outro mundo, por isso, “não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular” (Foucault, 1995, p. 237). Por meio da prática da *confissão* (elemento que será mais bem discutido no capítulo IV), os fiéis relatam seus pecados ao pastor e recebem os castigos e/ou punições, para que sejam perdoados. Portanto, “o pastor tem de conhecer cada ovelha, o mais detalhadamente possível, para que possa melhor orientar e governar cada uma” (Veiga-Neto, 2003, p. 81).

Assim, de acordo com Foucault (1995, p. 237) o governo é uma forma de poder que, assim como a pastoral, “não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la”.

Foucault (2016b) constata que governar diz respeito também às coisas, tendo como objetivo a disposição das coisas da maneira correta para conduzi-las a um objetivo específico: a produção de mais riquezas e meios de subsistência e bem-estar da população. Assim, a governamentalidade pressupõe ações que irão conduzir o outro, guiar, controlar, normatizar etc.; como forma de garantir a ação de governar, desenvolvida por relações de poder e dominação. Os instrumentos e técnicas utilizadas para isso, por exemplo, são as campanhas governamentais que agem direta e/ou indiretamente sobre a população de modo sutil: campanhas contra a mortalidade, relativas à preservação sexual, de vacinação etc.

Essa forma de governo, no entanto, “é uma modalidade entre tantas outras, no interior da qual todas as demais estão contidas” (Sousa, 2015, p. 55), pois, assim como o poder, a prática de governar é múltipla e pode ser exercida por diferentes instituições e sujeitos. É isso que possibilita, portanto, a emergências da prática do cancelamento nas redes sociais enquanto técnica de controle das condutas. Um instrumento de governo que não está associado a instituições e é fervorosamente exercido pela massa de internautas atentos a tudo que foge ao verdadeiro. Nesse contexto, há uma intensificação dos controles sobre a mente, traduzidos em uma ampliação e transformação da biopolítica.

Observamos no século XX, os mecanismos de poder estão cada vez mais

refinados, acentuando o sofisma da valorização da vida, da moral, da ética e das condutas desejáveis e esperadas pela população. A invisibilidade e desterritorialização do poder induz a mais liberdade e, ao mesmo tempo, a mais controle e disciplina. A nossa sociedade ganhou contornos sofisticados com os dispositivos de informação instantânea e de valorização da visibilidade das ações e dos corpos dos indivíduos. De acordo com Deleuze (1992, p. 216-218):

[...] estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”. [...] Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro.

Assim, sob o olhar deleuziano, a sociedade midiática seria uma sociedade de controle que aperfeiçoou ainda mais as técnicas disciplinares que agem sutilmente, de modo até mesmo naturalizado. Essa sociedade “desenvolve mecanismos cada vez mais democráticos distribuídos pelos corpos (em sistema de bem-estar, atividades monitoradas) e cérebros (em sistemas de comunicação, redes de informação) dos cidadãos” (Sousa, 2012, p. 45). Os dispositivos digitais, a internet e as redes sociais possibilitam a coleta massiva de dados sobre os indivíduos, permitindo um monitoramento constante de suas atividades e comportamentos. Algoritmos são utilizados para analisar esses dados e criar perfis detalhados, gerando assim formas mais sutis e eficientes de controle.

Sob um regime disciplinar, há uma preocupação com o olhar do outro. Este olhar, no entanto, vigia o cumprimento ou não às regras e o encaixe em padrões de ação. Na sociedade de controle que marca, não o fim, mas a sofisticação da disciplina, a preocupação também é um olhar do outro e, dessa vez, observa, não como o sujeito se adequa às leis das instituições, mas como se constrói para ser visto, gerando assim um cuidado sobre si mesmo e ao mesmo tempo um desejo voluntário de ser vigiado. É exatamente isso que observamos hoje com a advento da *web* e a popularização das redes sociais digitais, em que a ordem é tornar-se visível, mostrar-se, revelar-se, ainda que te tornes vulnerável, a sanções normalizadoras de controle das condutas e dos discursos. Os indivíduos são incentivados a se autogerenciar, a buscar constantemente o

autoaperfeiçoamento, a construir e manter suas próprias marcas pessoais. As pessoas são levadas a acreditar que são livres, quando na verdade estão sendo continuamente moldadas pelos dispositivos de controle.

Nessa perspectiva, em substituição ao modelo panóptico defendido por Michel Foucault, Zigmunt Bauman (2013), propõe o pós-panoptismo, sistema de vigilância próprio da “modernidade líquida”, em que as instituições sociais perdem consistência devido às transformações impostas por exigências, demandas e ritmos extrínsecos que inviabilizam a estabilidade e o amadurecimento da cultura. Na era pós-panóptica, o destino dos supervisores e dos supervisionados é desconhecido e eles têm a possibilidade de, a qualquer momento, fugir para algum lugar inacessível, pois essa relação de poder move-se à velocidade de um clique (Bauman, 2013). Ela está relacionada a tecnologias de ponta, algoritmos, filtragem de informações, influenciadores digitais, fluxos de dados etc. Bauman (2013) afirma que os *smartphones* são “minipanópticos” ou “panópticos pessoais”, levando-se em conta que a vida dos usuários está ali exposta para aquele que quiser vigiar/controlar, daí a ideia de uma “sociedade de espectadores”. O pós-panoptismo ainda poderia ser descrito como uma vigilância endêmica, tendo em vista que vivemos hoje em uma sociedade na qual tudo e todos são vigiados e controlados diuturnamente.

A era pós-panóptica está relacionada a tecnologias de ponta, algoritmos, filtragem de informações, influenciadores digitais, fluxos de dados, etc. É o que podemos chamar de vigilância da era digital. O pós-panoptismo poderia ser descrito como uma vigilância endêmica, tendo em vista que vivemos hoje em uma sociedade na qual tudo e todos são vigiados e controlados diuturnamente. (Machado; Baracuh, 2021, p. 183)

Além do pós-panóptico de Bauman, Thomas Mathiesen (1997), sociólogo sueco, elaborou a teoria do Sinóptico (“*syn*”, que significa “juntos” ou “ao mesmo tempo”, e *opticon*, que tem a ver com “olhar”), que contrasta com a ideia de “poucos vigiando muitos” do panóptico, para o “muitos que vigiam poucos” das mídias atuais, que pode ser exemplificado na relação que é estabelecida entre os “infames” (para usar um termo foucaultiano) e as celebridades, uma vez que os cidadãos comuns têm amplo acesso à vida de pessoas públicas, como políticos e personalidades de diversas indústrias, como a musical, a da moda, a do futebol, a do entretenimento, dentre outras. Mathiesen (1998)

afirma que não só o panoptismo, mas principalmente o sinoptismo caracteriza nossa sociedade atual.

Bauman (1999, p. 60) afirma que “o panóptico forçava as pessoas à posição em que poderiam ser vigiadas. O sinóptico não precisa de coerção. Tal modelo induz as pessoas à vigilância, não em um espaço físico, mas no próprio imaginário dos indivíduos, pois agora não é necessário um vigia, “eu posso ser meu próprio vigia, assim como estou em constante vigília para com o conjunto no qual estou inserido” (Santos, 2016, p. 22). Diferentemente do panóptico, a vigilância sinóptica aparece disfarçada de ações inofensivas, hospitaleiras, “socialmente corretas” e amigáveis, sob a bandeira sedutoramente disposta da solidariedade.

Esse tipo de sociedade sinóptica, proposta por Mathiesen, é essencial para a investigação das condições de possibilidade da cultura do cancelamento em que opera o dispositivo em investigação nesta pesquisa. Isto porque essa cultura está ao poder e à influência das mídias sociais, onde os sujeitos podem expressar suas opiniões e compartilhar informações com um alcance global. Com o advento do Twitter (atualmente, X), Facebook, Instagram e outras plataformas similares, tornou-se mais fácil para as pessoas se conectarem, compartilharem ideias e se mobilizarem em torno de questões que consideram importantes, inclusive aquelas que fazem parte dos movimentos de minoria.

As redes da vida social confundiram-se com as redes de luta biopolítica no ciberespaço a partir da invenção do *www* (*wold wide web*) por parte de Tim Berners Lee. As teias de páginas virtuais, geradas pelo novo protocolo criado por ele, propiciaram a reunião do material segmentado nas conversações dos grupos de discussão. Esse material disperso afluíu para as páginas web levado pela reunião das diferentes formas de defesa e resistência, constituindo os novos movimentos das guerras em rede. (Malini, Antoun. 2013, p. 55).

Atualmente, é difícil pensar o nosso cotidiano sem a presença da internet ou das mídias digitais, pois elas estão presentes em nossas práticas mais corriqueiras. As tecnologias da comunicação e informação provocaram profundas transformações em nossa sociedade, mas nos parece que a reflexão acerca dessas mudanças é ainda tão relevante quanto necessária. A partir dessas considerações, propomo-nos a pensar o cancelamento como um dispositivo de controle da sociedade sinóptica, que impõe perfis

de comportamento para os usuários no espaço heterotópico da *web*, forjados pelas técnicas de vigilância e pelos regimes de verdade do nosso tempo.

1.1 Vigilância e controle no ciberespaço

Ainda nos anos 1990, o filósofo e sociólogo Pierre Lévy levantou uma questão importante acerca dessa discussão, ao afirmar que estamos vivendo a abertura ou (diríamos hoje) a consolidação de um novo espaço de comunicação, cabendo a nós a exploração das potencialidades mais positivas desse espaço:

Não quero de forma alguma dar a impressão de que tudo o que é feito com as redes digitais seja “bom”. Isso seria tão absurdo quanto supor que todos os filmes sejam excelentes. Peço apenas que permaneçamos abertos, benevolentes, receptivos em relação à novidade. Que tentemos compreendê-la, pois a verdadeira questão é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da expansão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural. Apenas dessa forma seremos capazes de desenvolver estas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista. (Lévy, 2010, p. 12).

Pierre Lévy (2010) ainda considera que a tecnologia não é um ato autônomo, separado da sociedade e da cultura, nem as interações virtuais seriam, dessa forma, desprovidas de qualquer relação com a realidade, pois as atividades humanas abrangem, de maneira intrínseca, interações com pessoas vivas e pensantes, entidades materiais, naturais e artificiais, ideias e representações, assim:

É impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribui sentido à vida e ao mundo. Da mesma forma, não podemos separar o mundo material – e menos ainda sua parte artificial – das ideias por meio das quais os objetos técnicos são concebidos e utilizados, nem dos humanos que os inventaram, produzem e utilizam. Acrescentemos, enfim, que as imagens, as palavras, as construções de linguagem entranham-se nas almas humanas, fornecem meios e razões de viver aos homens e suas instituições, são recicladas por grupos organizados e instrumentalizados, como também por circuitos de comunicação e memórias artificiais. (Lévy, 2010, p. 22).

Desse modo, a sociedade contemporânea, da era digital, é eclética, plural. Nosso

cotidiano é invadido pela tecnologia eletrônica de massa, gerando o adensamento das informações. Essa inundação provoca uma explosão de natureza exponencial e caótica que leva à multiplicação acelerada e bruta de dados disponíveis na rede:

A densidade dos links entre as informações aumenta vertiginosamente nos bancos de dados, nos hipertextos e na rede, os contatos transversais entre os indivíduos proliferam de forma anárquica. É o transbordamento caótico das informações, a inundação de dados, as águas tumultuosas e os turbilhões da comunicação, a cacofonia e o psitacismo ensurdecido das mídias, a guerra das imagens, as propagandas e as contrapropagandas, a confusão dos espíritos. (Lévy, 1999, p. 13).

Esse não-refinamento dos dados pode (e tem gerado) uma grande confusão entre os internautas que acabam desinformados pela informação. A proliferação das *fake news* é um exemplo claro das consequências desse dilúvio, que, segundo Lévy, não terá fim. Cabe a nós aceitarmos essa nova condição e aprender “a nadar, a flutuar, talvez a navegar” nesse mar de informações que compõe o ciberespaço¹³. É necessário entendermos o que é e como se compõe esse espaço que suporta e acolhe tantas informações.

Para Pierre Lévy (1999), o ciberespaço é um novo meio de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e de suas memórias, se refere não apenas à estrutura material da comunicação digital, mas ao “universo oceânico de informações” que ela abriga, bem como aos usuários que navegam e alimentam esse universo. Por essa razão, outro termo surge, cibercultura, que designa “um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999, p. 17). Esse conjunto heterogêneo de ações produz novas condições de interação entre os sujeitos, o que acarreta profundas transformações nas produções identitárias e na constituição de subjetividades. O ciberespaço é, portanto, um dispositivo de comunicação interativo e comunitário onde não há estabilidade, nem fronteiras, cujas relações sociais se tornaram *planetarizadas*.

Essa *planetarização* levou alguns autores a nomearem o momento atual de “era

¹³ O termo ciberespaço foi utilizado pela primeira vez no romance de ficção científica *Neuromancer* de William Gibson. Fazia referência ao “universo das redes digitais”, um espaço de conflitos e disputas, não físicas, mas virtuais.

da convergência e da conexão”, o que caracteriza uma sociedade onde “as velhas e novas mídias colidem, a mídia corporativa e a mídia alternativa se cruzam, o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (Jenkins, 2009, p. 29). Assim, a convergência ocorre dentro dos cérebros dos consumidores individuais e em suas interações sociais com outros. É importante esclarecer que toda essa interatividade só foi possível a partir da evolução da *web* 1.0 para a *web* 2.0, que se baseia no desenvolvimento de uma rede de informações onde cada usuário pode não somente usufruir, mas também, contribuir para a produção e criação de conteúdos e informações. Sua regra principal é o aproveitamento da inteligência coletiva.

O termo “inteligência coletiva” foi cunhado inicialmente por Pierre Lévy (1999), que o definiu como processo coletivo de construção do conhecimento, entendendo que as mídias digitais admitem o engajamento de um número ilimitado de participantes. Henry Jenkins, por sua vez, vai além e considera que o próprio consumo se tornou um processo coletivo, e é nessa perspectiva que ele aborda o termo inteligência coletiva. Essa linha de pensamento evoca inevitavelmente a noção de “sociedade participativa”¹⁴, uma concepção de consumidor midiático contemporâneo mais distante da imagem de receptor passivo, revelando uma cultura de problematização por parte dos consumidores em relação às mídias que consomem. De acordo com Jenkins (1999, p. 29):

Quanto mais os processos de inteligência coletiva se desenvolvem – o que pressupõe, obviamente, o questionamento de diversos poderes –, melhor é a apropriação, por indivíduos e por grupos das alterações técnicas, e menores são os efeitos de exclusão ou destruição humana resultantes da aceleração do movimento tecnossocial.

Seria, então, o ciberespaço, por todas as suas características já citadas, o lugar mais propício para o desenvolvimento e crescimento de uma inteligência coletiva. Esse espaço se comporta quase que independentemente dos lugares geográficos e raras vezes mantém uma relação coerente com o tempo, sendo assim uma forma de “comunicação

¹⁴ Howard Rheingold (1994) fala de uma *cultura participativa*, nela, uma parcela significativa da população pode participar da produção de materiais culturais. Ele ressalta o empoderamento sem precedentes que o *know-how* (saber fazer) digital pode provocar, criando nos usuários um senso de pertencimento e participação nos usuários da web. Além disso, possibilita aos internautas adquirir habilidades para se envolver na vida cívica de suas comunidades, construindo uma cultura mais democrática e diversificada.

assíncrona” (Jenkins, 1999, p. 51), constituindo-se um suporte (talvez o principal) de memória da humanidade. Sob tal perspectiva, esse espaço é, ainda, uma heterocronia, pois não obedece às tradições temporais, eterniza momentos, ressuscita o passado e os mortos, além de abrigar em si a maior e mais completa biblioteca mundial e o maior número de antiguidades em um só espaço, se constituindo no museu mais completo do mundo.

Nesse sentido, a *web* se constitui como esse ambiente de contestação, inquietação, transformação e exposição da imperfeita realidade, afetando-a direta ou indiretamente. Ela pode se apresentar como fuga, nas redes da ilusão, da companhia virtual, por meio dos entretenimentos e jogos, na vida ideal das redes sociais, ou, ainda, como instrumento de transformação, de denúncia da corrupção, da desigualdade e da miséria da sociedade real. Essas rotas podem apresentar linhas tênues que revelam o caráter de uma heterotopia:

Se o navio tem esse papel de metáfora primordial até p século XX, proponho pensar a WEB como a heterotopia por excelência do século XXI. Nesse espaço virtual cruzam-se todo o tipo de outros espaços consensuais e conflitantes, acolhem-se todo tipo de enunciados e de formas de visibilidades numa cartografia em que se misturam permissividade e controle de forma ambígua; o seu funcionamento tem em sua base o contínuo movimento do dito e do não dito. Navegaremos por esse labirinto e a velha metáfora da navegação convive com outras formas de experimentar lugares nunca dantes navegados. (Gregolin, 2015, p. 202).

Ao se fazerem ver nas redes sociais, os indivíduos se expõem e se tornam mais vulneráveis aos mecanismos de vigilância da sociedade de controle e de forma voluntária. O preço que se paga parece alto — cisão do público e do privado, fim da intimidade e do segredo, vigilância constante — mas, surpreendentemente desejado, pois leva ao reconhecimento, à visibilidade, fugindo assim da infâmia, da marginalidade tópica.

Esse novo modo de existir da era digital criou, segundo Lipovetsky (2005, p. 15), “uma nova cartografia do espaço visível”. Podemos evocar esse conceito, considerando toda a discussão feita até aqui para atestar a natureza heterotópica das mídias em geral e, mais especificamente, da mídia digital, investigando as práticas discursivas que produzem subjetividades e verdades nessa heterotopia. Vislumbramos assim, como em todos os espaços que comportam as relações humanas, a *web* como um campo de batalha nessa luta de forças que constitui o poder. Para situar essa discussão através de eventos recentes, é interessante observar de que maneira a sociedade de controle perpetua-se em um

contexto no qual a informação se torna a estratégia de poder por excelência.

Além de determinar representações individuais e coletivas, a informação se consolida como moeda de troca da era digital. Com ela, é possível agir sobre as instituições e os corpos sociais, pois uma vez que se detêm os dados, protegidos ou disponibilizados voluntariamente, sobretudo na internet, obtém-se o controle. É nessa perspectiva que Gilles Deleuze, em sua obra *Conversações* (1972) e, juntamente com Félix Guattari na obra *Mil platôs — capitalismo e esquizofrenia* (1980), evidencia a modulação nas redes digitais — um conjunto de estratégias que visa o controle dos comportamentos:

Sublinhou-se recentemente a que ponto o exercício do poder moderno não se reduziria à alternativa clássica “repressão ou ideologia”, mas implicava processo de normalização, de modulação, de modelização, de informação, que se apoiam na linguagem, na percepção, no desejo, no movimento etc., e que passam por microagenciamentos. (Deleuze; Guattari, 2012, p. 170).

A modulação, portanto, é uma técnica de modelagem do comportamento a partir do controle de visualização dos conteúdos. Nas plataformas digitais, circulam os discursos e reverberam os acontecimentos, que são distribuídos por meio de sistemas algoritmos. Assim, os discursos são controlados e vistos, principalmente, por e para quem está dentro dos critérios que constituem as políticas de interação desses espaços virtuais:

‘Uma das características da modulação é a possibilidade de criar um espaço para o individual, das a sensação de liberdade para o indivíduo enquanto o mantém em um ambiente restrito (Hui, 2015)’. [...] As dinâmicas de uso propostas pelas plataformas de mídias sociais como o Facebook parecem potencializar o paradoxo da liberdade controlada. Elas oferecem ambientes onde o usuário é incentivado a compartilhar, mas só recebe a informação que uma série de algoritmos decidiu ser mais relevante para ele. É incentivado a se expressar, mas seguindo regras de conduta, ou escolhendo dentre seis emoções que representem o que está sentindo. (Machado, 2018, p. 59).

Outro exemplo de modulação seria a lógica do consumo no capitalismo contemporâneo. Em vez de impor um padrão fixo de comportamento, a modulação cria uma variedade de perfis de consumidores e se adapta a cada um deles, fornecendo recomendações personalizadas, ofertas exclusivas e experiências sob medida. Assim, o

consumo se torna uma forma de auto expressão e de diferenciação social, ao mesmo tempo em que está sujeito a um controle sutil e constante: a inteligência de máquina processa o *superávit comportamental* em produtos de predição elaborados para antever o que vamos sentir, pensar e fazer: agora, em breve e mais tarde (Zuboff, 2020, p. 117).

A filósofa Shoshana Zuboff discute em seu livro *A Era do Capitalismo de Vigilância* (2020) os impactos da coleta massiva de dados e vigilância nas sociedades contemporâneas. A partir dessa discussão, a autora propõe o termo "*superávit comportamental*" para descrever a acumulação de informações sobre o comportamento humano que ocorre na era do capitalismo de vigilância¹⁵.

Segundo Zuboff (2020), as empresas que operam nesse contexto extraem dados sobre as ações, preferências, emoções e intenções das pessoas de forma massiva e sistemática. Essas informações comportamentais são então utilizadas para influenciar o comportamento das pessoas, direcionar publicidade personalizada, tomar decisões de negócios e até mesmo moldar ações políticas. Zuboff argumenta que esse *superávit comportamental* resulta em uma assimetria de poder entre as empresas que detêm esses dados e as pessoas que são objeto de vigilância, minando a privacidade e a autonomia individual.

Conforme o imperativo de predição mergulha cada vez mais fundo no eu, o valor de seu *superávit* torna-se irresistível e as operações de controle escalam. O que acontece com o direito de falar na primeira pessoa a partir de mim mesma e como eu mesma quando o crescente frenesi de institucionalização – posto em ação pelo imperativo de predição [...].

O que acontece com a minha vontade de ter vontade de ser eu mesma na primeira pessoa quando o cosmo de mercado ao redor se disfarça como meu espelho, mudando de forma de acordo com o que ele decidiu que eu sinto ou senti ou sentirei: **me ignorando, incitando, repreendendo, me louvando ou punindo?** O capital de vigilância não consegue deixar de querer tudo de mim da forma mais profunda e abrangente que é capaz. (Zuboff, 2020, p. 333, grifos nossos).

¹⁵ Segundo Shoshana Zuboff (2020), o capitalismo de vigilância é um novo estágio do capitalismo que se baseia na coleta massiva de dados pessoais dos indivíduos através da tecnologia digital. Nesse sistema, empresas de tecnologia, como Google, Facebook e Amazon, coletam uma quantidade imensa de dados pessoais dos usuários, como suas atividades on-line, preferências, localização, interações sociais e até mesmo suas emoções. Esses dados são então analisados e utilizados para criar perfis detalhados, com o objetivo de prever e influenciar o comportamento futuro dos consumidores. Em outras palavras, de acordo com Zuboff, o capitalismo de vigilância reivindica a experiência humana como matéria-prima para a tradução em dados comportamentais.

Em resumo, as reflexões de Shoshana Zuboff e as proposições de Gilles Deleuze apresentam em comum a manipulação do comportamento pelo acúmulo massivo de dados comportamentais sobre os indivíduos, obtidos através da vigilância digital e utilizados para influenciar e controlar as condutas dos sujeitos. Contudo, para Deleuze (2012), a modulação não é apenas uma forma de controle, mas também uma forma de resistência. Ele defende a existência de linhas de fuga e de desterritorialização, ou seja, de práticas e pensamentos que escapem aos padrões impostos pela modulação. A resistência à modulação implica em criar formas de vida e de relações sociais que estejam fora do controle das estruturas de poder dominantes das mídias digitais.

Foucault (2014c, p. 277), por sua vez, afirma que “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’”, isto é, não há relação de poder onde as possibilidades de deslocamento e resistência estão saturadas. É preciso poder escapar, ainda que isso leve à punição ou ao ostracismo. Assim, sob a ótica foucaultiana, é possível observar o cenário atual com certa **positividade**, pois, para entendermos como funciona a sociedade ocidental ou a constituição dos sujeitos, não é necessário aceitar e concordar com suas práticas, pelo contrário, o diagnóstico do presente gera a reflexão e nos deixa uma pergunta: o que podemos fazer para mudá-lo? É a partir dessa reflexão e das mudanças que ela provoca que podemos compreender o que é positivo nos jogos de verdade e nos conflitos de poder.

2. O dispositivo do cancelamento nas redes sociais

No tópico anterior, realizamos uma sucinta investigação acerca das técnicas de punição elaboradas pelas sociedades ocidentais a fim de afligir sujeitos de conduta desviante que, de alguma forma, ameaçam desestabilizar a ordem e as leis vigentes. Observamos a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle em que impera como dispositivo de vigilância o sinóptico, tornando todos os membros da sociedade potenciais sentinelas e suspeitos. Compreendemos que é este o contexto que possibilita o surgimento do cancelamento, que engloba técnicas de vigilância, controle e punição, conduzindo condutas e reafirmando/refutando verdades ou desejos de verdade deste século. Examinamos, também, o espaço onde este dispositivo atua, isto é, o ciberespaço/web, uma heterotopia contemporânea que possibilita a hipervisibilidade e a hipervigilância; onde atuam os algoritmos que mapeiam condutas e moldam comportamentos. Resta-nos agora a árdua tarefa de compreender como o cancelamento

se constitui como dispositivo, qual seu modo de funcionamento e como ele contribui para a formação e desconstrução de subjetividades, nos fazendo questionar valores morais e éticos na contemporaneidade.

O conceito de dispositivo na obra de Michel Foucault revela a complexidade com a qual expandiu seu escopo de análise ao longo do tempo. Ele passou da observação das epistemes para a percepção de uma interconexão formada entre discurso e práticas sociais não-discursivas. O dispositivo passou a ser entendido como a **rede** constituída por diferentes componentes. Nas palavras de Foucault, o dispositivo é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: do dito, tanto quanto do não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo propriamente é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (Foucault, 2014b, p. 45).

Além do caráter heterogêneo do dispositivo, Foucault buscou analisar a natureza da relação que se estabelece entre seus elementos, esclarecendo que entre eles há um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, etc. Compreende-se que as linhas que compõem as redes do dispositivo não são estanques e imóveis, pressupõem movimento:

Cada linha é submetida a fraturas e são propensas a variações de direção e de intensidade, sendo assim, são transitórias e efêmeras, podendo pertencer a mais de um dispositivo ao mesmo tempo, o que os tornam cambiantes entre si. Isso porque um dispositivo engendra discursos, enunciados, práticas, instituições, leis que, por sua vez, também o colocam em movimento e o fazem funcionar. (Pereira, 2019, p. 63)

Para o filósofo, o dispositivo ainda apresenta uma “função estratégica dominante”, pois ele surge em meio a uma urgência histórica, inscrito num jogo de poder, ligado a saberes que nascem dele como também o condicionam e permitem que ele perdure, ainda que passe por alterações (Foucault, 2014b, p. 45-46). Em uma de suas entrevistas, Foucault explica que essa função estratégica pode, por exemplo, resultar na “reabsorção de uma massa de população flutuante”, outrora tida como incômoda para determinada

sociedade, tornando-se a matriz de um “dispositivo de controle-sujeição da loucura, da doença mental, da neurose” etc (Foucault, 2014b, p. 45). Assim, o autor ressalta a prevalência de um objetivo estratégico do dispositivo e conclui que todo dispositivo, portanto, está em um movimento duplo constante, pois, ao mesmo tempo que está sempre se reconfigurando, o que lhe garante o ajuste preciso entre seus elementos, por mais heterogêneos que sejam, abre-se às resistências; é o preenchimento estratégico que possibilita ao dispositivo a incorporação de elementos que antes não lhes pertenciam.

As penitenciárias e os hospitais psiquiátricos, por exemplo, foram criados num determinado momento da história para separar os criminosos e os loucos do restante da sociedade. Repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, a fim de categorizá-los. A prisão marca um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à humanidade, os mecanismos disciplinares que o novo poder de classe estava desenvolvendo: o momento em que aqueles colonizam a instituição judiciária. Todavia, essas mudanças não aconteceram por acaso nem por capricho do legislador, ao contrário, são mudanças possíveis graças ao progresso das ideias e à educação dos costumes. (Foucault, 2014a)

A partir da teoria foucaultiana, entendemos o cancelamento como um dispositivo, uma vez que, assim como o ostracismo, o suplício e a prisão, surge a partir de uma urgência histórica de controle e normalização de práticas e condutas dos sujeitos nas redes sociais, incorporando discursos, práticas, instituições, organizações, movimentos, proposições morais e éticas tendo, portanto, “uma configuração heterogênea pertinentemente observável por suas categorias de saber, de poder e da subjetividade que suscita” (Lopes, 2022). Martins e Cordeiro (2022) defendem ainda que o ceticismo de frações da sociedade em relação às instituições funciona como um imperativo estratégico que fundamentou a existência desse dispositivo.

[...] o “cancelamento”, particularmente na sociedade brasileira, marcada pela ineficácia das instituições responsáveis por sancionar condutas reprováveis (ilícitos penais ou civis), bem como as condutas juridicamente atípicas que ofendem valores socialmente relevantes, caracteriza-se como mecanismo punitivista da sociedade civil, que age em substituição à tutela jurisdicional, ou seja, surge como alternativa à desconfiança dos cidadãos em relação ao papel desempenhado pelas instituições legalmente incumbidas de oferecer justiça. (Martins; Cordeiro, 2022, p. 36).

Na esteira do pensamento foucaultiano, Gilles Deleuze (1990, p.155) se refere ao dispositivo como “uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear”, pois se configura como um conjunto complexo composto por linhas diversas que se cruzam, se bifurcam e se afastam sem compor sistemas fechados. Elas não são estanques e imóveis, ao contrário, pressupõem movimento e atravessam o dispositivo em diagonal. No interior delas, podemos identificar as **linhas de força**, que objetivam os sujeitos, assim como as de subjetivação, de fissura, de ruptura (Deleuze, 1990, p. 152).

Cada linha é submetida a fraturas e são propensas a variações de direção e de intensidade, sendo assim, são transitórias e efêmeras, podendo pertencer a mais de um dispositivo ao mesmo tempo, o que as tornam cambiantes entre si. Isso porque um dispositivo engendra discursos, enunciados, práticas, instituições, leis que, por sua vez, também o colocam em movimento e o fazem funcionar.

Deleuze também destaca as **curvas de visibilidade e de enunciação** como constitutivas do dispositivo. O visível e o enunciável definem regimes em cuja historicidade estão as condições para a emergência destes ou daqueles saberes, sujeitos, objetos. Em outros termos, é a maneira como o dispositivo distribui o que é visto e o que é dito num dado momento, que garante a existência dos objetos discursivos em cada formação histórica. O quadro¹⁶ a seguir, evidencia as características principais de cada linha que compõe o dispositivo:

.

¹⁶ O quadro “linhas do dispositivo” foi concebido pela pesquisadora Louise Pereira (2019) em sua tese de doutorado sobre o dispositivo da sexualidade intitulada *O funcionamento do dispositivo da educação sexual: uma análise da pedagogização da sexualidade infantil*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística em 2019 e orientada pela profa.dra.Regina Baracuhy .

Quadro 1: Linhas do dispositivo

	CARACTERÍSTICAS
Linhas de visibilidade	Cada dispositivo tem seus regimes de luz. A maneira como se estabelecem os jogos entre o visível e o invisível.
Linhas de enunciação	A maneira como se estabelecem os jogos entre a eloquência e o silêncio, o dito e o interdito.
Linhas de forças / Linhas de objetivação	Trata-se da dimensão do poder. Penetram as coisas e as palavras passando por todos os lugares do dispositivo, atingindo todos os espaços.
Linhas de subjetivação / Linhas de fratura	É uma linha de fuga. Consiste na produção de subjetividade em um dispositivo. Não é certo que todo dispositivo disponha de um processo semelhante. ¹⁴

Fonte: Pereira (2019)

Dessa forma, é sempre no interior de um dispositivo que o sujeito, enquanto efeito de uma produção histórica, tem sua existência instituída e transformada através do discurso, o qual atravessa todos os constituintes de um dispositivo.

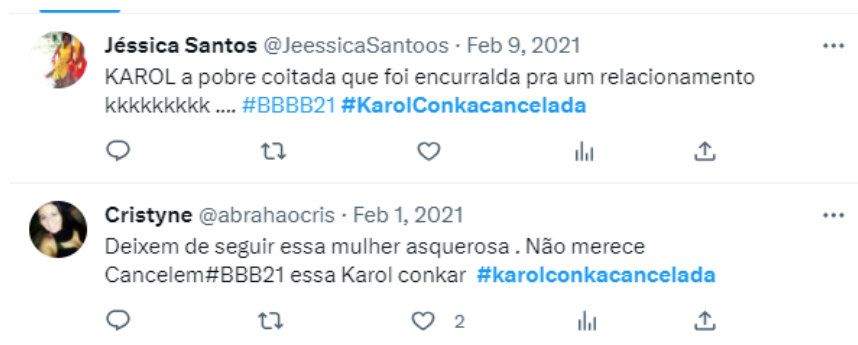
Jean-Jacques Courtine (2013, p. 29) assevera: “se existe algo que parece não deixar nenhuma dúvida, é realmente o fato que não existe discurso fora dos dispositivos, e dispositivos sem discurso”. É o discurso que atua no delineamento constante das fronteiras históricas do dispositivo.

As curvas de visibilidade e de enunciação regem o visível e o enunciável de cada época, correspondendo “[...] às formas de funcionamento da enunciabilidade e da visibilidade que regem os elementos do dispositivo” (Gregolin, 2015, p. 11). Essas curvas revelam, no interior do dispositivo, o jogo entre o que pode ser dito e aquilo que não se pode dizer.

Em se tratando das redes sociais, por exemplo, as curvas do dizível e do enunciável corroboram os regimes de verdade e de poder no interior do dispositivo e contribuem para circulação de discursos. Quando um sujeito é cancelado nas redes, por exemplo, as *hashtags* (figura 11) dispersam aquele dito, de modo que o cancelamento se

torna parte constituinte do enunciado a ser replicado indefinidamente, regulando a possibilidade dos ditos sobre o tema e sobre o próprio sujeito.

Figura 13- #KarolConkacancelada.



Fonte: twitter.com/search?q=%23KarolConk%C3%A1Cancelada&src=typed_query&f=top. Acesso em: 07 jul. 2023.

As linhas de força, por sua vez, agem no interior do dispositivo, “não no sentido de agrupar tudo numa (equivocada) unidade, mas em sua característica primeira de se produzir a cada momento, a partir da complexa e estratégica relação entre todos os pontos de um dispositivo (Gregolin, 2015, p. 11). No dispositivo do cancelamento, as linhas de força estão relacionadas à modulação algorítmica, ao *superávit* comportamental no qual o pensar, o escolher e o agir parecem não se descolar mais da mediação da máquina. Essa ordem compõe práticas discursivas, tal qual o uso de caracteres como as *hashtags* e as ações de curtir, compartilhar, respectivamente (figura 13).

Figura 14- Mark Hamill compartilha FORA KAROL CONKÁ.



Fonte: www.ofuxico.com.br/reality-show/bbb/bbb21-mark-hamill-se-manifesta-e-atende-ao-pedido-de-fa-contra-karol-conka/. Acesso em: 11 out 2023.

O dispositivo do cancelamento também estabelece as linhas de subjetivação, já que os seus elementos são, por consequência, produtores de subjetividades. E isso está relacionado à produção de verdades no interior desses dispositivos, as verdades sobre si e sobre o outro. A título de exemplo, o dizer sobre o sujeito cancelado nas redes sociais constitui-se como a verdade daquele momento, e os usuários subjetivam-se em torno dela: os que a replicam constituem-se como sujeitos daquela verdade e isso lhes renderá muitas curtidas, diversos comentários, mais visitas ao seu perfil (figura 14); por outro lado, aqueles que a ela se opuserem, provavelmente, serão repreendidos, e podem até perder seguidores.

Figura 15- Perfil do Instagram rejeição da Karol.



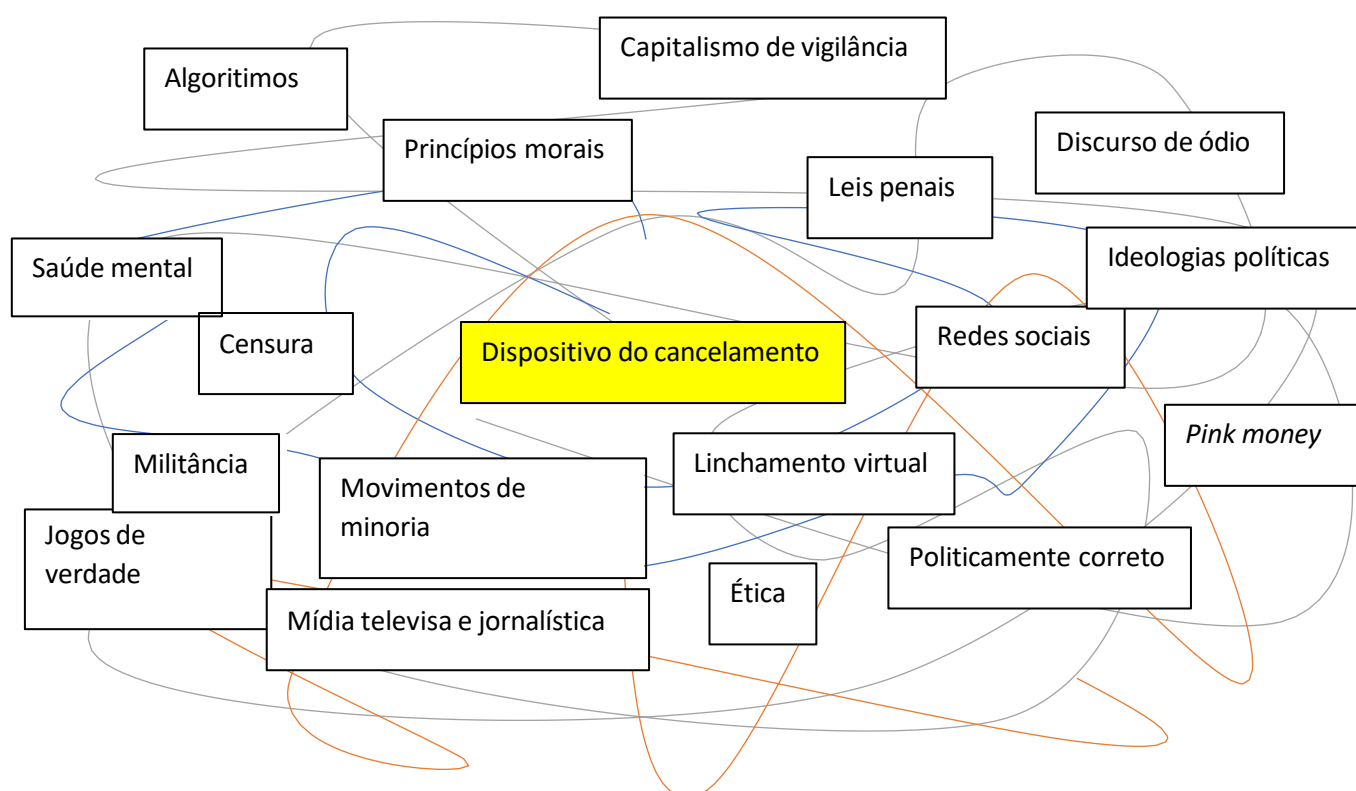
Fonte: gq.globo.com/Celebridades/noticia/2021/02/perfil-pela-rejeicao-de-karol-conka-possui-mais-seguidores-que-sua-conta-oficial.html. Acesso em: 11 out 2023.

Concebemos, portanto, o cancelamento como um dispositivo, pois ele constitui uma rede de elementos heterogêneos engendrados e ajustados de tal modo que, estrategicamente, encaminham a produção de verdades e subjetividades na contemporaneidade. Além disso, as linhas que atravessam seus elementos, ainda que sejam heterogêneos, diversos e difusos, ditam as regras do poder dizer e do silenciar, bem como suscitam comportamentos e atitudes dos sujeitos, pois “o que é considerado verdadeiro num dispositivo tem o poder de fazer-se obedecer e formar os sujeitos humanos para a obediência” (Veyne, 2009, p. 166).

2.1 As regras de funcionamento do dispositivo do cancelamento

Postulamos que o cancelamento é um dispositivo de controle que atua em consonância com outros dispositivos, como o midiático e o jurídico, com a finalidade de julgar, interditar, boicotar um conjunto de práticas enunciativas que não condizem com o “verdadeiro” de nossa época. Para defender a existência de um *dispositivo do cancelamento*, elaboramos a figura 16 e elencamos alguns elementos desse dispositivo:

O dispositivo do cancelamento



As razões, que promovem o cancelamento, tanto podem ser da ordem do dizível, quanto da ordem do praticável e têm-se mostrado relacionadas a comportamentos socialmente reprováveis, como o preconceito, a discriminação, a homofobia, o trabalho escravo e muitos outros, geralmente, expostos e condenados nas redes sociais. Ao se tornarem acontecimentos, é comum que haja um entrecruzamento de mídias, e os casos de cancelamentos passam a ser noticiados em diferentes espaços midiáticos (jornais, revistas, podcasts, tv, rádio etc.).

De acordo com a jornalista e pesquisadora Raquel Recuero (2009), uma rede social é composta por um conjunto de dois elementos: os **atores**, que são os usuários ou perfis, representando pessoas ou instituições; e as suas **conexões** ou **laços sociais**, que é

a interação entre eles. Os atores sociais, então, expressam sua personalidade e individualidade, como uma “presença do ‘eu’ no ciberespaço, um espaço privado e ao mesmo tempo público” (Recuero, 2009). Ao se fazerem ver no ciberespaço, os sujeitos se expõem uns aos outros e ficam mais suscetíveis aos mecanismos de vigilância e controle da sociedade. O preço que se paga parece alto — cisão do público e do privado, fim da intimidade e do segredo, vigilância constante — mas, surpreendentemente desejado, pois leva ao reconhecimento, à visibilidade, fugindo assim da infâmia, da marginalidade tópica. O cancelamento, portanto, consiste no banimento de um ator social (seja uma instituição, uma pessoa famosa ou anônima) por um enunciado ou conduta considerada moralmente condenável ou fora do verdadeiro da época, a fim de puni-lo.

É válido salientar que nem todo “vacilo”, seja ele da ordem do discurso ou do comportamento, leva ao cancelamento. Uma das condições é que o acontecimento irrompa como singularidade histórica e reverbere nas redes sociais. Isso depende de alguns fatores, que Raquel Recuero (2009) chama de valores sociais, a saber: visibilidade, reputação, popularidade e autoridade. De acordo com a pesquisadora, a **visibilidade** é um valor intrínseco da própria rede, de modo que a criação de um perfil em qualquer rede social, ainda que não tenha qualquer publicação ou interação com os demais integrantes, já torna o ator visível.

A **reputação** diz respeito à construção da imagem dos usuários nas redes, o olhar sobre si, o olhar do outro sobre si, e essa relação.

A **popularidade**, por sua vez, é medida pelo número de “seguidores”, visualizações, e interação nas redes.

Por último, está a **autoridade**, isto é, o poder de influência do sujeito em certo nicho social. Uma vez que se constrói a reputação e se conquista popularidade, o ator social ganha certa autoridade, à medida que seus discursos e comportamentos são validados e compartilhados pelos seguidores.

Entende-se, portanto, que os atores sociais que agregam esses valores estão mais vulneráveis ao cancelamento, pois a hipervisibilidade os torna mais vulneráveis à vigilância.

Para pensar esse dispositivo, é preciso compreender seu modo de funcionamento, que pode ser resumido em três fases: **1ª Fase expositiva**: quando o enunciado ou a conduta

se torna acontecimento e reverbera nas redes, levando à hipervisibilidade do sujeito a ser cancelado; **2ª Fase do julgamento:** a exposição leva ao julgamento por meio do olhar do outro, os usuários das redes que condenam o discurso ou a conduta do sujeito que já se encontra em processo de cancelamento; **3ª Fase da punição:** a depender do desvio de conduta cometido ou da gravidade do dizer, o sujeito é condenado ao banimento digital, sofrendo inúmeras consequências punitivas, como o linchamento virtual, a perda de conexões ou seguidores, patrocínios e contratos de trabalho etc. Os valores sociais observados por Recuero e as três fases do cancelamento podem ser observados e ressignificados em casos recentes nas redes sociais.

Em fevereiro de 2022, o trecho de uma entrevista veiculada no Flow Podcast, programa de alta abrangência na internet (*atualmente com quase 4,5 milhões de seguidores*), viralizou nas redes sociais e levou ao cancelamento de um dos apresentadores. Conhecido como Monark, o *podcaster* defendeu a criação de um partido nazista, proibido por lei, argumentando que era a favor da liberdade de expressão: "A esquerda radical tem muito mais espaço que a direita radical, na minha opinião. As duas tinham que ter espaço, na minha opinião [...] Eu acho que o nazista tinha que ter o partido nazista reconhecido pela lei", disse Monark. Este enunciado suscita e movimenta uma rede de enunciados outros que constituem a memória do Nazismo na sociedade ocidental.

Figura 16- Charge sobre o caso de cancelamento do Monark.



Fonte: <https://jornalistaslivres.org>. Acesso em: 18 out. 2022.

O Nazismo fundou uma ideologia política essencialmente racista que se espalhou por toda a Alemanha na década de 1920, sob o comando de Adolf Hitler, e levou a vários marcos históricos, como o Holocausto, do qual principalmente judeus foram vítimas, e a Segunda Guerra Mundial. Duas feridas profundas na história da modernidade.

O fim da guerra e a dissolução do partido representaram um triunfo contra o “mal encarnado”. Desde então, consagrou-se em nossa sociedade a verdade quase absoluta de que “o nazismo é mal” e qualquer discurso ou conduta que o referenciam são condenáveis. Essa verdade, no entanto, é colocada no perigoso jogo do discurso pela fala de um sujeito cujo *status* ou visibilidade, popularidade, reputação e autoridade nas redes sociais levam à reverberação de sua fala e, conseqüente cancelamento, uma vez que ele está fora da ordem do discurso vigente.

Inicia-se, desse modo, as fases do cancelamento. A fala de Monark tornou-se um enunciado com valor de acontecimento e reverberou, não apenas nas redes sociais como também fora dela, sendo notícia em portais de notícia internacionais, configurando, assim, a **fase expositiva**, levando à hipervisibilidade do sujeito. Logo, ele é condenado por seu crime moral e observa-se nas redes sociais um movimento de boicote não apenas ao apresentador como também aos Estúdios Flow, responsável pelo Flow Podcast com o objetivo de provocarem os patrocinadores a romperem seus contratos.

Série enunciativa: Posts sobre o cancelamento do Monark.

(A)



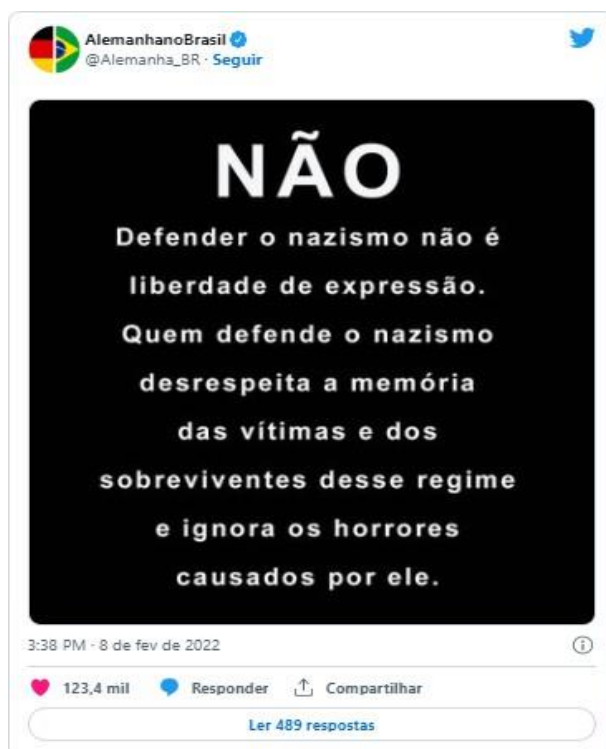
Fonte: <https://twitter.com/ehagabz/status/1453131955701272577>. Acesso em: 20 out. 2023

(B)



Fonte: twitter.com/pumabrasil/status/1491048146952421378. Acesso em: 20 out. 2023.

(C)



Fonte: twitter.com/Alemanha_BR/status/14911191422119731221. Acesso em: 20 out. 2022.

A série enunciativa revela um povoamento de discursos que emergem a partir do acontecimento em questão. Sujeitos anônimos, instituições e empresas manifestaram-se contra a fala do *podcaster*, julgando-o e condenando-o: “a partir de hoje não vejo o *podcast* que esse cara faz parte por nenhuma desculpa desse mundo”; “quem defende o

nazismo desrespeita a memória das vítimas”; “discordamos e repudiamos veementemente as declarações”. Eis a 2ª fase, o julgamento.

Uma vez julgado, o sujeito recebe sua pena (3ª fase), completando assim o ciclo do cancelamento. A Estúdios Flow anunciou o desligamento do Monark, sócio e apresentador do programa, excluindo-o dos rendimentos provenientes do projeto. Além disso, o *podcaster* também foi “banido” do YouTube, proibido de monetizar vídeos na plataforma, criar outro canal ou usar canal de terceiros para burlar as restrições.

Pode-se dizer, portanto, que este é um “típico caso de cancelamento”, uma vez que observamos em funcionamento todas as suas fases: (1) exposição (por meio da reverberação) da fala considerada nazista, pois está fora do regime de verdade da época; (2) julgamento e condenação do sujeito nas redes sociais; (3) punição por meio da “anulação” da figura pública e demissão e banimento do YouTube.

A partir dessa breve análise, compreendemos que o dispositivo funciona como uma espécie de rizoma que orienta práticas discursivas e não discursivas; determina o dizer, o ver e o agir de um modo e não de outro e concomitantemente, ele está suscetível a sofrer modificações constantemente, pois é reversível e “conectável”. Contudo, o dispositivo também é difuso e possui no interior de seu funcionamento relações de saber-poder que evidenciam também o lugar das fissuras, das resistências. E é isto que vamos investigar a seguir.

O DISPOSITIVO DO CANCELAMENTO E OS JOGOS DE VERDADE

Na sociedade contemporânea, as redes sociais destacam-se tanto por sua eficiência na produção discursiva, quanto na proliferação de verdades, tornando-se eficazes em nortear as formulações, controlar os ditos e orientar os sentidos possíveis. Tudo isso, no entanto, é pouco perceptível aos usuários; a maioria acredita que as redes sociais são um amplo espaço de divulgação e exposição de ideias no qual os sujeitos estão “livres dos filtros sociais” e, por isso “[...] poderiam, enfim, não só selecionar os conteúdos do seu interesse, como também produzir e compartilhar esses conteúdos em texto escrito, em vídeo ou em áudio” (Sargentini; Carvalho, 2021). É essa sensação de liberdade que possibilita a vigilância incessante e, por consequência, o engendramento do dispositivo do cancelamento. Há, portanto, uma espécie de “censura”, de interdição e cerceamento dos discursos que não atendem aos regimes de verdade das redes sociais.

Michel Foucault entende a verdade a partir de um conjunto de regras, de jogos de verdade que determinam domínios e objetos, formas de subjetivação e tipos de saberes. A verdade, portanto, não é “um dado absoluto lançado do Cosmo para a nossa contemplação, mas como pertencente a este mundo, produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (Foucault, 2016a, p.10). A verdade tem uma história.

O respeito à diversidade parece compor uma das principais vontades de verdade deste tempo. Observamos, no decorrer das últimas décadas, uma onda crescente dos movimentos de minoria que ganharam ainda mais força nas redes sociais, uma vez que esse espaço se mostra mais democrático e muito mais global, projetando significativamente o alcance dessas vozes historicamente marginalizadas. Nesse contexto, os discursos verdadeiros são aqueles de resistência e combate ao preconceito e ao desrespeito em relação ao diferente.

Nos tópicos a seguir, nos propomos a analisar como o “politicamente correto”, enquanto “verdade desejada” por boa parte dos sujeitos nas redes sociais, funciona como elemento estratégico no conjunto do dispositivo do cancelamento. E, a partir dessa discussão, analisar o caso de cancelamento do jogador de vôlei Mauricio Souza, uma vez que nele identificamos práticas discursivas que evidenciam os regimes e os jogos de verdade do nosso tempo

1. O cancelamento e o discurso politicamente correto

As batalhas no campo do discurso têm sido cada vez mais intensas e isto se destaca no ambiente das redes sociais onde atua o dispositivo do cancelamento. A força desse dispositivo é fundamentada em uma série de saberes e táticas que determina os heróis e os vilões, escolhe os que receberão o título de “fada sensata” e designa os que deverão sofrer o ostracismo virtual. Assim, popularizaram-se termos como “militância”, “lacração”¹⁷ e o já conhecido “politicamente correto”.

O termo “militância” tem se distanciado cada vez mais da esfera política, “tomando em consideração a militância como modo de vida; [...] como sintoma de toda uma época e de todo o sofrimento que lhe é inerente” (Figueiredo, 1992, p. 20). Nesse sentido, os militantes, não necessariamente estão aliados a um partido ou a uma ideologia política, podem apoiar ou fazer parte de grupos minoritários e, nas redes sociais, demonstrar tal apoio por meio do discurso e de práticas não discursivas — principalmente utilizando ferramentas disponibilizadas nas plataformas, como a *hashtag*, as opções “curtir”, “compartilhar”, “comentar”, etc. A esse movimento, pesquisadores da Comunicação deram o nome de *cibermilitancia* ou *ciberativismo*.

O ciberativismo tende a maximizar os efeitos do ativismo, contudo não no sentido de promover mudanças radicais, nem revolucionárias, e sim no sentido de ampliar a divulgação das informações e dos conhecimentos acerca da causa em que os manifestantes encontram-se engajados. A atuação ativista é aprimorada, a rede de computadores torna-se mais um local de atuação, no qual os ativistas desenvolvem ações que agregam valor às manifestações realizadas no contexto *off-line*. (Araújo, 2014, p. 64)

Observa-se no ciberespaço uma tendência social contemporânea que se baseia em uma nova cultura política, cujo objetivo é aumentar a participação popular na busca por justiça social e na construção de uma sociedade mais solidária. Essa forma de ação coletiva

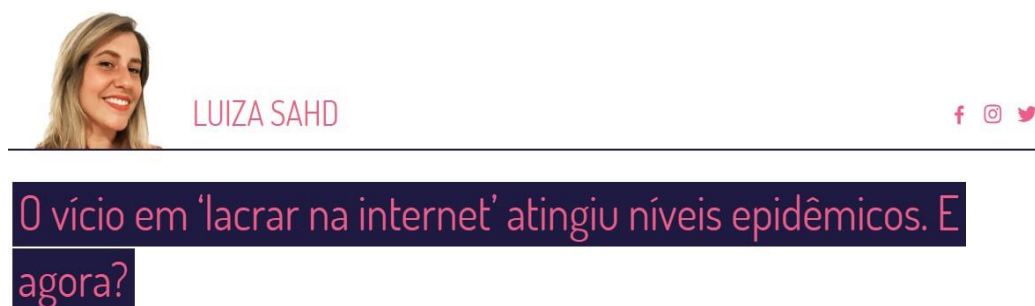
¹⁷ A “lacração” é uma performance que tem suas origens associadas ao Pajubá, uma linguagem que nasce na comunidade LGBTQIAP+, como uma forma de resistência histórica de pessoas de sexo-gênero dissidentes. A performance lacradora, que passa a fazer parte do cotidiano da cultura pop, é atualmente encontrada nas postagens de artistas, celebridades, influenciadores e usuários em geral das redes sociais digitais, como Twitter, Facebook e Instagram, por exemplo (Diniz, 2021).

é sustentada pela busca por interesses comuns e pela crescente conscientização dos indivíduos sobre o contexto em que vivem.

O ciberespaço desempenha um papel importante nesse processo, sendo um ambiente propício para a troca de informações. Contudo, como já foi discutido no capítulo anterior desta tese, o excesso de conteúdo também pode levar à desinformação ou tornar rasas as discussões, resultando na deslegitimação de pautas importantes dos movimentos de minoria. O engajamento de usuários em diversas causas que nem sempre refletem questões sociais importantes, por exemplo, levou à banalização do termo e ao surgimento de outros, como o “ativismo narcisista”, isto é, limitado à própria vivência do sujeito militante.

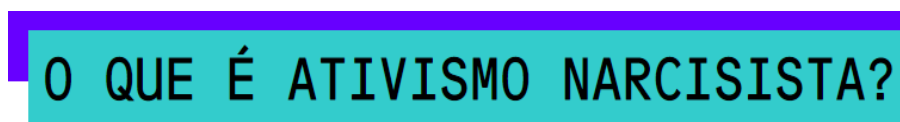
Os títulos selecionados (figuras 17 ,18 e 19) são um recorte do arquivo sobre o discurso da militância na *web* e revelam um efeito de desgaste dos termos “militância” e “lacrção” e das práticas discursivas que o engendram.

Figura 17- Título de artigo da revista virtual *Universa – Uol*.



Fonte: luisasahd.blogosfera.uol.com.br/2018/08/17/o-vicio-em-lacrar-na-internet-atingiu-niveis-epidemicos-e-agora/. Acesso em: 13 jul. 2023.

Figura 18- Título de artigo do *site Uol*.

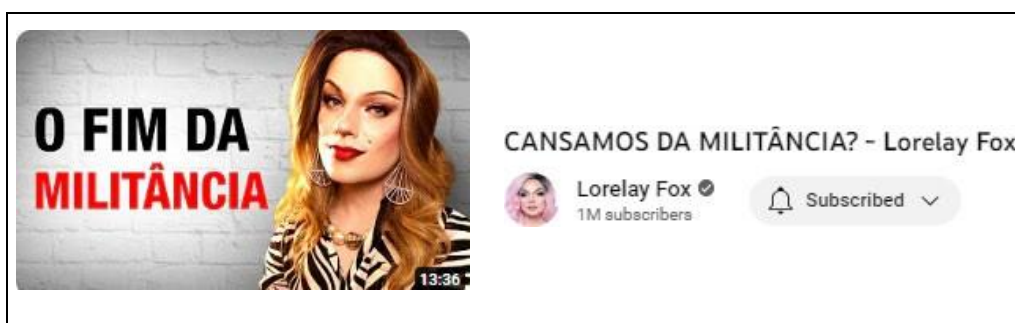


TRIP TV / ATIVISMO / TELEVISÃO / COMPORTAMENTO / MÍDIA

Helena Vieira Vieira explica o conceito que se encaixou como uma luva nas tretas do BBB 2021

Fonte: medium.com/revistatorta/nas-redes-sociais-a-milit%C3%A2ncia-%C3%A9-status-9f74440fa739. Acesso em: 13 jul. 2023.

Figura 19- Título e *thumb* de vídeo do Canal Lorelay Fox, no Youtube.



Fonte: https://www.youtube.com/results?search_query=milit%C3%A2ncia+lorelay+fox.
Acesso em: 13 jul.2023.

Além dos discursos de e sobre a militância, as interações, tanto dos perfis individuais, em grupos ou institucionalizados nos portais de notícias, produzem e compartilham informações, matérias ou comentários sob o conceito do politicamente correto.

Pode-se pensar, considerando o contexto político-social em que vivemos, que o termo “politicamente correto” seja uma invenção do século XXI, mas alguns estudiosos apontam que a expressão teria sido empregada ainda no início do século XX, mais precisamente no ano de 1917, pós-Revolução de Outubro, na Rússia, com o objetivo de inscrever uma nova mentalidade e um novo tempo social e cultural por meio da linguagem.

O sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall, ao investigar as origens dessa expressão, reporta em seu texto *Some “Politically Incorrect” Pathways Through PC*, de 1994, que, de acordo com uma determinada narrativa, a expressão teria sido retomada décadas depois por estudantes universitários norte-americanos. Estes, ao criticarem comportamentos machistas ou sexistas de seus colegas, diziam em um tom que imitava os guardas vermelhos da Revolução de Outubro: “Não é politicamente correto, camarada!”. Neste mesmo artigo, Hall (1994) afirma que o politicamente correto se consolidou “em lugares onde a iniciativa política passou para os ‘novos movimentos sociais’, que é, naturalmente, o solo em que foi nutrido; portanto, reflete uma mudança sísmica na topografia política”. Foi nesse momento, entre os anos 1980 e 1990 que algumas questões consideradas “não políticas”, começaram a ser politizadas, como as questões de raça, gênero, sexualidade, família, etnia e diferença cultural, e até mesmo identidade.

Outro fator relevante apontado pelo autor (e que nos interessa sobretudo nesta pesquisa) é a emergência do politicamente correto como reconhecimento, a partir dos anos 1980, do papel mediador da linguagem na percepção de nós mesmos e do mundo social: “o politicamente correto surge no interior de uma cultura intelectual que passou pela chamada ‘virada linguística’” (Hall, 1994) — que coloca nos problemas epistemológicos da filosofia a linguagem em primeiro plano. Nessa perspectiva, o politicamente correto configura-se como prática discursiva, estratégia ou técnica de organização dos discursos que determina “o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los” (Foucault, 2016).

Anne-Charlotte Husson (2014), por seu turno, salienta que a ideia inicial das chamadas práticas linguísticas politicamente corretas era restaurar o poder a determinados grupos sociais, isto é, os grupos minoritários; com o objetivo “mudar a sociedade”. Sob a ótica foucaultiana, o poder não pode ser tomado (ou restaurado), como já citamos anteriormente, mas exercido; e o discurso, por sua vez, é objeto de desejo justamente por sua articulação com o poder. Foucault ainda defende que toda relação de poder pressupõe o enfrentamento, a oposição, a resistência. Por isso, ressaltamos que o poder só pode ser exercido sobre sujeitos livres e a resistência, a capacidade de se rebelar, é a condição dessa liberdade.

Nas redes sociais, as práticas de resistência ocorrem por meio de enunciados compreendidos como “discursos de militância”, isto é, um conjunto de dizeres relacionados às pautas dos grupos minoritários. A representatividade nas redes constitui, dentro do dispositivo midiático, um regime de verdade a favor da diversidade e do direito de existência das minorias.

Em um artigo intitulado *O mundo tá chato: algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem* (2017), os pesquisadores Edwiges Morato e Anna Christina Bentes, dialogando com Stuart Hall e Anne-Charlotte Husson, ao realizarem uma investigação histórica sobre as condições de emergência do politicamente correto, chegam à seguinte conclusão:

Ainda que a preocupação com práticas tidas como politicamente corretas não seja uma novidade, o que aconteceu nas duas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI parece ter incrementado o sentido social de

que o politicamente correto pressupõe forte controle/avaliação sobre a linguagem a ser performatizado pelos militantes dos novos movimentos sociais no interior dos quais emergiu. Como resultado, tanto a ideia de controle/avaliação como a sua rejeição têm marcado a recepção social do politicamente correto, transformando-o em um espaço de lutas e/ou disputas em torno dessa estratégia política [...]. (Morato; Bentes, 2017, p. 17)

Nos últimos anos, a defesa do discurso politicamente correto tem propiciado batalhas no campo da liberdade de expressão, ora sendo associado à censura ora à “chatice” ou “frescura” conhecida nas redes sociais como “mimimi” (espécie de onomatopeia para representar o som de uma pessoa que problematiza temas sociais ancorada no discurso politicamente correto”).

Figura 20- Título de episódio do podcast *Café com Cast*, da Apple Podcasts.



Fonte: <https://podcasts.apple.com/us/podcast/caf%C3%A9-com-cast-016-o-mimimi-da-internet/id1180693437?i=1000382910405>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Com base em tais considerações, observa-se, de um lado, o discurso politicamente correto (composto pelos valores e reivindicações dos grupos minoritários); de outro, o discurso sobre o próprio discurso do politicamente correto, com suas regras de formação, condições de emergência e regulações.

Grupos conservadores (ou da direita), por exemplo, apontam que se trata de uma ideologia totalitária, tecendo várias críticas a esse conceito, dentre as quais: o de ser uma “censura desmedida e desnecessária”; uma “patrulha da linguagem”; e de “vitimismo”. Há, portanto, uma tentativa de deslegitimação desse discurso a favor da democracia e “liberdade de expressão”, conforme argumenta Mathieu Bock-Coté:

Quando pensávamos que a tentativa da censura havia sido vencida para sempre, ei-la de volta. Homens e mulheres têm cada vez mais a impressão de vestir um espartilho mental que sufoca o pensamento. A democracia liberal parece ter-se tornado alheia a si mesma e facções ideológicas radicalizadas são capazes de se apoderar do espírito público ou, ao menos, de submetê-lo a suas obsessões. É o que chamamos de politicamente correto (Bock-coté, 2021, p. 12).

Na prática, portanto, entende-se que o politicamente correto vem sendo criticado porque tem se manifestado como controle do que se pode ou não dizer (procedimento de rarefação da fala do sujeito¹⁸), e de como alguém será visto ou rotulado a partir de sua fala. Contudo, não existe apenas uma vontade de verdade. É nessa perspectiva que Foucault, convida a uma análise dos acontecimentos, não sob o nível da linguagem ou das relações de sentido, mas

[...] em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina é belicosa e não linguística” (Foucault, 2016a, p. 6).

É este embate, essa relação de forças que promove as condições de emergência do cancelamento como dispositivo e, mais especificamente a acontecimentalização de enunciados como os de Maurício Souza, conforme veremos a seguir.

¹⁸ Procedimentos de controle dos discursos que “determinam as condições de seu funcionamento e impõem aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles” (Foucault, 2014, p. 35).

1. Maurício Souza e o “cancelamento reverso”¹⁹

Em outubro de 2021, o jogador de vôlei Maurício Souza foi criticado nas redes sociais por um comentário considerado homofóbico. A imagem de divulgação do novo Super-Homem da DC Comics mostra o filho de Clark Kent (um dos mais famosos heróis de HQs do mundo) beijando outro personagem, apresentando-o, assim como bissexual. O jogador compartilhou a imagem em suas contas pessoais na plataforma X e no Instagram e escreveu a seguinte mensagem: **“A, é só um desenho, não é nada demais. Vai nessa que vai ver onde vamos parar...”**.

Figura 21- Post de Maurício Souza no Instagram.



Fonte: www.instagram.com/p/CU8ZzR_g8TN/. Acesso em: 20 out. 2023.

Inicia-se o processo de cancelamento do jogador nas redes sociais que levou à sua demissão do Minas Tênis Clube, onde trabalhava. Após o acontecimento, Maurício Souza ganhou um milhão de seguidores em sua conta do Instagram. Este fato particular desperta-nos para a investigação dos jogos de verdade no espaço virtual e, consequentemente, na

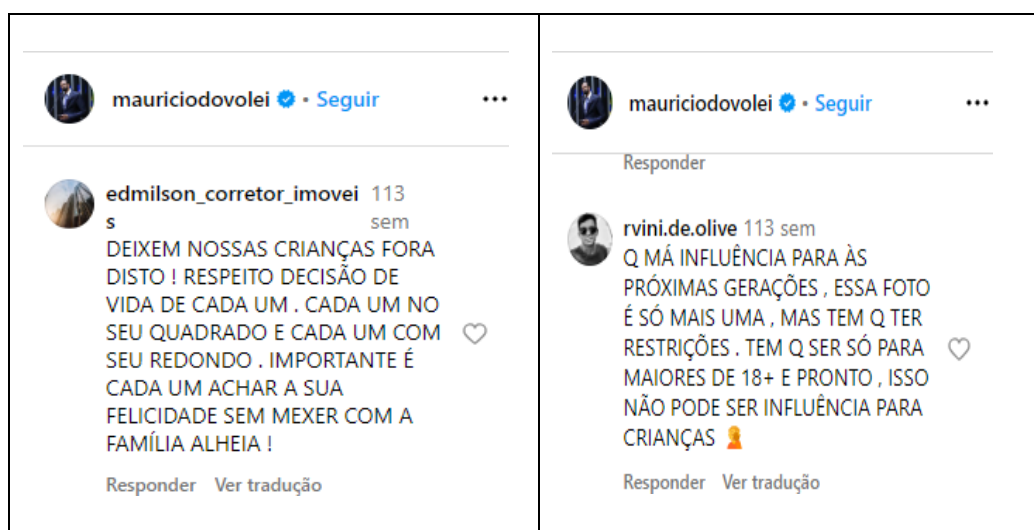
¹⁹ Um recorte da análise deste caso de cancelamento encontra-se no artigo intitulado *Jogos de Verdade e o Dispositivo do Cancelamento nas Redes Sociais*, publicado na Revista da Anpoll, v. 53, n. 2, 2022. Nele, apesar do aprofundamento que nos possibilita a escrita de uma tese, já é possível vislumbrar algumas das conclusões a que chegamos neste capítulo, principalmente no que diz respeito à investigação, no interior das relações de poder, dos modos como o sujeito se transforma historicamente através de vontades de verdade.

sociedade contemporânea. A seguir, analisamos uma série enunciativa sobre esse acontecimento, cartografando, por conseguinte, as linhas de visibilidade do cancelamento.

A questão da sexualidade é, por si só, um campo de batalha. As “heterogeneidades sexuais” apontadas por Foucault (1976) se colocam como formas de resistência às relações de saber/poder que sustentam e produzem verdades sobre o sexo para o nosso tempo, dentro de uma descontinuidade histórica que nos constitui. É importante reforçar que, segundo Foucault, práticas divisoras objetivam/subjetivam os indivíduos e os segregam, classificam (o são e o louco, o normal e o anormal, etc). Assim, podemos apontar certas práticas sexuais consideradas normais/naturais ou anormais/desviantes/não naturais tendo como principal par opositor heterossexualidade *versus* homossexualidade. E, apesar das conquistas e aparente abertura que os segmentos homossexuais obtiveram na chamada sociedade heteronormativa, é preciso considerar que essa relação saber/poder envolve relações de força, de poder e de resistência.

O enunciado “**É só um desenho...**” é empregado de maneira irônica e contraditória pelo sujeito, deslegitimando e ao mesmo tempo reforçando a importância desse tipo de objeto no escopo social, tendo em vista que “os desenhos” ou histórias em quadrinhos estão, em nossa sociedade, intimamente relacionados ao universo infantil, como “coisa de criança”, como materializam alguns comentários relacionados à publicação de Maurício Souza:

Figura 22- Comentários no post de Maurício Souza no Instagram.



Fonte: www.instagram.com/p/CU8ZzR_g8TN/. Acesso em: 20 out. 2023.

De acordo com Foucault (2014) a infância, na história da sociedade ocidental, tem sido um lugar de preservação da inocência e de interdição do sexo e negação da sexualidade e, portanto, é um espaço em que o relacionamento homossexual permanece um tabu sobre o qual não se pode lançar luz. Conforme Baracuhy e Oliveira (2017):

Dentro desse universo, onde a ordem é proteger, os desenhos infantis ganharam uma função especial. Considerados um espaço privilegiado para a disseminação de crenças e comportamentos do mundo dos adultos para o universo infantil, os desenhos animados, além de divertir, podem ser, por vezes, instrumentos didáticos com vistas à normatização social. (Baracuhy; Oliveira, p. 279)

Observamos, contudo, que desenhos animados e histórias em quadrinhos são um produto de sua época e, portanto, apresenta as verdades de seu tempo. Nos quadrinhos estão as representações do real, ou daquilo que o autor deseja mostrar como realidade. O Superman, em sua origem, era símbolo de moralidade, patriotismo e masculinidade que representavam o “homem de bem”:

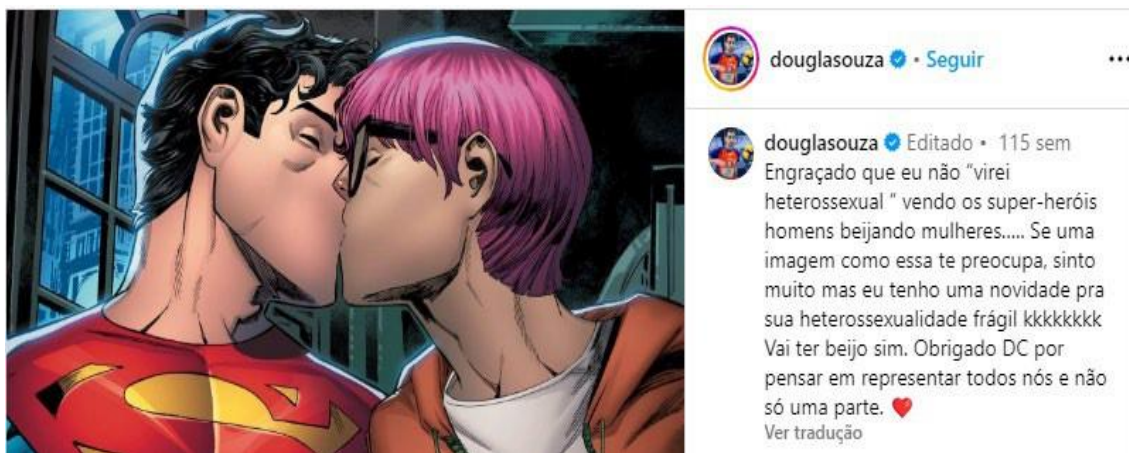
Heteronormativo, branco, monogâmico, Superman é apresentado como personagem filho da Ciência, tendo como pai biológico o maior cientista de seu planeta natal. Em suas aventuras, o personagem luta em prol de um estado de paz e justiça em defesa dos valores da sociedade estadunidense. Com o que poderia ser considerado um discurso de fundo socialista nas 13 páginas de sua aventura de estreia, ele enfrenta a corrupção política do Senado dos Estados Unidos apresentando-se como “herói do povo norte-americano” e não como “defensor do modo de vida norte-americano”, como ficaria conhecido ao final do século XX. (Nascimento; Piassi, 2017, p. 239)

Há, portanto, um jogo discursivo que constitui o “beijo gay” em histórias em quadrinhos como prática discursiva de resistência. Assim, o comentário de Maurício Souza constitui-se como uma tentativa de legitimar a “antiga” identidade do super- herói, enquanto o novo personagem apresentado pela DC configura uma tentativa de representatividade do sujeito LGBTQIAP+ em conformidade com as vontades de verdade contemporâneas.

É nesse sentido que outros jogadores reagiram à publicação. Um dos primeiros foi Douglas Souza, assumidamente gay, que se destaca como representante LGBTQIAP+ no

esporte. Três dias depois, postou a mesma foto com a seguinte legenda: **“Eu não ‘virei heterossexual’ vendo os super-heróis homens beijando mulheres. Se uma imagem como essa te preocupa, sinto muito, mas eu tenho uma novidade pra sua heterossexualidade frágil”**.

Figura 23- Post de Douglas Souza no Instagram.



Fonte: www.instagram.com/p/CVDuACZtYWs/?utm_source=ig_embed&ig_rid=6639a306-90c9-4d04-bb37-0209b5f8a9f5. Acesso em 26 jul. 2023

O enunciado manifesta um discurso contra a homofobia e pró diversidade: “Obrigado DC por pensar em representar todos nós e não só uma parte”. Os enunciados relacionados a essa mesma imagem (figuras 22 e 24) manifestam como os valores de verdade estão sujeitos aos enfrentamentos de posições e aos jogos de força que perpassam o espaço social como um todo. Nada escaparia ao horizonte dos confrontos (“Les technologies de soimême”, Foucault, 1994). Nas redes sociais digitais, o campo dos comentários e alguns recursos semióticos, como a *hashtag* e os *emojis*, são recursos utilizados pelos usuários para se posicionar, elegendo ou deslegitimando verdades. As figuras a seguir apresentam enunciados em que é possível observar os jogos de força que constituem o cancelamento. À esquerda, estão os comentários que reafirmam as vontades de verdade expressas pelos sujeitos, e, à direita, aquelas que as condenam/negam.

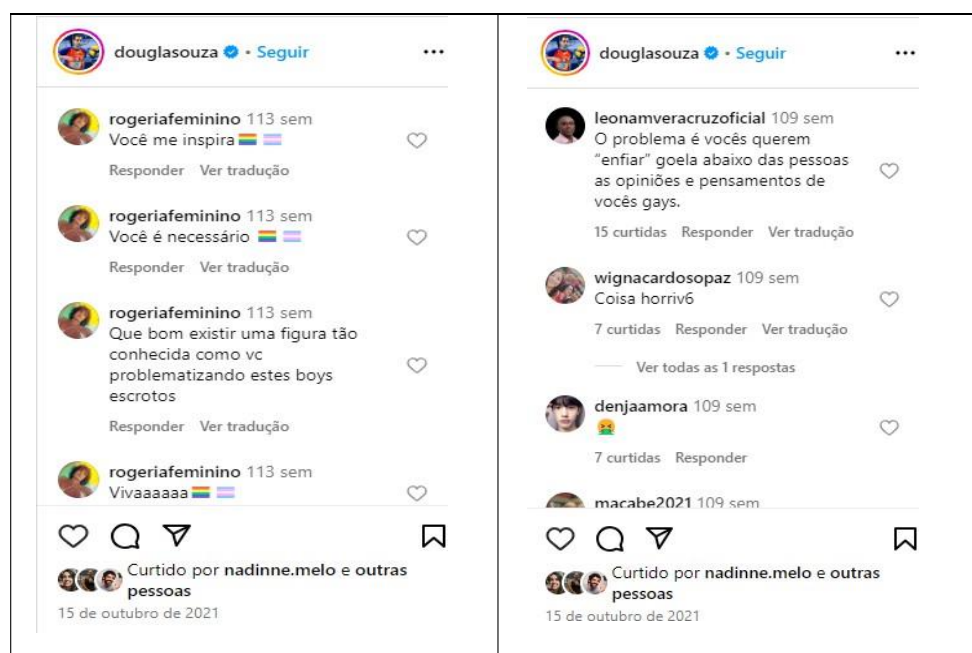
Figura 24- Comentários post Maurício Souza.

(A)



Fonte: www.instagram.com/p/CVDuACZtYWw/?utm_source=ig_embed&ig_rid=6639a306-90c9-4d04-bb37-0209b5f8a9f5. Acesso em 26 jul. 2023

(B)

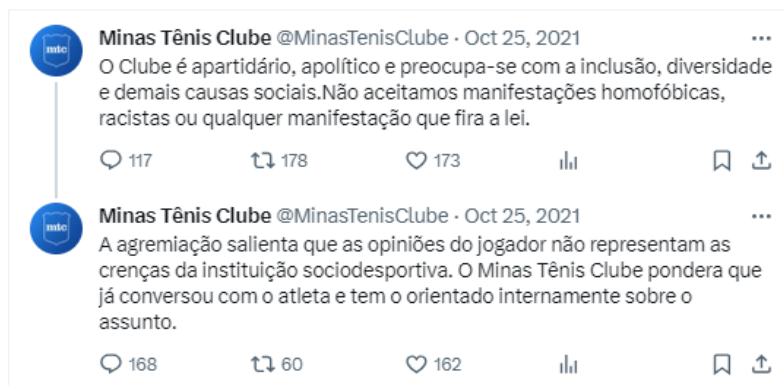


Fonte: www.instagram.com/p/CVDuACZtYWw/?utm_source=ig_embed&ig_rid=6639a306-90c9-4d04-bb37-0209b5f8a9f5. Acesso em 26 jul. 2023

Apesar do enfrentamento entre valores de verdade, como já afirmamos anteriormente, o respeito à diversidade parece compor uma das principais vontades de verdade da contemporaneidade e, por isso, a reverberação do discurso homofóbico do jogador Maurício Souza obrigou o clube onde ele atuava a se manifestar publicamente.

Assim, em 25 de outubro, 13 dias após o *post*, o Minas Tênis Clube soltou a seguinte nota:

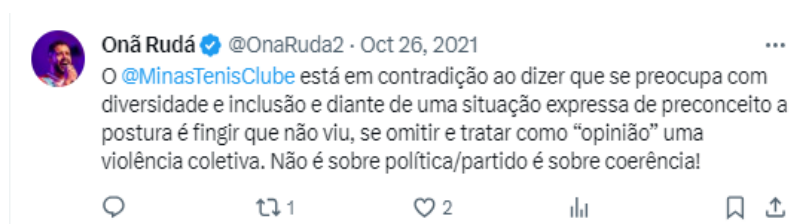
Figura 25- Nota do Minas Tênis Clube.



Fonte: twitter.com/minastenisclube/status/1452772045008347141. Acesso em: 26 jul. 2023.

O emprego das palavras “apartidário” e “apolítico” produz um efeito de isenção do clube em relação ao posicionamento do jogador, o que é reforçado pelo parágrafo seguinte. O discurso do clube, no entanto, apresenta contradições, pois, se há uma preocupação com a inclusão e a diversidade, e intolerância a manifestações preconceituosas, não se pode, ao mesmo tempo, haver indiferença em relação a atitudes homofóbicas.

Figura 26- Comentários no *post* do clube.



Fonte: twitter.com/minastenisclube/status/1452772045008347141. Acesso em: 26 jul. 2023.

O posicionamento do clube, portanto, não agradou aos patrocinadores, em especial pela quantidade de comentários nas páginas pedindo uma posição acerca do caso. No dia seguinte, 26 de outubro, a fabricante de automóveis Fiat divulgou um comunicado, repreendendo a atitude do jogador e pedindo “medidas cabíveis e necessárias no espaço

mais curto de tempo possível”. No mesmo dia, Maurício Souza foi afastado do Minas Tênis Clube.

Figura 27- Post da empresa Fiat no Instagram.



Fonte: www.instagram.com/p/CVf1znigyJJ/?utm_source=ig_embed&ig_rid=1e3453db-8149-4f5c-93fc-035ae27a07ab. Acesso em: 26 jul. 2023.

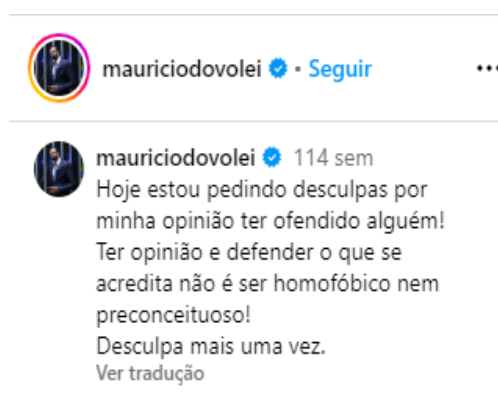
O acordo era que o atleta precisaria se retratar para ser reintegrado ao elenco. Eis aí uma das estratégias que constituem o dispositivo do cancelamento, a confissão. Assim como nos suplícios, a prática da confissão pode levar à redenção do sentenciado; ainda que não salve seu corpo, pode libertar sua alma. Michel Foucault apresenta ao longo de sua obra uma reflexão acerca da confissão a partir de diferentes problemáticas (a loucura, o governo de si, o poder pastoral) que parecem levar a uma concepção: a confissão é retomada como reconhecimento do indivíduo sobre a verdade de si mesmo.

A verdade tem uma história em que os processos de saber-poder vão estabelecendo os discursos que devem ser tomados como verdadeiros. Tais discursos não são sempre constituídos por técnicas de coerção ou dominação, mas sua produção passa também por procedimentos orientados para a descoberta e formulação, pelo sujeito, da verdade sobre si próprio.

Na cultura do cancelamento, assim como nos interrogatórios e confessionários, a confissão (sobre o qual nos debruçamos de forma mais aprofundada no próximo capítulo), por meio da exposição, pode ser utilizada como estratégia de redenção. Assim o Maurício Souza fez, com uma postagem às 21h do mesmo dia, publicado em sua conta na plataforma X (que tinha 60 seguidores à época) em que havia o seguinte enunciado: **“Desculpas a todos a quem desrespeitei ou ofendi”**.

Pela diferença do alcance entre as plataformas, o atleta precisou voltar a se pronunciar, desta vez no Jornal O Globo, conforme matéria do dia 27/10/2021²⁰, contendo a seguinte manchete: **“Após postagem homofóbica, Maurício Souza publica vídeo com pedido de desculpas, mas insiste que está sendo punido por uma opinião”**.

Figura 28- Legenda do vídeo postado por Maurício Souza no Instagram.



Fonte: www.instagram.com/p/CVioCuPDjTc/?utm_source=ig_embed&ig_rid=63d2195d-f508-4119-ae89-4ea8685a1ccd. Acesso em: 24 out 2023.

No vídeo em pauta, o jogador afirma que nunca desrespeitou um colega homossexual e lamentou não poder colocar os **“valores da família acima de tudo”**. Esse enunciado, por sua vez, materializa uma prática de si, uma técnica de subjetivação por meio da qual o indivíduo se subjetiva como agente de uma ação moral a partir de um código moral. Na perspectiva foucaultiana, para além de um conjunto de regras e valores, por moral, “entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação aos valores e regras que lhes são propostos” (Foucault, 2017, p. 32), que pode ser de total obediência ou insubmissão. Observa-se, portanto, uma identificação do sujeito com uma

²⁰ Notícia disponível em: oglobo.globo.com/esportes/apos-postagem-homofobica-mauricio-souza-publicavideo-com-pedido-de-desculpas-mas-insiste-que-esta-sendo-punido-por-uma-opinioao25254129 (acesso em: 24 out. 2023).

moral de viés conservador, sobre a qual ele se reconhece como defensor. Além disso, o emprego da palavra “opinião”, na legenda do vídeo, produz um efeito de deslegitimação da ofensa, pois remete ao dizer pessoal, subjetivo, particular e, por conseguinte, não ofensivo. Infere-se, portanto, um apelo do sujeito à liberdade de expressão e à “**defesa do que se acredita**”, como uma tentativa de resistência ao modo como foi objetivado, ou seja, como homofóbico. Não adiantou. Uma hora e meia depois da postagem do primeiro vídeo, Maurício Souza postou no seu perfil do Instagram que não fazia mais parte do elenco do Minas Tênis Clube.

Figura 29- Print do segundo vídeo postado por Maurício Souza no Instagram.



Fonte: https://www.instagram.com/p/CVkn_PfgQAL/?utm_source=ig_embed&ig_rid=04b9e733-21db-4623-8d7f-1162ecc6de9e. Acesso em: 24 out. 2023.

Chamamos atenção agora para a expressão “**do outro lado**” empregada por Maurício Souza (figura 27), a qual pressupõe a existência de lados opostos quanto ao tema da moralidade, associada, nesse caso, à sexualidade. Na perspectiva do jogador, ao lado

dele estão aqueles que defendem os valores paradigmáticos de família e de uma certa perspectiva de infância, e do outro lado, a “**galera da lacração**” (como ele próprio cita no vídeo), que é intolerante a opiniões contrárias.

Em resumo, pode-se dizer esse é um “típico caso de cancelamento”, uma vez que observamos em funcionamento todas as suas fases: (1) exposição (por meio da reverberação) da fala considerada homofóbica, pois está fora do regime de verdade da época; (2) julgamento e condenação do sujeito nas redes sociais; (3) punição por meio da “anulação” da figura pública e demissão do clube onde trabalhava. É válido salientar que a este cancelado, assim como é comum a muitos outros na internet, foi dado o direito à redenção por meio da confissão pública, um dos instrumentos desse dispositivo. No entanto, o pedido de desculpas do jogador não foi aceito como verdadeiro, pois apenas reforçava seu posicionamento ao considerar seu discurso anterior como “opinião e defesa de valores”, permanecendo, assim, fora do regime de verdade que o condenou.

Contudo, após a demissão, o atleta continuou postando fotos, desenhos e mensagens reafirmando o seu posicionamento, ganhando 620 mil curtidas e mais de dois milhões em visualizações nas postagens. Além disso, ele passou de 325 mil para 1 milhão de seguidores em apenas um dia. O aumento do número de seguidores e a legitimação do discurso considerado homofóbico revelam a batalha que se trava no campo do discurso.

Conhecemos o jogo habitual dos rótulos – esquerda, direita, extrema-esquerda, extrema-direita, defensores da identidade, defensores da diversidade, eles não servem apenas para descrever as posições políticas, mas também para situar os partidos e as famílias ideológicas no eixo da respeitabilidade midiática. (Bock-Cotè, 2021, p. 14)

Essa polarização e as próprias condições de emergência desses enunciados (figuras 24, 27 e 28) apontam para o contexto político do Brasil, em que se observa, principalmente no campo do discurso, uma onda neoconservadora — que acompanha um levante de movimentos conservadores ao redor do mundo e culminou nas eleições de 2018.

De acordo com João Cardoso Rosas (2014), o conservadorismo é uma vertente ideológica que se coloca no espectro político da direita (em oposição ao projeto político da esquerda), geralmente associado “às hierarquias tradicionais e à defesa da ordem, da

tradição, da monarquia e da religião estabelecida”. A partir dessa concepção, João Pereira Coutinho, conservador, cientista político e escritor português, na obra *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários* (2014) defende que o conservadorismo político recusa utopias revolucionárias, reagindo a elas: “é perante uma ameaça concreta aos fundamentos institucionais da sociedade que a ideologia conservadora desperta, reage e define” (Coutinho, 2014, p. 31).

No quadro da modernidade europeia, a gênese do pensamento conservador iniciou-se em torno de partidos que se organizaram para reagir contra as revoluções liberais do século XVII — com o partido Tory, na Inglaterra, e o partido da Restauração, na França pós revolucionária —, e conservar certa relação de poderes e instituições após a derrubada das estruturas do antigo regime e da emancipação política dos cidadãos. A partir da segunda metade do século XX, no entanto, afastadas às ameaças comunistas que assolavam as sociedades capitalistas, o conservadorismo começou a flertar com o liberalismo:

Depois da segunda guerra mundial, nos países que mantiveram o pluralismo político [...] tanto o socialismo quanto como o conservadorismo parecem tornar-se mais moderados, aproximando-se eventualmente de um centro liberal [...]. Nesse sentido, o conservadorismo que prevalece entra também em síntese com o liberalismo ou, mais especificamente, com a sua vertente econômica e de mercado. (Rosas, 2013, p. 8).

O avanço das extremas direitas neoconservadoras ao redor do mundo é comumente associado aos ciclos das crises do capitalismo. Na primeira década do século XXI, Paolo Gerbaudo (2017, p. 48-53) aponta o nascimento de uma dupla crise de âmbito internacional. No viés político, é marcada, dentre outros aspectos, pela crescente desconfiança em governos, parlamentos e partidos, em decorrência do aumento dos casos de corrupção. Economicamente, o aumento dos *déficits* e da dívida pública levaram a cortes de gastos sem precedentes, intensificando a insatisfação da sociedade civil como um todo.

Foi justamente nesse cenário, de instabilidade econômica e de falta representatividade política, que surgiram protestos de rua internacionais, formados pela Primavera Árabe, pelos Indignados na Espanha, por *Occupy Wall Street* nos EUA, pelo

movimento da Praça Taksim da Turquia, pelas jornadas de junho no Brasil e pelo *Nuit Debout* na França. Contudo, politicamente, os movimentos de contestação, ao invés de levarem à ruína governos e elites neoliberais tiveram efeito inverso, “pois a maioria desses movimentos confrontou governos sociais-democratas de centro esquerda, cujas políticas de direita e corrupção afastaram algumas de suas bases tradicionais de apoio” (Gerbaudo, 2017, p. 40). O resultado foi o aprofundamento do neoliberalismo.

No entanto, essa explicação não dá conta do fenômeno como um todo, principalmente no contexto nacional. No artigo *Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil*, o pesquisador Felipe Castro esclarece que “do lado de cá do Atlântico” essa reformulação da política conservadora se deu de forma diferente e está muito mais associada ao discurso sobre a moralidade.

É nos Estados Unidos da América que a renovação do conservadorismo assumirá formas semelhantes à ideologia que hegemonizou as eleições brasileiras de 2018.

Abandonando o campo da regulação da economia, uma série de autores endossarão os projetos de regulação da moral e dos costumes, a partir da leitura que o grande “mal” do Ocidente seria a profunda crise de valores que destrói as fundações da moralidade social.

O marco dessa virada, agora chamada neoconservadora, é considerado o livro de Alan Bloom, *The closing of the american mind*, de 1987. Para o referido autor, essa crise moral era especialmente sentida nas universidades estadunidenses que, ao invés de cumprirem seu papel de “bastião da cultura e da civilização”, tinham se tornado um campo de batalha de ideologias revolucionárias. (Castro, 2018, p. 2)

No Brasil, o neoconservadorismo retoma o debate norte-americano, ressuscitando o discurso sobre a necessidade de combater os “ativismos”, que teriam hegemonizado as universidades por meio do “marxismo cultural” e seriam responsáveis pela degradação dos valores da verdadeira Nação brasileira (Castro, 2018, p. 2). Desse modo, observamos nos últimos anos, uma retomada do conservadorismo reativo, dos símbolos nacionais e dos valores morais atrelados ao modelo tradicional de família e à fé cristã.

Figura 30- Outdoor com slogan de campanha política de Jair Bolsonaro.



Fonte: www.rafaelnemitz.com/2018/09/tre-manda-retirar-outdoors-de-bolsonaro.html#.XEUbW1xKjIU.

Acesso em: 25 out. 2023.

O *slogan* adotado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante sua campanha como presidenciável em 2018, materializa de forma verbal e não verbal alguns dos elementos citados no parágrafo anterior, construindo, com efeito, um identidade nacionalista e patriota para o então candidato à presidência, a partir dos símbolos da pátria, como a bandeira, e do enunciado “**Brasil acima de todos**”, além de reafirmar a posição-sujeito do candidato como “defensor dos valores cristãos”, por meio do enunciado “**Deus acima de todos**”. Concluímos, portanto, que a racionalidade neoliberal, no contexto nacional, reflete valores conservadores em relação à pauta de costumes, produzindo, assim, efeitos de verdade amparados no discurso religioso, que é assimilado por seus enunciadores em razão do grupo social que representam.

Se nos debruçarmos sobre a questão em observância, o caso de cancelamento de Maurício Souza, é importante evidenciar, no contexto do neoconservadorismo brasileiro, o fundamento da moral conservadora, isto é, o cristianismo, por meio do qual a sexualidade é associada a uma conduta moral, sendo a diversidade e a liberdade sexual inimigas da moralidade. Foucault (2017) afirma que nas sociedades ocidentais, durante séculos, o sexo estava ligado à busca da verdade sobre o sujeito, sobretudo a partir do cristianismo. A confissão, o exame da consciência, foi o modo de colocar a sexualidade no centro da existência. Assim, o sexo, nas sociedades cristãs, tornou-se algo que era preciso examinar, vigiar, confessar e transformar em discurso.

A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra. 4 A interdição de certas palavras, a decência das expressões, todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas dispositivos secundários com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil. (Foucault, 2017, p. 145).

Nesse sentido, Foucault investiga as instâncias de produção discursiva sobre o sexo, desmistificando a hipótese da repressão, ao mesmo tempo em que reconhece as interdições impostas sobre a prática da sexualidade, principalmente na moral cristã. Sobre isso, retomando o contexto das eleições de 2018 no Brasil, Menezes e Silva (2022) realizaram uma investigação de como a “ideologia de gênero” foi discursivamente produzida com o intuito de gerar um determinado engajamento eleitoral. De acordo com os autores, a corrida presidencial daquele ano residiu:

[...] na desinformação acerca das relações de gênero e sexualidade [...], através da fabricação discursiva de mentiras como o kit-gay e a famigerada “ideologia de gênero”. Buscando, especialmente, apoio junto a grupos religiosos e conservadores, os quais têm crescido vertiginosamente no cenário político brasileiro, bem como em movimentos sociais como Escola Sem Partido, o então candidato Bolsonaro investiu fortemente no combate a um inimigo que supostamente deturparia a inocência das crianças, levando-as a uma sexualização precoce: a “ideologia de gênero” (Menezes e Silva, 2022, p.178)

Há, portanto, uma multiplicidade de elementos discursivos, que fazem parte de uma mesma formação discursiva, com certo número de enunciados semelhantes (**“valores da família acima de tudo”, “Deus acima de tudo”**), que evidenciam sobre o tema da (homo)sexualidade/identidade de gênero e infância, uma regularidade enunciativa marcada por vieses religiosos e conservadores que vão negar a existência das sexualidades e gêneros dissidentes, concebendo um mal a ser erradicado em defesa da infância.

De acordo com Navarro (2021, p. 6314), “a experiência do sujeito com o poder nos conduz, de saída, aos modos pelos quais o poder se exerce em um campo de procedimentos de governos”, por meio de determinadas práticas discursivas disciplinares e biopolíticas. Os procedimentos do cancelamento são comuns e evidenciam práticas de controle e interdição do discurso considerado preconceituoso ou até mesmo criminoso. No entanto, é incomum o fato de o sujeito cancelado aumentar exorbitantemente seu número de “seguidores” nas redes sociais após sofrer cancelamento, uma vez que este

prevê o banimento, a anulação da reputação e autoridade do sujeito. Ao que parece, houve um “cancelamento reverso”, o qual promoveu o sujeito ao *status* de autoridade para falar como “porta-voz” de um grupo de sujeitos que defendem determinados valores morais e discursos normativos sobre a sexualidade, conforme podemos observar na postagem a seguir, bem como no comentário relacionado a ela:

Figura 31- Post no Instagram de Maurício Souza — Mulher Maravilha e Superman se beijando.



Fonte: www.poder360.com.br/brasil/mauricio-souza-posta-superman-beijando-mulher-maravilha-depois-de-demissao/. Acesso em: 26 out. 2023.

A imagem postada por Maurício Souza, um dia após ser demitido do clube onde trabalhava, reafirma o posicionamento do sujeito em relação ao modelo tradicional de família, homem e mulher. O comentário ao lado, com mais de seis mil curtidas, corrobora com esse posicionamento e ainda retoma a infância como tabu no campo da sexualidade (“Não mexam com as nossas crianças”). O comentário é da Deputada Federal Carla Zambelli (PSL-SP), atrelada ao movimento ultraconservador e de extrema-direita no Brasil.

Na compreensão dos representantes e comunicadores de grupos conservadores, os meios de comunicação tradicionais, as universidades públicas, ciências humanas e sociais

e a produção de conhecimento acadêmico de modo geral são núcleos hegemônicos de esquerda, legitimando as redes sociais como um espaço de resistência e convidando os próprios apoiadores para participar do processo comunicativo, sendo ele mesmo um autor da mensagem. Nas palavras de Wendy Brown (2019), “na medida em que a razão neoliberal reconfigura dessa forma o sentido, os sujeitos e objetos da liberdade, ela macula a esquerda como uma oposição *tout court* à liberdade, não apenas na economia”, como podemos constatar a partir do próprio comentário em análise, a partir de frases como: “esquerdistas tentam acabar com sua carreira” e “a esquerda é incoerente”.

Ao mesmo tempo que o dispositivo do cancelamento atua de modo a interditar dizeres, coloca o sujeito em evidência. Após ser cancelado nas redes, Maurício Souza ganhou hipervisibilidade e isso só foi possível a partir do encontro com o poder, que se deu pela transgressão do regime de verdade vigente. Contudo, Foucault argumenta que o poder não é apenas uma força repressiva, mas também é produtivo e constitutivo. Isso significa que o poder não apenas suprime ou proíbe, mas também cria normas, categorias, identidades e formas de subjetividade.

De fato, o poder produz; ele real, produz domínios, de objetos e rituais de verdade. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é esse aspecto que explica o fato de que ele tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. (Machado, 2016, p. 20).

Nesse sentido, o espaço de atuação do dispositivo do cancelamento, as redes sociais, é também o espaço em que os sujeitos fazem uma “construção espetacular de si”, tendo em vista essa exposição midiática que produz uma cultura da visibilidade. Se outrora, como apontou Foucault (1987) em *Vigiar e Punir*, havia um dispositivo de vigilância, no qual se poderia estar sendo visto sem que se soubesse, hoje há um desejo da população pela exposição da intimidade no conjunto desse novo pressuposto de interação social que é o demonstrar-se, fazer-se ver. É, portanto, a produtividade do poder que permite a atuação do dispositivo, ao mesmo tempo a produção de subjetividades.

No caso, em análise, é essa positividade que se traduz na hipervisibilidade produzida pelo choque com o poder que possibilitou ao sujeito cancelado deslocar-se e assumir outra forma-sujeito:

Figura 32- Notícia sobre a eleição de Maurício Souza

Fonte: www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5041620. Acesso em: 02 nov. 2022.

A notícia da eleição do Maurício Souza como Deputado Federal em 2022 faz parte dessa trama discursiva, uma vez que remete ao seu cancelamento nas redes, evidenciando o motivo pelo qual “foi cancelado”. O deslocamento da posição-sujeito, ex-jogador de vôlei — político eleito, atesta a raridade deste acontecimento e evidencia a coexistência de vontades de verdade não apenas diferentes, mas completamente opostas em nossa sociedade. Além disso, lança luz sobre uma brecha, uma fissura no dispositivo do cancelamento cujos efeitos adentram não apenas as redes sociais, que integram a nossa realidade. Não existe essa separação. realidade social.

Em conclusão, ao cartografar o cancelamento do jogador Maurício Souza, podemos vislumbrar, não apenas nas redes sociais, como também fora delas, diferentes vontades de verdade que revelam a complexidade deste dispositivo e a natureza do discurso enquanto objeto de poder e resistência.

No prefácio de *Dispositivos de Poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade* (2017), Durval Muniz Albuquerque Jr. afirma que o dispositivo:

[...] por aparecer em uma grande malha, como uma grande rede que articula em seus nódulos distintas práticas, distintas modalidades de ação, distintas maneiras de fazer, de dizer e de pensar, de se constituir objetos e sujeitos, o dispositivo, como chamou à atenção, Deleuze, é da ordem da cartografia. (MUNIZ, 2017, p. 8)

Analisar um dispositivo requer, portanto, revelar o jogo de força das relações de saber- poder que o constitui, o agenciamento dos processos de subjetivação que ele engendra, as rupturas que as linhas de fratura fazem irromper.

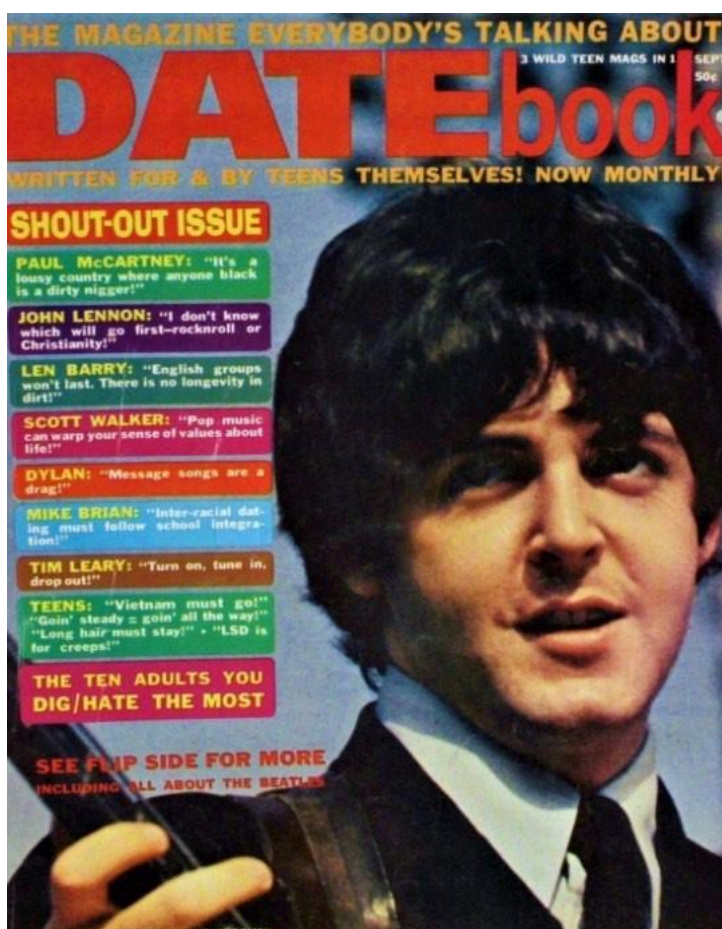
O DISPOSITIVO DO CANCELAMENTO E AS TÉCNICAS DE SI

O cristianismo irá embora. Vai desaparecer e encolher. Eu não preciso discutir sobre isso; eu estou certo e ficará provado que estou certo. Somos mais populares que Jesus agora. Eu não sei quem vai acabar primeiro, o rock 'n' roll ou o cristianismo. Jesus era legal, mas seus discípulos são grossos e medíocres. São eles distorcendo isso o que estraga, pra mim.

John Lennon, 1966.

Mesmo com o crescimento de outras religiões, o cristianismo continua sendo a doutrina com mais adeptos no mundo todo. De acordo com reportagem veiculada pela revista Super Interessante, em janeiro de 2023, são aproximadamente 2,2 bilhões de fiéis ao redor do globo (disponível em: super.abril.com.br/coluna/superlistas/as-8-maiores-religioes-do-mundo). Não é de se estranhar, portanto, que a reverberação da fala de John Lennon (na epígrafe), um dos integrantes da banda de maior sucesso dos anos 1960, tenha provocado reações tão negativas na época em que foi divulgada pela mídia.

Figura 33- Capa da revista americana que publicou fala de John Lennon em 1966.



Fonte: portalbeatlesbrasil.com.br/new/31-de-julho-na-historia-dos-beatles-2/. Acesso em: 30 out 2023

O comentário de John Lennon era parte de uma entrevista à repórter Maureen Cleave, do jornal londrino *The Evening Standard*, que, apesar de não ter gerado polêmica na Inglaterra, tornou-se um acontecimento discursivo após ser publicado pela revista *DateBook* em território americano. Até mesmo os mais ávidos fãs dos Beatles reuniram-se nas ruas para queimar os discos da banda como demonstração de repúdio à fala do artista.

Figura 34- Fotos e discos da banda *The Beatles* sendo queimados.



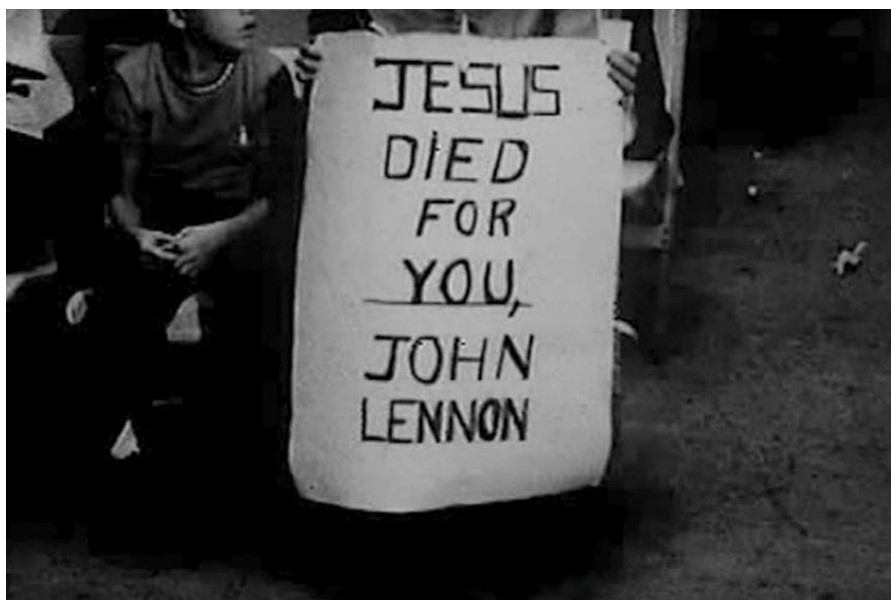
Fonte: obaudoedu.blogspot.com/2020/08/os-estados-unidos-queimam-os-discos-dos.html. Acesso em: 30 out. 2023

A caça aos Beatles se deu ainda mais fortemente no chamado “*Bible Belt*”, que corresponde ao sudeste do território norte-americano, onde até hoje vive uma das maiores comunidades cristãs protestante do país. Na época da polêmica, esse grupo foi responsável por organizar diversos protestos contra a banda, com direito a rádios locais organizando grandes queimas de discos e materiais relacionados aos Beatles.

Era uma época complicada em solo americano. O conservadorismo da sociedade era grande, o racismo era abertamente defendido por alguns grupos e a Ku Klux Klan ainda tinha força. A famosa organização também participou de protestos contra os Beatles, fazendo ameaças por telefone e também na TV aberta. Uma cruz com álbuns da banda foi queimada como parte das manifestações. Disponível em: <https://igormiranda.com.br/2022/03/john-lennon-beatles-jesus-polemica/>. Acesso em: 30 out. 2023.

A fala franca ou até mesmo parresiástica²¹ de Jonh Lennon (ainda que ele não estivesse completamente ciente dos riscos de sua opinião) provoca um conflito no campo do discurso, em que os valores conservadores e o cristianismo protestante se levantam em oposição. Pode-se dizer que, a interdição do discurso de Lennon se dá pelo dispositivo religioso que levou a um tipo de “cancelamento” ou boicote à banda, legitimado pelo dispositivo midiático — “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos [...] não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (Foucault, 2012, p. 30).

Figura 35- Cartaz “Jesus died for you, John Lennon”.



Fonte: <https://kiteprint.com/blogs/news/the-beatles-bigger-than-jesus>. Acesso: em 31 out. 2023.

O dispositivo do cancelamento, como propomos nesta pesquisa, é pensado como resultado de uma ordem do discurso, como produto de relações de saber-poder, como prática que emerge em sociedade de arquitetura panóptica, na qual a vigilância é

²¹ O termo *Parresia* foi discutido por Foucault em 1982 no curso *A Hermenêutica do sujeito*. Para o autor, a questão fundamental para a *Parresia* é: “a franqueza, a liberdade, a abertura, que fazem com que se diga o que se tem a dizer, de maneira como se tem vontade de dizer, quando se tem vontade de dizer e segundo a forma que se crê ser necessário dizer” (FOUCAULT, 2010b, p. 334). Para haver *Parresia*, é preciso que: [...] o sujeito, [ao dizer] essa verdade que marca como sendo sua opinião, seu pensamento, sua crença, tem de assumir certo risco (FOUCAULT, 2011, p. 12). Consideramos a fala de Jonh Lennon parresiástica, pois, ainda que o sujeito não tivesse completa ciência dos riscos que corria ao falar francamente, dispôs-se a dizer a verdade sobre si mesmo.

constante, compartilhada, mas escapa à percepção dos que são vigiados. Entretanto, como vimos no **Capítulo 2** desta tese, ao longo da história, as sociedades ocidentais elegeram diferentes técnicas, práticas de vigilância, de controle e de punição dos sujeitos que se desviam da ordem — o suplício, o encarceramento, o ostracismo, a humilhação pública. Porém, naquela época, em que ainda não havia redes sociais, então podemos dizer que o cancelamento, como ato de boicotar, anular ou punir estava atrelado ao dispositivo midiático, considerando veículos mais tradicionais (rádio, televisão, jornais e revistas impressos) e às instituições, como a Igreja. Estes são produtores de subjetividades e isso tem relação com a produção de verdades. Assim, quando a mídia nomeia o fenômeno da *beatlemania* ou circula o cancelamento dos Beatles pelos conservadores, esses discursos, em momentos distintos, são eleitos como verdade e os sujeitos constituem-se subjetivamente em torno dela.

Reservadas as devidas proporções e historicidade, podemos traçar um paralelo entre o caso de cancelamento da cantora Karol Conká, em 2021, e o boicote sofrido pelos Beatles, em 1966, no que diz respeito à trajetória desses sujeitos em diferentes posições ao longo do processo de cancelamento. Antes do boicote, no início dos anos 1960, os integrantes da banda The Beatles consolidaram a cultura Rock and Roll em escala mundial e, juntos, representavam os valores, as lutas sociais e a cultura da juventude da época.

Figura 36- Revista *Saturday Evening Post*, 21 de março 1964.



Tradução: do texto em destaque: O segredo dos Beatles. Um relato íntimo da turnê americana e uma análise profunda de seu incrível poder de evocar emoções frenéticas entre os jovens. Fonte: johnzimmerman.photoshelter.com/gallery-image/Magazine-Covers/G0000ngUd_7S0N7s/I0000JeO3LVfjiSs. Acesso em: 1 nov. 2023.

Em caso mais recente, a *rapper* Karol Conká (cuja fama não se equipara a dos Beatles), antes do cancelamento, era subjetivada pela mídia como uma cantora conhecida por suas composições que exaltam a mulher e a cultura negra, que refletem suas vivências como uma mulher negra, bissexual, que se tornou mãe solteira aos 19 anos, enquanto lutava por um espaço no cenário musical brasileiro.

Figura 37- Capa da revista Rolling Stone, março de 2017



Fonte: rollingstone.uol.com.br/edicoes/127. Acesso em: 20 nov. 2023.

De acordo com as vontades de verdade que entram em disputa no campo do discurso na atualidade, pode-se considerar que Karol Conká não possuiria o *status* de sujeito cancelável, uma vez que, assim como os Beatles, ela era objetivada como representante do discurso tido como verdadeiro em sua época, isto é, o discurso feminista. Eis o questionamento: **Como esses sujeitos foram vítimas de cancelamento?**

A onda de ódio contra os Beatles coloca em jogo algumas vontades de verdade

daquele contexto histórico (década de 1960 nos EUA), pois, ao mesmo tempo em que efervesciam os movimentos de contracultura (como os movimentos *hippie*, *punk* etc.), discursos conservadores eram apregoados por grupos religiosos e/ou de extrema-direita, como uma forma de combate/resistência às práticas “libertinas” da juventude. No entanto, em ambos os casos, o cancelamento se deve à conduta do sujeito, ao modo como ele conduz sua existência e revela uma verdade sobre si. As práticas de si e as técnicas de si implicam, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre o modo de vida e sobre a maneira de regular a própria conduta, como afirma Michel Foucault:

Não é possível cuidar de si sem se conhecer. O cuidado de si é certamente o conhecimento de si, este é o lado socrático-platônico, mas é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade. (Foucault, 2014d, p. 99).

Para o referido autor, as práticas de si exigem deslocamentos, rupturas, que suscitem um exercício de si sobre si mesmo, afastando-se de todas as perturbações do exterior que possam prejudicar a existência. Nesse sentido, toda a subjetividade envolve modos historicamente peculiares de se fazer a experiência de si, isto porque, toda a subjetividade expressa algo de impessoal, pois é onde se dá a “repartição de singularidades” (Deleuze, 1988). Os saberes e os poderes, por sua vez, como aponta Foucault (2014), tentam domar, submeter os processos de subjetivação, mas estes lhes escapam, produzindo uma história da resistência relativa à vida.

Conduzimos nossas análises, a fim de fazer ver, pelo discurso da mídia, os jogos de verdade em que o sujeito cancelado é objetivado e ao mesmo tempo se subjetiva e se reconhece como sujeito de direito. Verificamos também como essa relação consegue revelar o modo como o indivíduo se subjetiva como sujeito de igualdade na relação de si para si e de si para com o outro, fazendo-o deslocar-se da posição-sujeito cancelado para outras posições-sujeito, (re)montando, assim, uma arquitetura de corpo-espço insólita, produzida pelo entrecruzar de práticas e discursos (Foucault, 2006) e, ao mesmo passo, construída pelos mecanismos e estratégias de controle do dispositivo do cancelamento.

1. Karol Conká e a “cultura do descancelamento”

Se quiser conferir, vem cá, pra ver se aguenta
 Miro muito bem, enquanto você tenta
 Enquanto mamacita fala, vagabundo senta
 Mamacita fala, vagabundo senta
 Depois que o alarme tocar
 Não adianta fugir
 Vai ter que se misturar
 Ou, se bater de frente, periga cair
 Já que é pra tombar
 Tombei Bang bang

Trecho da canção *Tombei* (2019)

O programa Big Brother foi lançado em 1999 na Holanda, com a mesma premissa que se mantém até os dias de hoje: determinado grupo de pessoas, confinado em uma casa, sendo filmado em tempo real ininterruptamente, disputa entre si um prêmio em dinheiro. No Brasil, a primeira edição do programa foi lançada em 2002 e, no momento de desenvolvimento desta pesquisa, já está em sua 23ª edição.

A expressão “a casa mais vigiada do Brasil” constantemente empregada para se referir ao programa, ilustra a natureza da atração em que o público se torna o Big Brother ou Grande Irmão (alusão ao personagem que exerce controle total sobre a sociedade no romance distópico de George Orwell). Sob a ótica foucaultiana, consideramos essa atração televisiva como um espaço heterotópico, um *contraespaço*, um lugar sem lugar que se opõe a todos os outros (Foucault, 2013, p. 20) e torna-se, por seu modo de funcionamento específico e singular, um espaço propício não apenas para se fazer ver, mas como também para fazer ver o outro. É nessa perspectiva que nos debruçamos sobre a edição 21 do Big Brother Brasil (BBB) que foi considerada “a edição do medo do cancelamento”.

No novo formato do programa, adotado em 2020, dez dos vinte participantes são artistas de diferentes áreas, artes, música e cinema, ou possuem alguma relevância e influência nas redes sociais, ou seja, são influenciadores digitais em plataformas como o Instagram e/ou X. Esse grupo é denominado dentro do programa como ‘camarote’. Na edição de 2021, Karol Conká era uma das integrantes do ‘camarote’. Considerando a posição-sujeito ocupada pela cantora no programa, é importante compreendermos como se constituía a imagem desse sujeito na mídia, antes de sua participação.

Karol Conká, quem é? Biografia, carreira e empoderamento feminino

Karol Conká é dona de uma voz forte e de um **discurso empoderado**. Cantora, rapper, produtora, modelo, compositora, apresentadora, entre outras denominações, fazem parte do currículo que esta artista carrega consigo.

História da Karol Conká

Karoline dos Santos Oliveira, este é o nome do furacão chamado Karol Conká. Primeiramente, natural de Curitiba (Paraná), Karol tem 34 anos completos e possui uma **origem humilde**. **No entanto, desde criança, gostava de poesia, música e dança [...]**. Aos 13 anos ela já participava de concursos de dança e sonhava ser cantora.

[...]

Em suma, sua carreira iniciou realmente aos 17 anos, mas uma gravidez aos 19 colocou em risco sua carreira. Entretanto, ela decidiu continuar **mesmo assim**, dando à luz ao menino Jorge, que ganhou este nome em homenagem ao Jorge Ben Jor, ídolo da cantora.

Carreira da Karol Conká

O sucesso não demorou muito para Karol Conká após o lançamento do primeiro EP em 2011, “PROMO”. Depois de realizar algumas parcerias, [...] o sucesso veio em 2013 com o álbum “Batuk Freak” [...]. Neste mesmo ano, 2013, Karol Conká recebeu o primeiro **prêmio** de sua carreira: Artista Revelação, no Prêmio Multishow de Música Brasileira.

Em seguida, no ano de 2015, Conká foi novamente consagrada no mundo da música com “Tombei”, parceria com o grupo TropKillaz, levando a **estatuetta** Nova Canção, também do **prêmio** Multishow.

Empoderamento feminino, diversidade e racismo nas músicas da rapper

As músicas de Karol Conká evidenciam **empoderamento feminino**, como forma de **lutar contra o machismo** e elevar a **autoestima das mulheres, principalmente as negras**. Em diversas entrevistas, a artista faz questão de transmitir alguma mensagem de reflexão acerca dos temas sociais que defende, como feminismo, diversidade e combate ao racismo. Dessa forma, a rapper se tornou um símbolo para esses movimentos, que utilizam a visibilidade da cantora para atingir mais pessoas. (Disponível em: areademulher.r7.com/celebridades/karol-conka-quem-e/. Acesso em: 02 nov. 2023. grifos nossos).

O texto acima foi veiculado na revista eletrônica *Área de Mulher*, em 20 de janeiro de 2021 (um dia depois da divulgação da lista de participantes da edição 21 do BBB ser publicada pela Rede Globo). Considerando a publicação da revista uma materialidade enunciativa, destacamos algumas frases e expressões que revelam como o sujeito em discurso foi subjetivado pela mídia naquele momento, em resumo: mulher preta empoderada (feminista), que, embora de origem humilde, sempre demonstrou sensibilidade artística, não desistiu (é persistente) e foi reconhecida (ganhou prêmios) por sua arte e luta contra o machismo e o racismo.

Conforme discussão tecida anteriormente, podemos concluir, portanto que, a posição-sujeito ocupada por Karol Conká antes de sua participação no programa a colocava em *status* de alto prestígio em relação aos demais participantes, uma vez que seu discurso e posicionamento estavam em consonância com as vontades de verdade de seu tempo e geração, o que logo se provou inconsistente, conforme sugere a postagem a seguir:

Figura 38- Post sobre decepção com a postura de Karol Conká no BBB21.



Fonte: twitter.com/minyardcalore/status/1355316424382828544. Acesso em: 20 nov. 2023.

Vale ainda salientar que na edição 21 do BBB “o medo do cancelamento” era manifestado abertamente pelos participantes, que policiavam a si mesmos e aos outros, levantando discussões acerca do que pode ou não ser dito, o que pode ou não ser considerado preconceituoso, em outras palavras, o que pode ou não ser passível de cancelamento.

Figura 39- Título da notícia publicada pelo jornal Metrôpoles.

BBB21 é dominado pelo medo do cancelamento na primeira semana

O reality show teve uma marca em sua nova edição: discursos alinhados para não causar espanto no público das redes sociais

Luiz Prisco

30/01/2021 05:58, atualizado 30/01/2021 05:58

Fonte: www.metropoles.com/entretenimento/bbb/bbb21. Acesso em: 02 nov. 2023.

O uso do termo “discursos alinhados”, na manchete da notícia, é bastante interessante, uma vez que produz um efeito de retidão, conformidade com determinado regime de verdade que predomina entre o “público das redes sociais”. Esse adjunto adnominal, “das redes sociais”, não apenas especifica o tipo de público como demarca o lugar em que acontece o temido cancelamento, o espaço de atuação do dispositivo.

Observamos, então, em funcionamento, as linhas de enunciabilidade e visibilidade do dispositivo do cancelamento, que demonstram a interdição do discurso como procedimento de exclusão em nossa sociedade: “sabe-se bem que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2014, p. 9). Ao mesmo tempo, elucida as problematizações feitas por Foucault acerca do governo das condutas nas diferentes formações históricas. O contexto em análise não se abanca simplesmente “no questionamento das formas de conduta, mas na maneira pela qual o indivíduo pode constituir a si mesmo como sujeito, ao agir em referência aos elementos prescritivos que constituem o governo das condutas” (Sousa, 2023, p. 213).

No trecho a seguir, da reportagem intitulada *Por que ‘BBB21’ se tornou a edição do ‘medo do cancelamento’*, publicada pelo portal de notícias G1, é possível constatar como esse dispositivo leva ao policiamento do discurso e das condutas dos sujeitos. Destacamos alguns enunciados que nos ajudam a compreender as estratégias utilizadas pelos sujeitos para conduzir suas condutas e, se possível, “escapar do cancelamento”.

A youtuber Viih Tube já entrou “cancelada”. Em 2016, ela publicou um vídeo em que cuspiu na boca de um gato e foi muito criticada. No “BBB”, **ela disse que tem muito medo do julgamento da internet;**

O cantor e ator **Fiuk fez aulas sobre feminismo antes de entrar no programa** e, desde o começo da edição, **se desculpa e chora “por seus privilégios”**, já se preocupou se a palavra “fulano” carregava algum preconceito e **se aproximou de pessoas que ‘militam’ dentro da casa;**

Lucas Penteado brigou com algumas pessoas na segunda festa e a maioria dos participantes se afastou dele por **medo da associação**. Além disso, Lucas tem recebido “sermões” e “conselhos” de outros brothers;

Os participantes estão sempre policiando as palavras e atitudes, e uma **lista de “termos proibidos”** já foi até tema de conversa em festa;

Palavras como **“desconstrução” e “evolução”** são sempre usadas pelos confinados, que

ponderam, repensam e tentam justificar suas atitudes constantemente.

(Disponível em: g1.globo.com/pop-arte/noticia/2021/02/02/por-que-bbb21-se-tomou-edicao-do-medo-de-cancelamento.ghml. Acesso em: 02 nov. 2023. grifos nossos).

Foi a última fase do pensamento foucaultiano, com a análise do dispositivo da sexualidade, que permitiu a discussão do cuidado de si. Foucault, no entanto, não estabelece uma origem para o cuidado de si, mas chega à definição de tecnologias ou “técnicas de si”, que permitem ao indivíduo efetuar, sozinho ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre si, seus pensamentos, suas condutas, seu modo de ser, e estabelecer para si mesmo objetivos, como felicidade, pureza, sabedoria etc (Foucault, 2014b, p. 266). O filósofo esclarece, no entanto, que as técnicas de si (assim como as técnicas de produção, de sistema de signos e de poder) não estão dissociadas de certa forma de dominação, pois implicam alguns modos de educação e de transformação dos indivíduos. A esse encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si que ele chama governamentalidade (Foucault, 2014b, p. 266).

Partindo dessas proposições para a análise dos enunciados em destaque, de modo geral, observamos que se utilizam de certas estratégias para transformar a si mesmos, subjetivarem-se de modo a conformarem-se, a regular suas condutas a fim de não serem cancelados nas redes sociais (**ela disse que tem muito medo do julgamento da internet**). O policiamento do discurso (**lista de “termos proibidos”**) e a apropriação de algumas palavras como “desconstrução” e “evolução” produzem um efeito de justificação do comportamento considerado inadequado ou fora do regime de verdade que imperava naquele espaço. O participante Fiuk, por exemplo, “fez aulas sobre feminismo antes de entrar no programa” e se “desculpa e chora ‘por seus privilégios’”, subjetivando-se como “desconstruído” e consciente de sua condição de homem branco, hétero e privilegiado (uma análise mais aprofundada foi realizada no **Capítulo 1** desta tese). Ao mesmo tempo, alguns participantes (que não foram nomeados pela reportagem) adotaram a estratégia de associação a um sujeito com *status* de autoridade com a finalidade de também se subjetivarem dessa forma, isto é, como pessoas desconstruídas. O papel de autoridade foi desempenhado principalmente por pessoas que representavam grupos minoritários, como Karol Conká, a psicóloga Lumena e o *rapper* Projota, todos pessoas negras.

Até aquele momento, a edição 21 do Big Brother Brasil havia batido mais um recorde do programa, em termos de número de participantes de pele preta, eram nove no total (www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/01/4902470-bbb-21-e-o-reality-show-brasileiro-com-maior-numero-de-participantes-negros.html). Entendemos que a emergência desse acontecimento está intrinsecamente associada à edição anterior, quando pela primeira vez na história do programa, uma participante de pele preta

ganhou a edição, Thelma Assis (g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/04/28/thelma-e-a-campea-do-bbb20.ghtml). Em 2020, o programa foi marcado por debates sobre lutas feministas e antirracistas. Os participantes que defendiam ou se tornaram representantes desses discursos, como, a ganhadora, foram legitimados pelo público, principalmente nas redes sociais. Aqueles que cometeram atos considerados machistas e racistas, por outro lado, foram cancelados. Revela-se, portanto, o cancelamento como dispositivo de controle e normalização de práticas e condutas em diferentes espaços.

O medo do cancelamento e o desejo de mostrar-se como “pessoa desconstruída” ou até mesmo de subjetivar-se como autoridade ou tomar determinado “lugar de fala”, contudo, garantiu muitas críticas do público aos participantes. A confinada Lumena, por exemplo, conhecida pela luta antirracista no espaço tópico da “vida real”, por apresentar um discurso de militância assumiu o papel da militante na casa e foi cancelada nas redes sociais por suas atitudes terem sido consideradas autoritárias demais. Lumena ainda foi acusada de praticar algumas das ações discriminatórias que tanto criticava, como questionar a bissexualidade de outro participante, Lucas Penteado: **"Você tá agenciando uma pauta coletiva em prol de um B.O. que é seu, individual, um corre individual, você tá agenciando uma luta histórica, coletiva, em prol de uma demanda egóica, da sua demanda egóica. Falo mesmo!"** Essa controvérsia no comportamento de Lumena gerou uma série de memes que, de certa maneira, ironizam ou criticam o modo como ela fiscalizava os demais participantes. Um dos mais recorrentes cristaliza a cena em que ela aponta o dedo para uma das colegas de confinamento.

Série enunciativa 1: Memes de Lumena

(A)



Fonte: <https://twitter.com/nathfinancas/status/1357321996741316609>. Acesso em: 02 nov. 2023.

(B)



Fonte: <https://twitter.com/eddiejustino/status/1358295258090643459>. Acesso em: 02 nov. 2023.

A expressão “apontar o dedo” ou a própria ação de apontar o dedo para alguém é socialmente reconhecida como acusação, julgamento, uma vez que representa o

apontamento de um erro, falha do outro. A metáfora visual produzida pelo *meme* representa o poder disciplinar, em que a vigilância e a punição (“**vigiando e punindo**”) são operadores econômicos decisivos (Foucault, 2014). Ao mesmo tempo, produz efeitos de sentido dentro do dispositivo do cancelamento, gerando enunciados do tipo (A) e (B), e colocando em disputa o discurso sobre a militância racial.

No artigo intitulado *What if Instead of Calling People Out, We Called Them In?* (2020) ao *The New York Times*, Loretta Ross, acadêmica, feminista e ativista afro, argumenta que o cancelamento deveria ser utilizado para atingir quem ataca grupos minoritários e para punir personalidades que não poderiam ser afetadas de outra maneira que não por meio desse movimento de massa. No entanto, Loretta Ross aponta que boa parte dos "cancelados" está dentro do campo progressista. O cancelamento de Lumena e Karol Conká, por exemplo, que foram consideradas as vilãs da edição do BBB 21, levanta questões sobre como um tipo de militância considerada “errada” ou “agressiva” pode colocar em xeque ou até mesmo invalidar a legitimidade da causa antirracista.

Ao propor um diálogo entre a perspectiva genealógica de Foucault e a construção da racialidade como dispositivo de poder, a filósofa Sueli Carneiro (2005) situa o *epistemicídio*²² como um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder que consiste na desqualificação do conhecimento, na negação ao acesso à educação e na produção da inferiorização intelectual dos povos subjugados.

Sendo, pois, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/ normalizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações. (Carneiro, 2005, p. 96)

O debate racial que está posto na sociedade, sobretudo com a emergência das políticas de ação afirmativa (dentre elas notadamente as cotas raciais para a

²² Termo instituído por Boaventura Sousa Santos (1997), para quem o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (Carneiro, 2005, p. 96).

democratização do acesso ao ensino superior) e com a efervescência dos debates antirracistas na mídia, convoca diferentes intelectuais, especialistas ou não sobre o tema das relações raciais, a se manifestarem publicamente. No espaço das redes sociais, a apropriação desse tema por sujeitos “comuns”, sem *status* de autoridade, fomenta o debate ao mesmo tempo em que parece facilitar a atuação do dispositivo de racialidade e, por consequência do espistemicídio, gerando um efeito de banalidade, excesso, que se torna munição para aqueles que se colocam (ainda que de maneira velada) como resistência às lutas de grupos minoritários. Assim, a *web* transforma-se em um espaço de lutas e/ou disputas em torno das questões raciais por meio da rarefação do discurso e dos sujeitos historicamente marginalizados.

A publicitária e influenciadora Nina Chripim publicou No Instagram, um *slam* em que explica a repercussão das "militâncias erradas" de Lumena recai sobre mulheres negras que se posicionam como ativistas antirracistas e pela igualdade racial:

Figura 40- Print do vídeo publicado por Nina Chripim.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLZeVi3HZCT/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Na letra do *slam*, a influenciadora questiona:

Sabe por que agora você me chama de Lumena? Porque toda aquela sua história de antirracismo era cena, a sua vontade era que acabassem todas as pautas raciais” [...] A gente pediu representatividade e ganhou representação. Como se uma mulher preta representasse 56% da população. Ah, não, irmão. Parece que chamar de Lumena é o novo “descansa, militante.

(Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CLZeVi3HZCT/>).

Nesse sentido, “Lumena” traduz-se, portanto, como “descansa militante”, que nesse contexto é sinônimo de “cale-se”. Essa estratégia discursiva desqualifica o pensamento do ativismo negro como fonte de autoridade do saber sobre a própria população/comunidade negra.

Assim como Lumena, Karol Conká sofreu críticas a sua conduta no *reality*. *hashtag* #KarolConkaExpulsa emergiu após uma série de episódios que ocorreram já nos primeiros dias do BBB 21, dentre os quais citamos: comentários de teor xenofóbico contra a participante Juliette; “terrorismo” psicológico contra o ator Lucas Penteado; acusação de assédio ao participante Arcrebiano; e discussão e acusação de racismo contra a atriz Carla Dias. A seguir, apresentamos quatro séries enunciativas, que se constituem majoritariamente de postagens da rede social X, cuja materialidade discursiva nos permite analisar os acontecimentos que levaram ao cancelamento de Karol Conká.

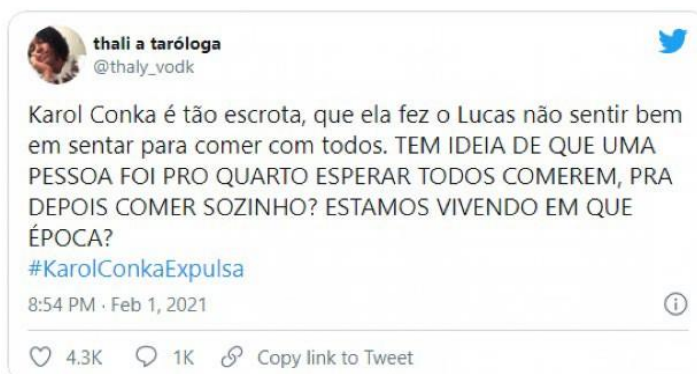
Série enunciativa 2: “Terrorismo” psicológico contra Lucas Penteado

(A)



Fonte: twitter.com/vaidesmaiar/status/1356350381756985352. Acesso em: 03 nov. 2023.

(B)



Fonte: www.opovo.com.br/divirtase/bbb/2021/02/01/bbb21--entenda-por-que-a-tag--karolconkaexpulsa-esta-em-alta-nas-redes.html. Acesso em: 03 nov. 202

(C)



Fonte: <https://twitter.com/Ludmilla/status/1356259547006951431>. Acesso em: 03 nov. 2023

Na casa do BBB, Karol Conká promovia o “cancelamento” do participante Lucas Penteado, como forma de punição pelo seu comportamento durante duas das festas promovidas pelo programa. O ator foi acusado de ser instável e provocar desentendimentos entre os colegas, além de agenciar pautas sociais (questões raciais e de sexualidade, ao se declarar bissexual) de forma desnecessária, naquele contexto, e com a intenção de se autopromover. Durante um longo período, Karol demonstrou um comportamento agressivo em relação a Lucas. Em quase todas as situações, a artista fazia questão de mencionar as atitudes infantis do colega de confinamento, além de proferir ofensas pessoais e atacá-lo em conversas com outros participantes. Isso criou um ambiente extremamente desconfortável para Lucas, o que o levou a desistir do programa.

A partir dos enunciados dessa série (1) observamos como Karol Conká subjetivava-se (“**vai aprender na marra, na tortura/ [...] eu vou torturar ele...**”) e é objetivada pelo

público como torturadora, ao perseguir e provocar o sofrimento psicológico do colega, por meio de práticas punitivas que afetavam seu intelecto, disposição e corpo (“**ela fez o Lucas não sentir bem em sentar para comer com todos**”). A tortura psicológica sofrida pelo rapaz despertou o sentimento de empatia do público e contribuiu para o cancelamento da *rapper* nas redes sociais, mobilizando usuários desconhecidos (B), perfis de fofoca (A) e famosos (C).

Ao explicar a dinâmica do poder, Foucault (2014b) analisa como as instituições, discursos e práticas sociais criam e mantêm relações de poder e adverte que este não deve ser concebido como propriedade, mas como estratégias, manobras, táticas, técnicas que visavam a governar as condutas dos indivíduos, moldando suas subjetividades. O acontecimento em análise representa, em um *reality show*, como essas relações de poder se estabelecem e ilustra em um espaço heterotópico o modo de funcionamento de um dispositivo de poder, o cancelamento. Karol Conká é o “cancelador”, aquele que exerce poder sobre o outro, objetiva-o, constrói uma verdade sobre ele, julga e dita sua sentença. Lucas Penteado, o cancelado, é aquele que sofre as consequências do poder punitivo do dispositivo, o que o leva ao isolamento, ao ostracismo e à perda.

Série enunciativa 3: Xenofobia contra Juliette Freire

(D)



Fonte: pleno.news/entretenimento/tv/karol-conka-e-acusada-de-xenofobia-apos-criticar-juliette.html.
Acesso em: 03 nov. 2023.

(E)



Fonte: pleno.news/entretenimento/tv/karol-conka-e-acusada-de-xenofobia-apos-criticar-juliette.html. Acesso em: 03 nov. 2023.

(F)



Fonte: glamour.globo.com/entretenimento/celebridades/noticia/2021/01/bbb-21-karol-conka-e-acusada-de-xenofobia-nas-redes-sociais.ghtml. Acesso em: 03 nov. 2023.

Xenofobia é a aversão, desprezo ou desprestígio ao estrangeiro, migrante ou exilado. De acordo com Baslez (2008), a xenofobia tem sempre sujeitos representados por um “outro” (“eles”, os não pertencidos), um “eu” (“nós”, os pertencidos), um lugar (dentro e fora em um espaço enunciativo e em um território X), um evento, um acontecimento, uma prática ou atitude de rejeição e uma gama de valores simbólicos. É mediante tais valores que a xenofóbica se configura como um dispositivo de inferiorização e negação da existência do outro, enquanto sujeito do discurso, por meio da deslegitimação da sua fala/modo de dizer. Nesse sentido, “há discursos sobre o Nordeste brasileiro que recaem sobre os falantes e seus falares, havendo também

enunciados vinculados aos preconceitos de origem, de que atualiza pré-construídos sacralizados no imaginário coletivo” (Ribeiro, 2021, p. 248).

Ao reclamar do jeito de Juliette falar, Karol Conká disparou o seguinte enunciado: **"Eu sou de Curitiba, entendeu? É uma cidade muito reservadinha. Eu tenho meus costumes, tenho muita educação para falar com as pessoas"**. O termo “reservadinha” e a expressão “tenho muita educação” produzem efeito de oposição ao modo de falar de Juliette, associando-o à falta de educação. No acontecimento discursivo em análise, Karol Conká é objetivada como xenofóbica (**“enfim, a xenofobia maquiada”**) e essa posição sujeito é legitimada nas redes sociais por internautas de diferentes *status* sociais, como anônimos (D) e celebridades (E, F) que se reconhecem como nordestinas (**“Sou piauiense e fui muito bem educada”**; **“Pois eu sou do Piauí e mto bem educado”**).

Série enunciativa 4: Assédio contra Arcrebiano, Bil

(G)



Fonte: twitter.com/lklitie/status/1357219446885134339. Acesso em: 03 nov. 2023.

(H)



Fonte: www.ofuxico.com.br/reality-show/bbb/bbb21-juliette-revira-os-olhos-ao-ver-karol-e-bill-no-feed. Acesso em: 03 nov. 2023.

(I)



Fonte: twitter.com/izzynobre/status/1357227236487622657. Acesso em: 03 nov. 2023.

Na série 4 a *rapper* é objetivada como assediadora ao ser acusada de forçar contato físico com um dos participantes masculinos, levantando até mesmo uma discussão na *web* sobre a diferença de tratamento do assédio praticado por homens e mulheres (“**e se fosse o contrário?**”). Conforme já teorizado, os algozes de muitas ações de cancelamento fazem parte de um tipo de padrão comum: um homem branco, cisgênero e heterossexual. No comentário (I), há o acionamento dessa memória em contraposição à representatividade de Karol Conká, como uma mulher preta independente, sinalizando que sua conduta, ironicamente, seria uma forma de desconstrução dos padrões de gênero, indicando então que membros de grupos minoritários também podem ser esses algozes.

A conduta do sujeito assediado nessa situação revela ainda uma relação de poder atravessada pelo dispositivo do cancelamento, uma vez que, não apenas Arcrebiano, mas outros participantes evitavam qualquer tipo de confronto com Karol Conká. É possível interpretar que há uma indicação de que justamente por ser tão representativa nas pautas

identitárias, a maioria dos confinados não queria confrontá-la, com fins de não incentivar um debate social nessa situação. Os enunciados a seguir revelam como essas relações de poder eram percebidas pelos usuários das redes sociais:

Figura 41- Post de usuário da plataforma X sobre Karol Conká



Fonte: twitter.com/santotassio/status/1356606977137405954. Acesso em 03 nov. 2023.

O comentário apresentado na figura 41 contribui para a compreensão do governo de si ao dizer que ninguém dentro do programa queria enfrentá-la. Levantamos a hipótese de que, de certa forma, até determinado ponto, não confrontar Karol Conká poderia ser lido pelos demais participantes como uma forma silenciosa de contribuir para a noção de justiça social, pois, dentro dos movimentos sociais, há a concepção de que grupos minoritários dificilmente se encontram em posições de poder. Se opor a isso seria ir de encontro a uma vontade de verdade que poderia levá-los ao temido cancelamento.

A partir dessa estratégia ou técnica de si, é cabível levantar o questionamento a respeito de se foi essa representatividade identitária e essa ligação com as pautas sociais que levou Karol a ser tão rejeitada, uma vez que as expectativas sobre seus posicionamentos em relação a determinadas pautas sociais eram bem maiores do que as dos demais participantes, que não carregavam essa relação com os movimentos minoritários.

No enunciado a seguir, por exemplo, a cantora é objetivada como invejosa, falsa e acusada de não ser de fato feminista, ao brigar com outra mulher por ciúmes de um homem (**“de feminista não tem nada”**).

Figura 42 – Post na página oficial da atriz Carla Díaz na plataforma X



Fonte: twitter.com/Carladiaz/status/1358345977988591622. Acesso em: 03 nov. 2023.

Dos acontecimentos e enunciados que compõem as séries enunciativas 1 a 4, é possível analisar diferentes formas-sujeitos.

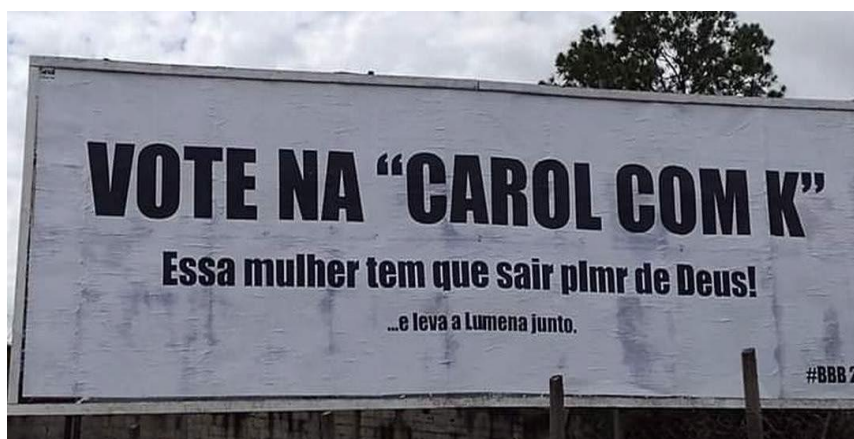
Ao tratar dos procedimentos que permitem o controle dos discursos, Foucault (2014, p. 41-42) evidencia a **doutrina**, que se caracteriza pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos ao qual os indivíduos declaram sua pertença recíproca. Para isso, aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação ao de certa regra — mais ou menos flexível — de conformidade com os discursos validados. É nesse sentido que esse procedimento de controle funciona também como um mecanismo de rarefação do sujeito, uma vez que a pertença doutrinaria coloca em questão o enunciado e o sujeito, um através do outro.

[...] a doutrina vale sempre como sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia — pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam (Foucault, 2014, p. 43).

É interessante, portanto, verificarmos como o cancelamento, sendo um dispositivo de controle dos discursos e das condutas, realiza essa “dupla sujeição” por meio do mecanismo doutrinário. No caso em questão, ao se posicionar a favor de determinadas práticas, discursos e regimes de verdade, subjetivando-se como antirracista, não preconceituosa, feminista, Karol Conká é, ao mesmo tempo objetivada pela mesma doutrina a qual se diz pertencer — tornando-se alvo de cancelamento quando se associa a certos tipos de enunciação que lhes foram, portanto, proibidos.

Além das redes sociais, diferentes suportes midiáticos promoviam o cancelamento da *rapper*. A título de exemplificação, localizamos no YouTube um vídeo intitulado *Karol Conká no BBB21: 5 motivos que fizeram ela ser cancelada!*²³, produzido por (Revista) **Caras Brasil** e posto em circulação em 23 de fevereiro de 2021, terça-feira na qual Karol Conká estava no paredão. Até mesmo fora das redes sociais pessoas se mobilizavam para promover o cancelamento e a eliminação (como punição) do programa.

Figura 43- Campanha em *outdoor* para eliminar Karol Conká do BBB21.



Fonte: oglobo.globo.com/cultura/paredao-com-karol-conka-provoca-catar-se-coletiva-gera-memes-clipe-ate-outdoor-pedindo-saida-da-cantora-1-24894436. Acesso em: 03 nov. 2023.

²³ Notícia disponível em: www.youtube.com/watch?v=D2u76dCfO50&ab_channel=CARASBrasil (acesso em: 03 nov. 2023)

O foco desta análise não é, necessariamente as situações levantadas pelo público e pelos internautas que levaram ao cancelamento, mas o processo de cancelamento em si: a maneira como esse sujeito foi dado a ver ou foi objetivado por esse dispositivo.

Além disso, parte da indignação do público está justamente no modo como o sujeito cancelado em questão se subjetivava, como se conduzia e se posicionava discursivamente. Karol Conká se reconhece como mulher preta e se posiciona no campo progressista, posicionando-se como aliada à luta das minorias e como defensora da luta feminista e antirracista. Dessa forma, esperava-se que ela teria inteira aderência a causas sociais, pressupondo um comportamento único, exemplar, uma vez que representa um grupo social minoritário. Nesse espectro não há chance para “vacilos”, como atacar um homem negro e uma mulher nordestina.

Como consequência do cancelamento, veio a punição. O festival Rec-Beat cancelou sua participação no evento, pois “[...] **confrontava os princípios do festival**”²⁴.

Além do rechaço virtual, Karol chegou a perder cerca de 800 mil seguidores no Instagram, um termômetro comum entre as redes sociais para medir a popularidade dos participantes. Ademais, um perfil batizado de **Rejeição da Karol**, cuja descrição dizia que a meta era de ter mais seguidores que a Karol, fez postagens negativas sobre a *rapper* e chegou a somar mais de 2 milhões de seguidores no momento em que a edição do BBB21 estava no ar²⁵. A cantora perdeu contratos, teve *shows* cancelados e recebeu, assim como sua família e amigos, ameaças contra sua integridade física.

Figura 44- Manchete de notícia publicada no *site* da Forbes.

Karol Conká pode perder até R\$ 5 milhões com polêmica no “Big Brother Brasil”

De posto de apresentadora de programa a festival de música do Nordeste, a cantora de rap está vendo contratos azedarem com a participação no reality



Artur Nicoceli e Beatriz Mirelle

3 de fevereiro de 2021 Atualizado há 3 anos

Fonte: forbes.com.br/forbes-money/2021/02/karol-conka-pode-perder-ate-r-5-milhoes-com-polemica-no-big-brother-brasil/#. Acesso em: 23 nov. 2023.

²⁴ Notícia disponível em: g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2021/02/02/festival-rec-beat-suspende-exibicao-de-participacao-de-karol-conka-atitudes-vao-contraria-principios-basculares.ghtml (acesso em: 22 nov. 2023)

²⁵ Link do perfil: www.instagram.com/rejeicaodakarol/ (acesso em: 23 nov. 2023).

Um dos acionamentos mais frequentes quando se fala de cultura de cancelamento é o chamado linchamento virtual. No âmbito das redes sociais digitais, isso se configura na realização de comentários ofensivos e até ameaçadores. As situações de cancelamento geralmente envolvem questões delicadas que ferem a integridade de um ou mais indivíduos. Em um artigo intitulado *DRAG THEM: A brief etymology of so-called “cancel culture”*, a jornalista Meredith Clark (2020) afirma que os comportamentos da parte infratora são discutidos no ciberespaço, à mercê da avaliação moral dos usuários. Para alguns, a moral se configura em um sentimento muito mais forte de repúdio e indignação, levando a comentários mais violentos. Essas constatações também representam aspectos da vontade por justiça social, porém extrapolam as discussões político-identitárias e ingressam num campo estritamente pessoal.

Figura 45- Post de repúdio no perfil da cantora Karol Conká.



Fonte: twitter.com/Karolconka/status/1356388955642560512. Acesso em: 22 nov. 2023.

Foucault (2017) enfatizou a interligação entre moralidade e poder. Ele argumentou que as normas morais são frequentemente usadas como ferramentas de controle social e exercício de poder. A moral está associada ao poder e, nesse caso, com o poder de cancelar. É uma forma de exercer poder, domínio sobre o outro, e, de certo modo, governo.

Assim, como resultado do cancelamento sofrido nas redes sociais e pela desaprovação dos telespectadores, Karol Conká foi eliminada do BBB21 com 99,7% dos votos, recorde de rejeição na história do *reality*.

Figura 46- Manchete notícia GShow.

Karol Conká é eliminada com a maior rejeição da história do BBB

23/02/2021 23h43 · Atualizado há 2 anos



Fonte: gshow.globo.com/realities/bbb/bbb21/noticia/karol-conka-e-eliminada-com-a-maior-rejeicao-da-historia-do-bbb.ghtml. Acesso em: 20 out. 2023.

A reação à eliminação ocorreu dentro e fora das redes sociais. Na série enunciativa a seguir é possível verificar postagens de anônimos (J, K) e famosos (L, M, N) comemorando a saída da Karol Conká do programa.

Série enunciativa 5: Posts em comemoração à saída da Karol Conká

(J)



Fonte: twitter.com/2i_ian/status/1364408528857923586? Acesso em: 20 nov. 2023.

(K)



Fonte: twitter.com/flaayoficial/status/136442840248530535. Acesso em: 20 nov. 2023

(L)



Fonte: twitter.com/pequetitoreis/status/1364408468002787332. Acesso em: 20 nov. 2023.

(M)



Fonte: twitter.com/juliette/status/1364405293715775504. Acesso em: 20 nov. 2023

(N)



Fonte: twitter.com/Anitta/status/1364409271279042566. Acesso em: 20 nov. 2023.

Entre os enunciados listados, chamamos atenção para a menção à fogos de artifício (J) e para a comparação da eliminação, em nível sintático e semiótico, com o futebol (L e M), amplamente conhecido como o esporte de paixão nacional. Esses elementos produzem um efeito de celebração e unidade que se materializou na porcentagem de votos.

A concepção teórica de justiça social através da cultura do cancelamento pressupõe uma remediação do indivíduo ou entidade transgressora ou infratora (Clark, 2020). Nesse sentido, é possível identificar essa vontade de verdade no enunciado **“nordeste vingado”** (K). Há, porém, diferentes lados dentro do que se define como justiça social para os usuários das redes sociais. Principalmente no caso apresentado, em que a ambiguidade das ações de Karol e sua representatividade, causam sentimentos conflituosos. O que se percebe pela fala do apresentador do programa, o jornalista Tiago Leifert, na noite da eliminação, que começou a reverberar, em decorrência de uma demonstração de empatia: **“Ame ou odeie, critique ou entenda, essa é a Karol Conká, jogou o Big Brother Brasil, se jogou, entrou em erupção, fez o que deu na telha, e o que acontece no Big Brother fica no Big Brother”**. A expressão em destaque sugere uma separação entre a trajetória no programa e a vida real. Dentro dessa formação discursiva, que constitui o cancelamento da Karol Conká, alguns artistas começaram a reproduzir a fala do apresentador de formas diferentes:

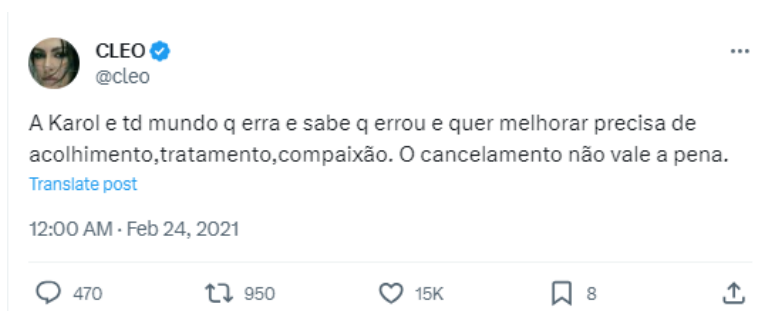
Série enunciativa 6: Post de famosos sobre a saída de Karol Conká do BBB21

(O)



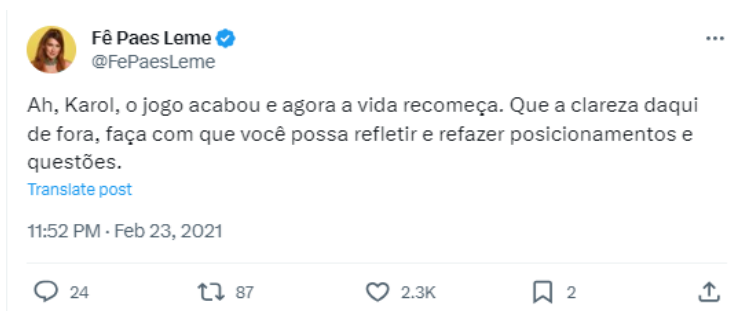
Fonte: twitter.com/dedesecco/status/1364408276608245760. Acesso em: 22 nov. 2023.

(P)



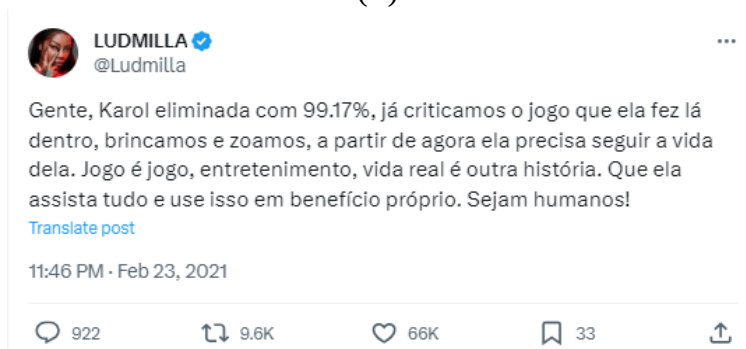
Fonte: twitter.com/cleo/status/1364409867373604871. Acesso em: 22 nov. 2023.

(Q)



Fonte: twitter.com/FePaesLeme/status/1364407768015372289. Acesso em: 22 nov. 2023

(R)



Fonte: twitter.com/Ludmilla/status/1364406198670360590. Acesso em: 22 nov. 2023.

Considerando a série em análise é possível classificar dois tipos de temas predominantes: a separação entre jogo e vida real e a reflexão como estratégia de redenção. As expressões “aqui fora”, “daqui de fora” e “vida real é outra coisa” produzem um efeito de separação, diferenciação em relação ao espaço do real, da utopia e do espaço do entretenimento, que podemos chamar de heterotopia. No **Capítulo 2** desta tese tecemos uma breve discussão sobre essa categoria do pensamento foucaultiano, a fim de comprovar como a *web* configura-se como um lugar sem lugar, isto é, um espaço herotópico. A mesma análise recai sobre o *reality show* Big Brother Brasil, pois, assim como a *web*, constitui-se como uma heterotopia.

Na obra *O corpo utópico, as heterotopias* (2013), Foucault apresenta esse conceito a partir de uma analogia com um objeto real, o espelho. Este seria um espaço misto, pois é ao mesmo tempo utópico, levando-se em conta que é uma representação irreal da realidade, e heterotópico, já que o objeto realmente existe. Seguindo essa linha de pensamento, podemos perceber algo em comum entre o espelho e o BBB, uma vez que é um espaço real, já que acontece com data e local previamente demarcados; porém, é também utópico, pois representa uma realidade simulada e ritualística, na qual os indivíduos atuam versões de si mesmos em um ambiente controlado, com regras de funcionamento específicas.

O BBB ainda pode ser definido na perspectiva foucaultiana como uma heterotopia de passagem. Estas são “as heterotopias que estão ligadas [...] ao tempo no que ele tem de mais fútil, de mais passageiro, de mais precário [...] São heterotopias não mais eternizadas, mas absolutamente crônicas” (Foucault, 2006, p. 419). O filósofo

evidencia um princípio da heterotopia cujo funcionamento consiste em proporcionar ao sujeito, em um curto espaço de tempo, experiências e identidades nunca antes vivenciadas.

Uma vez retornando a vida real, no entanto, considerando a hipervisibilidade e constante vigilância promovida pelo *reality*, o sujeito cancelado, nesse caso, precisa refletir sobre sua conduta, uma vez que falhou no governo de si. É essa retomada que irá garantir o “seguir em frente”.

Ademais, expressões como “ela merece todo o respeito” (A), “o cancelamento não vale a pena” (B), “a vida recomeça” (C), “sejam humanos (D)”,” estabelecem um jogo de relações entre enunciados de uma mesma formação discursiva que se repelem, se excluem, pois todo o discurso anterior à eliminação é em prol do cancelamento, o que revela uma linha de fuga do dispositivo. Em nenhum dos casos de cancelamento citados nesta tese houve um movimento de empatia em prol do sujeito cancelado como neste. Pelo contrário, pessoas que se associavam ou defendiam JK Rowling ou Monark, por exemplo, eram duramente criticadas. Nesse sentido, levantamos a seguinte hipótese:

- Ainda que seja veiculado por uma emissora de TV, o tema BBB21 transcende a mídia tradicional, tornando-se assunto nas redes sociais e em práticas cotidianas dos brasileiros (fofocas, discussões em programas de TV e rádio etc.), penetrando diferentes nichos e, portanto, ampliando seu alcance enquanto objeto de discurso. E isso levou a um sentimento de ódio coletivo muito maior do que em qualquer outro caso de cancelamento. Além do que, o impacto dos movimentos sociais nas redes digitais desperta um debate crítico mais profundo acerca dos posicionamentos de celebridades e figuras públicas. Elas estão cada vez mais expostas e mais visibilizadas, sobretudo na plataforma X, que cria um espaço provocativo para a polaridade (Bouvier, 2020), ambiente em que as discussões identitárias se intensificam e onde as consequências do fenômeno da cultura do cancelamento se manifestam. É nessa relação conflituosa e volátil em que se encontram e configuram-se as diversas nuances e contradições a respeito desse processo de justiça social.
- A posição social do sujeito cancelado constitui uma das singularidades deste acontecimento. Karol Conká representa uma coletividade e é porta-voz de uma minoria; seu corpo, sua conduta, sua própria existência, portanto, materializam um regime de verdade contemporâneo — amplamente defendido pelas mídias digitais e

pela classe artística do país. Se somar isso ao fato de grupos invisibilizados sofrerem uma forte rejeição na sociedade, é visível um cenário ainda mais hostil e difícil para o caso em questão.

Na configuração contemporânea do dispositivo midiático, as redes sociais destacam-se tanto por sua eficiência na produção discursiva, quanto na proliferação dos sentidos. Portanto, é esse o espaço em que a maioria dos sujeitos cancelados buscam a possibilidade de serem perdoados pelo público. No entanto, o caso de cancelamento da *rapper* Karol Conká em 2021, como veremos a seguir, além de caracterizar o auge do fenômeno do cancelamento até então, seguindo todos os tramites de sua maquinaria do ostracismo, torna-se singular não apenas pela posição-sujeito do indivíduo cancelado, como também por seus desdobramentos. Logo após o fim da edição do *reality*, foi lançado o documentário *A Vida Depois do Tombo* (2021), que explora a retomada de carreira da *rapper* Karol Conká, ao mesmo tempo em que levanta uma discussão sobre os limites da cultura do cancelamento. Nesse sentido, buscamos por meio da análise desse recorte compreender não apenas o modo de funcionamento do dispositivo como também suas fissuras.

1.1 O dizer verdadeiro e a confissão no dispositivo do cancelamento

Em entrevista concedida à *Concordia: Revista Internacional de Filosofia*, em 1984, Michel Foucault (2007, p. 269) afirma que o **cuidado de si** não está apenas relacionado ao conhecimento de si mesmo, mas é também o conhecimento de um “certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições”. Assim, “cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade”. E isso implica na transformação do sujeito como objeto de sua própria verdade. Esta ação, no entanto, não está dissociada e não é menos diferente, de uma moral a outra, de um sistema de valores, regras e proibições (Foucault, 2007). Entre as práticas de si apresentadas pelo filósofo, destacamos a **confissão** e o **autoexame**. Estas práticas conduzem os sujeitos a prestarem atenção em si mesmos, a se conhecerem e a buscarem uma transformação de si através de exercícios espirituais e reflexivos. Para isso, é preciso que sejam racionais, honestos, dominem suas paixões, tenham controle sobre o uso dos prazeres, governem a si e aos outros.

Foucault (2014d, p. 194) parte do dispositivo da sexualidade para tratar dessas tecnologias do sujeito desde a Antiguidade, quando “os prazeres sexuais foram problematizados através das práticas de si, colocando em jogo os critérios de uma “estética da existência” — o que exigia dos sujeitos uma interrogação sobre a própria conduta, modificações no modo de ser e de agir que independiam de leis ou proibições. A preocupação com esses aspectos consiste em dar à vida certos valores, ser exemplo, “fazer de sua vida um objeto de conhecimento ou de *tekhne*, um objeto de arte” (Foucault, 2006, p. 229).

Com o Cristianismo, o que se percebe é uma intensificação dos valores morais e uma tentativa maior em estabelecer o que era permitido e o que era proibido. De acordo com os preceitos cristãos, o sujeito precisa se reconhecer como pecador e revelar-se ao outro. Para que alcance a santidade, é necessário: discipulação, renunciar à própria vontade e praticar permanentemente o exame-confissão (Foucault, 2018). Desse modo, os pensamentos dos sujeitos devem ser alvo de reflexão. Depois disso, os sujeitos precisam praticar o exame- confissão e dizer a verdade sobre si mesmo, para que através da penitência os seus pecados possam ser perdoados.

A confissão traz à tona “o que estava dissimulado na sombra do segredo: é um jogo de luz” (Foucault, 2018, p. 158). A revelação de quem se é o que se fez é uma forma de manifestar a verdade, expulsar e arrepender-se do mal praticado. Portanto, “a confissão tem uma força operatória que lhe é própria: diz, mostra, expulsa, liberta” (Foucault, 2018, p. 59). Todavia, não basta apenas confessar, arrepender-se dos pecados e cumprir a penitência, é preciso não voltar mais a pecar. É importante destacar que:

[...] o exame-confissão está ligado na sua permanência ao dever, também ele permanente, de obediência. Se tudo o que se passa na alma e até mesmo nos seus pequenos movimentos [deve ser revelado ao outro], é para permitir uma obediência perfeita. (Foucault, 2018, p. 160).

O volume *Malfazer, Dizer Verdadeiro*, publicado em 2018 no Brasil, compreende o curso ministrado por Michel Foucault em 1981, na faculdade de Direito da Universidade Católica de Louvain (Bélgica). No referido curso, Foucault aborda, em termos gerais, as formas jurídicas e sua relação com a verdade, tratando da confissão na prática penal e sua relação com os **regimes de veridicção** (o dizer verdadeiro sobre si) e as tecnologias do

sujeito. Para isso, Foucault parte do relato do psiquiatra francês Dr. François Leuret, autor da obra intitulada *O tratamento moral da loucura*, por meio da qual o filósofo chega a algumas conclusões acerca da natureza da confissão:

(1) “a confissão consiste em passar do não dizer ao dizer, estando claro que o não dizer tinha um sentido preciso, um motivo particular, um valor importante”; (2) “a confissão não é simplesmente uma constatação a propósito de si mesmo, é uma espécie de compromisso, [...] implica que quem fala se compromete a ser aquilo que afirma ser, e precisamente porque é aquilo; (3) “toda a confissão é custosa [...], pois a confissão dá ensejo ao exercício do poder sobre aquele que confessa”; (4) “a confissão modifica a relação que o sujeito tem com seu crime, [...] ao mesmo tempo que vincula o sujeito ao que ele afirma, qualifica-o de outra maneira em relação ao que ele diz”. (Foucault, 2018, p. 8).

Em resumo, Foucault (2018, p. 8) conclui que “a confissão é um ato verbal por meio do qual o sujeito faz uma afirmação sobre o que ele é, vincula-se a essa verdade, coloca-se numa relação que tem consigo mesmo”. Para esta pesquisa, esse vínculo da confissão com a verdade é essencial, pois a confissão é parte das engrenagens do dispositivo do cancelamento, é uma prática de si, por meio da qual o sujeito cancelado produz uma verdade sobre si mesmo, tanto em relação a si quanto em relação ao outro. Por meio da **confissão**, o sujeito cancelado, quando famoso, pode alcançar o “perdão” do público e, com sorte, alcançar o *status* de “**descancelado**”.

Ainda estabelecendo um paralelo com a onda de protestos e boicotes ocorrida com os Beatles em 1966, após tumultos nos *shows* e ameaças de morte, Jonh Lennon se pronunciou a fim de confessar seu delito e se desculpar pelas possíveis ofensas cometidas. Numa coletiva de imprensa em Chicago, ele explicou:

“Eu não sou anti-Deus, anti-Cristo ou antirreligião. Não quis dizer que éramos os maiores ou os melhores. Acredito em Deus, mas não como uma coisa, não como um velho que está no céu. **Desculpe, falei aquilo realmente.** Nunca imaginei que pudesse ser um dito anti-religioso abominável. De tudo o que li, ou observei, parece-me que o cristianismo está encolhendo, está perdendo contato.”

Eu só estava falando com uma amiga e usei a palavra “Beatles” como uma coisa remota, não como o que eu penso. Foi uma coisa meio, sabe, ‘Aqueles são os Beatles’, como as pessoas costumam dizer. Eu só disse que eles estavam tendo mais influência nos jovens e nas coisas do que qualquer outra coisa, inclusive Jesus. **Mas eu disse isso dessa forma, que é a forma errada.**

[...]

Me apontaram isso em referência à Inglaterra, de que nós significávamos mais para os jovens do que Jesus. Mas eu não estou dizendo que nós somos melhores ou maiores ou nos comparando com Jesus Cristo como pessoa ou Deus como uma coisa, ou o que quer que seja. **Eu só disse o que eu disse e foi errado**, ou foi levado da maneira errada, e agora é tudo isso...”

(Disponível em: www.tenhomaisdiscosqueamigos.com/2021/01/27/john-lennon-frase-jesus-explicacao/. Acesso em: 01 nov. 2023. Grifos nossos).

Os enunciados **“Desculpe, falei aquilo realmente”** e **“Mas eu disse isso dessa forma, que é a forma errada”** e **“Eu só disse o que eu disse e foi errado”** constituem uma confissão de culpa e vinculam o sujeito a essa verdade, isto é, “sou culpado”. Ao mesmo tempo, “a confissão modifica a relação que o sujeito tem com seu crime” (Foucault, 2018, p. 8), tornando-o passível de arrependimento e perdão: **“Eu não sou anti-Deus, anti-Cristo ou antirreligião. Não quis dizer que éramos os maiores ou os melhores”**.

Na teoria foucaultiana, a veridicção assume duas grandes formas: o **exame de consciência** e a **exposição da alma para alguém**. É a partir desses princípios da hermenêutica de si que vamos avaliar os enunciados que compõem o documentário *A vida depois do tombo* (2021), que explora a retomada da carreira de Karol Conká após a sua saída do Big Brother Brasil com a maior rejeição da história do *reality*. A propósito do exame de consciência, Foucault (2018, p. 86) afirma de que “não se trata de descobrir uma verdade oculta no fundo de si mesmo, trata-se de lembrar e memorizar uma verdade que pode ter sido esquecida”.

Retomando o caso de cancelamento em análise, ainda na casa do BBB, na semana em que foi indicada ao “paredão” (expressão utilizada para se referir à posição de possível eliminação do programa), em uma das conversas com colegas de confinamento, Karol Conká fez a seguinte afirmação: **“O que me alivia é saber que eu não ofendi ninguém, não gritei com ninguém, não desmoralizei ninguém”** (disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/02/20/>. Acesso em: 20 nov. 2023). Ora, não se pode dizer que este enunciado revela o resultado de um exame de consciência, considerando, pois, que a conduta desse sujeito já fora examinada, reprovada e condenada pelo público. Não houve, portanto, um exame de consciência, a busca por uma “memória dirigida a um código de conduta que deve ser lembrado” (Foucault, 2018, p. 86). Não há ainda uma confissão.

No dia da eliminação, no entanto, a recém-eliminada, ao ser questionada pelo apresentador do programa faz um exame de consciência, seguidos de confissão e pedidos de perdão. O que se segue em diferentes ocasiões, até o lançamento do documentário, citado anteriormente, pelo GloboPlay, em 29 de abril de 2021 — gravado ao longo de 25 dias que se seguiram à eliminação da Karol Conká do BBB21, em quatro episódios. É sobre a acontecimentalização desses enunciados, como práticas de confissão, que nos deteremos neste momento da análise, começando pelo discurso de eliminação:

Eu me perdi dentro de mim e me senti muito frustrada. Eu gosto... eu sempre falo que sou uma libélula, eu gosto de voar. **Eu nunca imaginei que eu fosse dar uma surtada assim no programa** realmente quando a gente entra na casa é tudo muito louco. **Eu tenho mania de controle.** Eu vivo uma vida onde eu controlo tudo, eu sou dona da minha vida, da minha carreira... E chegar ali e não poder controlar achismos e nem **minha animosidade** foi me deixando muito mal e também o **sentimento de culpa** foi me deixando mais amarga por dentro...

Eu percebi que eu **tenho um grande problema com a animosidade.** Eu já sabia disso, mas não sabia que era tão forte assim. Eu descobri isso na casa... então eu cheguei a praguejar pela casa dizendo que se eu sáísse eu ia direto pra uma **terapia pra arrumar isso...**

Perdão Brasil, perdão todo mundo que se sentiu atingido por esse meu erro, essa falha na minha personalidade. Eu **preciso arrumar isso.** E eu sou muito grata por participar desse programa, porque só assim pra eu **aprender**, só assim pra eu **enxergar** com os olhos mais abertos...

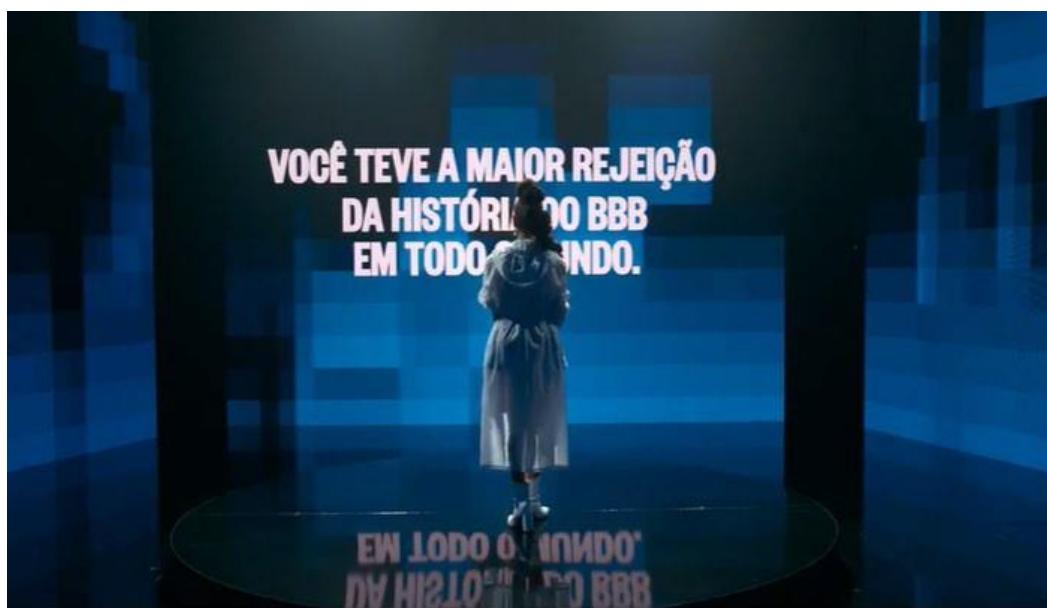
Agradeço ao público que votou eu realmente estava precisando me sentir liberta, tem pessoas que eu sei que votaram, que gostam de mim e acreditam que saindo ia a melhor coisa a acontecer se não eu ia fazer coisas piores lá dentro, ia me machucar mais e machucar outras pessoas

Desculpa mãe, desculpa filho... já estou voltando e vou **colocar a cabecinha no lugar.**

De acordo com Michel Foucault (2018, p. 111), essa obrigação do dizer verdadeiro sobre si mesmo sempre faz parte de uma indispensável relação com outrem, fundadora de uma relação de obediência, de submissão. Na sua fala, Karol Conká declara algumas verdades sobre si, a partir de um exame de sua conduta no programa, expondo sua alma a outrem — o apresentador, o público, as pessoas que ofendeu e a sua família. Em resumo, ela confessa: **“surtei, tenho mania de controle, um problema de animosidade e uma falha na minha personalidade”**. Além disso, admite a culpa, pede perdão e reconhece que precisa aprender, que precisa de terapia. Observamos, portanto, que a prática da confissão, no dispositivo do cancelamento, torna o sujeito passível de arrependimento e de perdão, ao mesmo tempo que o coloca num lugar de submissão ao outro.

Além disso, é imprescindível destacarmos como o discurso de confissão de Karol Conká evoca dizeres verdadeiros na sociedade contemporânea, como o tratamento psicológico por meio da terapia para tratar “falhas de personalidade”. Esse mesmo discurso será retomado posteriormente pela cantora em entrevistas e no documentário, em que ela revela problemas psicológicos provocados pelo processo de cancelamento.

Figura 47: Frame de uma das cenas do documentário *A vida Depois do Tombo*



Print de uma das cenas do documentário *A vida depois do tombo*, em que Karol Conká, numa sala cheia de telas encara os acontecimentos que levaram ao seu cancelamento. Fonte: Globo Play.

Saint-Louis (2021) aponta que a cultura do cancelamento é um fenômeno bastante desigual, não afetando todos os indivíduos transgressores da mesma maneira. Em uma das declarações feitas por Karol no documentário, ela reafirma que entendeu que estava errada e que se sentia arrependida, mas critica a atitude das pessoas que pareciam, até então, não aceitar sua confissão: **“as pessoas acham que pra gente se arrepender a gente que aparecer definhando na frente das câmeras, chorando, implorando, usando uma roupa muito simples; a impressão que eu tive é que eu fui a única vilã”** (*A vida depois do tombo*, 2021).

O processo de cancelamento de um sujeito que pertence a uma minoria e está envolvida em um movimento social ou político-identitário, como exemplificado por Karol Conká, cria uma situação de considerável complexidade. Por um lado, o dispositivo

do cancelamento surge como resultado da ampliação dos movimentos sociais nas plataformas de mídias social digital.

Por outro lado, os alvos desse dispositivo podem ser os próprios membros desses grupos minoritários, como verificamos a partir da análise deste caso. Portanto, os usuários das redes sociais enfrentam o desafio de separar a identidade pessoal do cancelado de sua posição-sujeito quando este pertence a grupos considerados de minoria. Esse fenômeno é desencadeado pela violação de princípios éticos por parte do sujeito cancelado. Mesmo os membros que fazem parte dos mesmos movimentos sociais são convidados a expressar suas opiniões e condenar essas ações, muitas vezes com receio, como verificamos na fala de artistas e celebridades no tópico anterior.

Esse receio se deve ao fato de que, em casos de ataques coletivos mais agressivos contra um membro de uma minoria, é comum que essas ofensas envolvam questões de racismo, homofobia e outros tipos de preconceito. De acordo com Saint-Louis (2021) um aspecto frequentemente ignorado da “cultura do cancelamento” é que ela permite que se expressem discursos que estavam reprimidos. Nesse sentido, o caso de cancelamento da *rapper* Karol Conká fomentou nas redes sociais uma discussão sobre os limites do cancelamento e a emergência de uma espécie de contracultura, isto é, a “cultura do descancelamento”.

Em seu estudo genealógico da punição, Foucault (2014a) aponta que os protestos contra os suplícios iniciaram na segunda metade do século XVIII. O suplício se tornou rapidamente intolerável. Revoltante, na perspectiva do povo. Vergonhoso, na perspectiva da vítima. Perigoso, pela tensão violenta que gera entre o povo e o soberano. Esse movimento foi apoiado por teóricos do direito, juristas, magistrados e parlamentares, legitimando-o. Em paralelo, podemos dizer que o linchamento virtual, é uma forma de suplício virtual aplicada com frequência no dispositivo do cancelamento, punindo, muitas vezes, de forma deliberada e desequilibrada os sujeitos envolvidos em algum tipo de situação controversa. E isso tem levantado questionamentos a respeito dos limites de atuação desse dispositivo.

O documentário *15 minutes of Shame* (2021), produzido pela HBO Max, por exemplo, traz diversos relatos de vítimas do cancelamento, a maioria sujeitos infames, além de depoimentos de psicólogos, políticos, escritores e especialistas sobre como o linchamento nas redes sociais tem se tornado um problema social. Um dos casos relatados

é o do militar aposentado Matt Colin, que passou a vender produtos pela Amazon. Com a iminente chegada da pandemia, ele comprou milhares de frascos de álcool em gel para revender e, por causa de uma matéria equivocada do *The New York Times*, deu a impressão de que havia feito o estoque para si próprio. O cancelamento nas redes levou a um prejuízo financeiro, ameaças de morte e até mesmo ao cerceamento da liberdade, uma vez que Matt tinha medo de sair de casa e sofrer agressões. O que é curioso nesse documentário da HBO Max é que a maioria dos comentários são de indivíduos comuns, pessoas anônimas e é sobre elas que o poder punitivo parece recair com mais força.

De acordo com Loretta Ross (2020), O antídoto para esse ciclo de violência seria o *calling in*, que pode ser compreendido como incluir, ligar, chamar para a conversa:

[...]isso pode significar simplesmente enviar uma mensagem privada a alguém, ou mesmo telefonar para discutir o assunto, ou simplesmente respirar fundo antes de comentar, tirar uma captura de tela ou exigir que se ‘faça melhor’ sem explicar como. (Ross, 2020).

No Brasil, discussões semelhantes começaram a efervescer e se intensificaram, acaloradas pela popularidade do tema, promovida pela vigésima primeira edição do Big Brother Brasil.

Série enunciativa 7: Títulos de artigos jornalísticos e entrevistas sobre os limites do cancelamento

(A)

SOCIEDADE

Caso Karol Conká: qual o limite da ‘cultura do cancelamento’?

Especialistas apontam a importância da fiscalização, mas o perigo de se perder o diálogo e a empatia

POR ALEXANDRE PUTTI | 24.02.2021 05H59

Fonte: www.cartacapital.com.br/sociedade/caso-karol-conka-existe-um-limite-para-o-cancelamento/.

Acesso em: 22 nov. 2023.

(B)

Cultura do cancelamento: a busca por likes X saúde mental, por Laís Vanzella

Tempo de leitura estimado: 16 min.

5 de março de 2021

Fonte: escoladainteligencia.com.br/blog/cultura-do-cancelamento/. Acesso em: 22 nov. 2023.

(C)

Karol Conká e a cultura racista do cancelamento: “Tiveram muitos vilões”

Em entrevista para a CAPRICHÔ, a cantora fala sobre a cultura do (des)cancelamento e como ela nos permite fazer recortes de raça, gênero e classe

POR ISABELLA OTTO ATUALIZADO EM 17 SET 2021, 18H05 - PUBLICADO EM 19 SET 2021, 10H01

Fonte: capricho.abril.com.br/comportamento/karol-conka-e-a-cultura-racista-do-cancelamento-tiveram-muitos-viloes/#. Acesso em: 22 nov. 2023.

A partir de um questionamento (“**Qual o limite da cultura do cancelamento?**”), o enunciado (A) constitui o cancelamento, como um fenômeno social necessário (“importância da fiscalização”), mas ilimitado em sua atuação, evocando, assim, o princípio moral da empatia, por meio da qualificação dos indivíduos que falam, “especialistas”. Esse enunciado reforça o imperativo da vigilância, do governo de si e dos outros, mas, ao mesmo tempo, apontando o diálogo como estratégia de correção. Já o enunciado (B) reforça mais uma vez uma vontade de verdade da sociedade contemporânea, isto é, do cuidado com a saúde mental por meio do cuidado de si, uma vez que a busca por aprovação na vida real foi substituída pelos mecanismos de recompensa *on-line* (como os *likes*). A desaprovação, por sua vez, pode se dar pelo cancelamento.

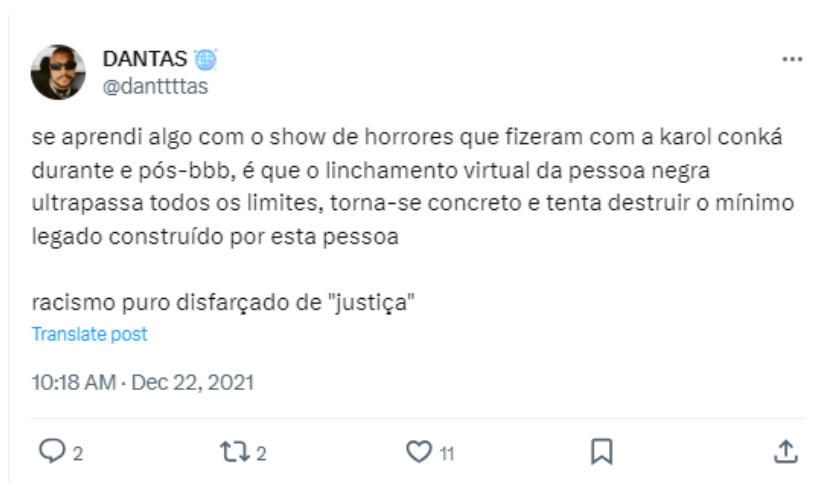
O enunciado (C), por sua vez, apresenta um recorte diferente em relação a essa rede enunciativa, incorporando, a partir do caso de cancelamento da cantora Karol Conká, questões de raça, gênero e classe, sugerindo que o cancelamento não afeta todos os indivíduos transgressores da mesma maneira.

O sujeito cancelado, nesse caso, é uma mulher, de pele negra e de origem humilde. No contexto da desigualdade racial que ainda se vive, o racismo ideológico ainda é comunicado nas redes, embora tenda a ser feito de maneira mais disfarçada. Nesse sentido, discursos negativos sobre membros de grupos étnicos, muitas vezes, vêm imbuídas em opiniões que parecem “razoáveis”, sobrepostas por uma suposta preocupação

moral, mas que podem carregar atributos preconceituosos. Além disso, historicamente grupos minorizados sofreram uma forte rejeição na sociedade.

O enunciado da figura 47 fala a respeito de como esse efeito tende a “destruir o legado” da parte cancelada, produzindo um efeito de apagamento do sujeito enquanto representante de um grupo minoritário.

Figura 48- Post de um usuário da plataforma X



Fonte: twitter.com/dantttas/status/1473644070492852226. Acesso em: 22 nov. 2023.

Apesar do dispositivo do cancelamento reger condutas, a partir de determinados regimes de verdade e sua relação com diversas pautas identitárias, por muitas vezes seus efeitos ingressam em um campo perigoso de rechaço virtual e de ataque pessoal. Nessa perspectiva é possível concluir que as manifestações de repúdio podem ter diferentes significados e motivações. No contexto de grupos minoritários, essas motivações podem ter raízes preconceituosas e levar pessoas envolvidas na rejeição digital das minorias a se unirem em ações coletivas para expressar seus ataques pessoais e coletivos. Em entrevista à *capricho*, Karol Conká afirma:

Temos que apontar quais são as falhas e tentar arrumar. Porque não adianta a gente falar de empatia e acolhimento, sendo que as atitudes não são essas. A gente está sempre julgando. A gente acolhe um e julga o outro. Daí você vê que o artista branco pede desculpa e já é desculpado logo em seguida (Disponível em: Fonte: capricho.abril.com.br/comportamento/karol-conka-e-a-cultura-racista-do-cancelamento-tiveram-muitos-viloes/#. Acesso em: 22 nov. 2023).

Para Foucault (1990), as práticas de governo da conduta sempre geraram formas de resistência, estratégias de recusa em ser governado desenvolvidas pelos sujeitos ao longo da história: “como não ser governado assim, por isso, em nome destes princípios, em vista de tais objetivos e mediante tais procedimentos, não assim, não por isso, não por eles” (Foucault, 1990, p. 38). Para o autor, a resistência e recusa a práticas de controle da conduta, assumiram ao longo da história diferentes formas. As contracondutas religiosas, por exemplo, investigadas pelo filósofo (2001), aparecem como forma de reação aos modos de governo do poder pastoral e contribuem para a compreensão da noção de poder como prática de governo.

No curso denominado *Segurança, território, população*, ministrado no Collège de France (1977-1978), Foucault apresenta a noção de contraconduta como uma ampliação do conceito de resistência, em razão do deslocamento quanto à compreensão do poder no governo das condutas. O uso desse termo ainda abre espaço para apreensão do governo de si: “a maneira como uma pessoa se conduz, como se deixa conduzir, como se é conduzido e como se comporta sobre o efeito de uma conduta” (Foucault, 2008, p. 196-197). Apresenta-se, então, uma história das contracondutas que acompanham as diferentes tecnologias de governo “que assinalam a crise de determinadas práticas de governo e movimentam as disposições das estratégias nos jogos de poder” (Costa, 2019).

A partir dessa perspectiva e da série enunciativa em análise, é possível concluir que o descancelamento, associado a um resgate da empatia, à problemática da saúde mental e ao combate dos preconceitos às minorias, temas que refletem regimes de verdade que circulam na sociedade atual, constitui-se como uma contraconduta. O sujeito, vítima do cancelamento, por meio da confissão e da apropriação desses discursos se desloca para a posição-sujeito descancelado. Em outras palavras, o sujeito cancelado, retoma sua função sujeito ativista, pertencente a uma minoria, recolocando-se, por meio das práticas de si, no lugar inicial.

Figura 49 – Título de artigo sobre o descancelamento da Karol Conká

Celebridades

Com programa e novo disco, Karol Conká inicia fase “descancelada”

Após sua passagem intensa pelo BBB21, Conká começa a retornar aos holofotes e lança novos trabalhos na indústria do entretenimento

Fonte: www.metropoles.com/celebridades/com-programa-e-novo-disco-karol-conka-inicia-fase-descancelada. Acesso em: 23 nov. 2023.

O dispositivo se define por suas relações de poder. Ele perpassa todas as linhas acima referidas, diluindo-se nelas, de tal forma que se torna invisível. É aí que as linhas de objetivação se sustentam e se acomodam, segundo Deleuze (1992). No entanto, “quando a força, em lugar de entrar em relação linear com outra força, se volta para si mesma, exerce-se sobre si mesma” (Deleuze, 1992, p. 155), temos uma linha de subjetivação, que produz subjetividades num dispositivo. São as linhas de fuga que podem provocar fissuras no regime vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma coisa interessante é, a partir de agora, toda as vezes que rolar uma situação de cancelamento, as pessoas vão do que vivi. E eu estou aqui e sobrevivi.

Karol Conká

A cultura do cancelamento é um termo que ganhou evidência nos últimos anos, sobretudo no ciberespaço. Sua conceitualização e popularização se deu devido a uma crescente noção de que haveria na internet, principalmente nas redes sociais, o estabelecimento de condutas coletivas que visavam responder, criticar e propor sanções à determinados indivíduos, entidades e organizações que cometeram transgressões — em especial aquelas relacionadas à temas sensíveis ou pautas sociais e identitárias. Nesta tese, esse fenômeno social foi apresentado como a condição de emergência de um dispositivo de poder contemporâneo, o dispositivo do cancelamento.

O dispositivo do cancelamento, como propomos nesta pesquisa, é pensado como resultado de uma ordem do discurso, como produto de relações de saber-poder, como prática, que emerge em sociedade de arquitetura banóptica, na qual a vigilância é constante, compartilhada, e até mesmo desejada. Se outrora, como apontou Foucault (2014a) havia um dispositivo de vigilância, no qual se poderia estar sendo visto sem que se soubesse, hoje há um desejo da população pela exposição da intimidade, pelo demonstrar-se, por se fazer ver nas redes sociais.

Considerando o contexto de emergência desse dispositivo, nossa pesquisa foi suscitada pelos seguintes questionamentos: De que modo o cancelamento se configura como um dispositivo de controle? Qual seu modo de funcionamento? Como o cancelamento governa condutas e produz subjetividades? Como esse dispositivo evidencia os regimes de verdade do nosso tempo? Que relações de força esse dispositivo manifesta no campo “minado” do discurso?

A partir de tais questionamentos, e reconhecendo a regularidade e a relevância desse fenômeno dentro e fora das redes sociais, esta pesquisa teve como objetivo: analisar como o cancelamento se constitui um dispositivo de controle dos discursos e das condutas dos sujeitos, evidenciando as vontades de verdade e a moral contemporâneas na sociedade de controle. Para isso, nos valem das discussões teóricas estabelecidas no âmbito do

campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos, do qual resgatamos os conceitos de **sujeito, enunciado, discurso, relações saber-poder, verdade, dispositivo e governamentalidade**. Foi esta caixa de ferramentas foucaultiana que nos ajudou a compreender o cancelamento como um dispositivo de controle que (des)constrói verdades e monta cenários, ainda que metaforicamente, para que os indivíduos possam ser conduzidos e conduzir a si mesmos, conforme observação dos parâmetros de legitimidade pautados em regimes de verdade.

Ao adotar o método arqueogenealógico, investigamos o arquivo que possibilita o acesso aos modos de constituição dos sujeitos enquanto objetos numa dada relação de saber/poder e, ao mesmo tempo, enquanto sujeitos de sua própria ação. Uma vez que identificamos certa regularidade, de objetos, de conceitos, de escolhas temáticas, num sistema de dispersão sobre o cancelamento nas redes sociais, deparamo-nos com acontecimentos cuja singularidade representa as linhas de fuga do dispositivo. Desse modo, selecionamos como objetos de estudo o caso de cancelamento do jogador de vôlei **Maurício Souza**, cancelado nas redes sociais por um comentário considerado homofóbico, e da *rapper* **Karol Conká**, cujo cancelamento ocorreu durante sua participação no *reality show* Big Brother Brasil (BBB), em 2021.

No capítulo intitulado **O dispositivo do cancelamento e os jogos de verdade**, mapeamos a rede de enunciados que constituem o cancelamento de Maurício Souza, atestando a eficiência do cancelamento como dispositivo de controle, uma vez que sobre o sujeito cancelado recaíram suas técnicas punitivas. Ao mesmo tempo, esse acontecimento discursivo, a natureza bélica do discurso, objeto de poder e resistência, revelando a coexistência de vontades de verdade divergentes, nas redes sociais, possibilitando a produção de subjetividades outras para o sujeito.

No capítulo intitulado **O dispositivo do cancelamento e as técnicas de si, investigamos** o caso de cancelamento da *rapper* Karol Conká em 2021. Este caso colocou em questão os limites de atuação do dispositivo, provocando um ato de resistência. O sujeito, vítima do cancelamento, por meio da prática de confissão, do dizer verdadeiro sobre si, e agenciamento de vontades de verdade contemporâneas se deslocou para a posição-sujeito “descancelado”. No dispositivo do cancelamento, as linhas de fuga possibilitam a emergência de uma contraconduta que evidencia suas fissuras. Concluímos que o cancelamento como um dispositivo constitui uma rede de elementos heterogêneos engendrados e ajustados de tal modo que, estrategicamente, encaminham a produção de

verdades e subjetividades na contemporaneidade. Além disso, as linhas que atravessam seus elementos, ainda que sejam heterogêneos, diversos e difusos, ditam as regras do poder dizer e do silenciar, bem como suscitam comportamentos e atitudes dos sujeitos. A partir dos casos analisados, no entanto, buscamos compreender não apenas o modo de funcionamento do dispositivo, como também suas linhas de fuga e as questões morais e éticas que o atravessam e possibilitam o surgimento de subjetividades outras. Dessa forma, conduzimos nossas análises, a fim de fazer ver, pelo dispositivo do cancelamento, os jogos de verdade em que os se deslocam para outras posições-sujeito.

Verificamos também como essa relação consigo revela o modo como o indivíduo se afirma como sujeito de igualdade na relação de si para si e de si para com o outro, fazendo-o deslocar-se para outras posições sujeito (Foucault, 2003). O deslocamento da posição-sujeito (jogar de vôlei – cancelado – político eleito; militante – cancelada – descancelada) atesta a raridade dos acontecimentos e evidencia o jogo de força das relações de saber-poder que constituem o dispositivo do cancelamento, o agenciamento dos processos de subjetivação que ele engendra e as rupturas que as linhas de fratura fazem irromper. É nessa perspectiva que podemos comprovar como o cancelamento se constitui como dispositivo de controle, ao mesmo tempo em que encontramos uma linha de fratura em sua rede.

Pensar esses jogos de verdade nas redes é também um trabalho complexo, mas igualmente importante, uma vez que nos leva a refletir sobre as práticas que constituem “as verdades do nosso tempo”, concebendo-as como sendo construções sócio-históricas. Concluimos que não se trata da busca do saber verdadeiro, mas uma investigação, no interior das relações de poder, dos modos como o sujeito se transforma historicamente através de vontades de verdade.

Além disso, verificamos que a mutabilidade da identidade desses sujeitos produz discussões importantes acerca da moral e da ética dos participantes da cibercultura e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. Por isso, acreditamos que esta pesquisa propõe acima de tudo uma reflexão sobre a liquidez dos alicerces morais que regem a contemporaneidade o que reforça sua atualidade e importância nos estudos do discurso e das identidades. Isto nos leva a refletir sobre a complexidade da clássica pergunta foucaultiana: “quem somos nós hoje?”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês L. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

BASLEZ, M.-F. **L'étranger dans la Grèce Antique**. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. LYON, David. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOCK-CÔTÉ. **O império do politicamente correto**. São Paulo: É Realizações, 2020.

BOCK-CÔTÉ. Controle e devir. *In.*: **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

BROWN, Wendy. O “Frankenstein” do neoliberalismo: liberdade autoritária das “democracias” do século XXI. *In.*: **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. Orgs. RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 17- 49.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado (Doutorado e Filosofia da Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CASTRO, Felipe. **Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil**. 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/11/06/precisamos-falar-sobre-o-neoconservadorismo-no-brasil/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro, 2009.

CLARK, M. D. DRAG THEM: a brief etymology of so-called cancel culture. **Communication And The Public**, v. 5, n. 3-4, p. 88-92, 2020.

COSTA, H. S. O lugar das contracondutas na genealogia foucaultiana do governo. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v.7, n.1, abr. 2019, p. 61-78.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In.*: **Conversações**. Editora 34: Rio de Janeiro: 1992.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DINIZ, J. Ribeira. **Lacrar na Internet e a Estetização do Argumento**: A Performance no Fenômeno Comunicativo. *In.*: Grupo de Trabalho Comunicação, Consumo e Subjetividade, do XVIII Encontro de GTs de Pós-Graduação – Comunicon, realizado de 13 a 15 de outubro de 2021

DREYFUS E RABINOW. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERREIRA, M. C.L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. *In.*: **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras (UFSM)**. V. 27. N. 55, jul/dez, 2003.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **A invenção do psicológico. Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)**. São Paulo: Escuta-Educ, 1992.

FISCHER, R. M. B. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**. Florianópolis, v. 21, n. 2, 2003, p. 371-389.

FOUCAULT, Michel. Qu'est que la critique. *In.*: **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, LXXXIV, année 84, n.2, avril-juin, 1990.

FOUCAULT, Michel. Controle e devir. *In.*: **Conversações**. Editora 34: Rio de Janeiro, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Pontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? *In.*: **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *In.*: **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.

FOUCAULT, Michel. Estratégia poder-saber. *In.*: **Ditos e Escritos IX**. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do sujeito**: curso no Collège de France (1981-1982). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983-1984). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2014a.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. *In.*: MOTTA, M. B. **Ditos e Escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Trad. Adner Chiquierre. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como prática da Liberdade. *In.*: **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. *In.*: **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014d.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. *In.*: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *In.*: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade IV**: as confissões da carne. Edição estabelecida por Frédéric Gros. Trad. Miguel Serras Pereira. Paris: Éditions Gallimard, 2018.

FOUCAULT, Michel. Malfazer, dizer verdadeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2018a.

GERBAUDO, Paolo. **The mask and the flag**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. 2. ed. São Paulo: Editora Claraluz, 2006.

GREGOLIN, M.R. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. *In.*: FERREIRA, R.; RAJAGOPALAN, K. **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas: Pontes, 2016.

HALL, Stuart. *Some Politically Incorrect Pathways to PC*. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@stuarthall1994/some-politically-incorrect-pathways-through-pc-653ce8110f6d>. Acesso em: 22 jan. 2023.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império**. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HUSSON A. C. Genre et violence verbale. Le cas de “l’affaire Orelsan”. In.: **Pratiques**, 2014 p. 163-64.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010. LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. São Paulo: Editora 34, 2011.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. MACHADO, Roberto (Org.). Rio de Janeiro: Graal, 1989.

MACHADO, Karol; BARACUHY, Regina. Sobre as práticas de governamentalidade e o dispositivo de segurança na sociedade de controle. In.: **Pesquisas em linguística: abordagens teóricas e aplicadas**. Orgs. PEREIRA, R. C. M.; ALVES, G. Â. S.; LEITE, J. E. R. João Pessoa: Editora UFPB, 2021, p. 171-186.

MENEZES, R. D. B; SILVA, F. V. “Quem salvará nossos filhos”: discursos sobre a “ideologia de gênero” na campanha eleitoral de 2018. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 53, n. 1, jan- abr, p. 177-198, 2022.

MILANEZ, Milton. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. **Maringá**, v. 31, n. 2, p. 215-222, 2009.

MUNIZ, D. A. J. Diz Positivo: entre o castor e a aranha. In.: **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Orgs. JÚNIOR, A. F; SOUSA, K. M. Goiás: Editora Letras do Cerrado, 2017, p. 8-11.

NASCIMENTO, F. A.; PIASSI, L. P. Super-homens da América: por que precisamos falar sobre os quadrinhos de super-heróis? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba**, ano X, n. 19, jul-dez, 2017.

NAVARRO, P.; CENIZ, C. H. Práticas discursivas de desobediência e seu valor de acontecimento nas relações de poder. **Fórum Linguístico**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 6312- 6331, abr-jun. 2021.

OLIVEIRA, Dayane Adriana Teixeira; BARACUHY, Regina. Notas sobre a polêmica do “beijo gay” em um desenho animado infantil da Disney. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 57, 2017, p. 277-296.

PORTOCARRERO, V. Os limites da vida: da biopolítica aos cuidados de si. *In.*: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A.; **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A.; **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROSAS, J. C. Introdução: Mudanças e Permanências na Linguagem Ideológica Contemporânea. *In.*: **Ideologias Políticas Contemporâneas**. Orgs. ROSAS, J. C.; FERREIRA, A. R. São Paulo: Almedina, 2013.

RIBEIRO, J. Da xenofobia à glotofobia: a estrangeiridade como um problema discursivo. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 331–356, 2021.

SAINT-LOUIS, Hervé. Understanding cancel culture: normative and unequal sanctioning.

First Monday, v. 26, n. 7, jul. 2021. Disponível em: <https://journals.uic.edu/ojs/index.php/fm/article/download/10891/10177>. Acesso em: 16 dez. 2023.

SANTOS, C. C. A ação do controle velado: do panóptico ao sinóptico. **Revista Eletrônica do Instituto de Filosofia (IF)**, mar. 2016.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. *In.*: **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [online]. Orgs. TASSO; NAVARRO. Maringá: Eduem, 2012.

SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, S. A. A. Introdução. *In.*: **A Sociedade de controle** – Manipulação e modulação nas redes digitais. Orgs. SOUZA; AVELINO; SILVEIRA. São Paulo: Hedra, 2018.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROSS, Loreta. **What if Instead of Calling People Out, We Called Them In? 2020**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/11/19/style/loretta-ross-smith-college-cancel-culture.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEYNE, P. **Foucault**: o pensamento, a pessoa. Tradução Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Ltda., 2009.